



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Instituto de Letras

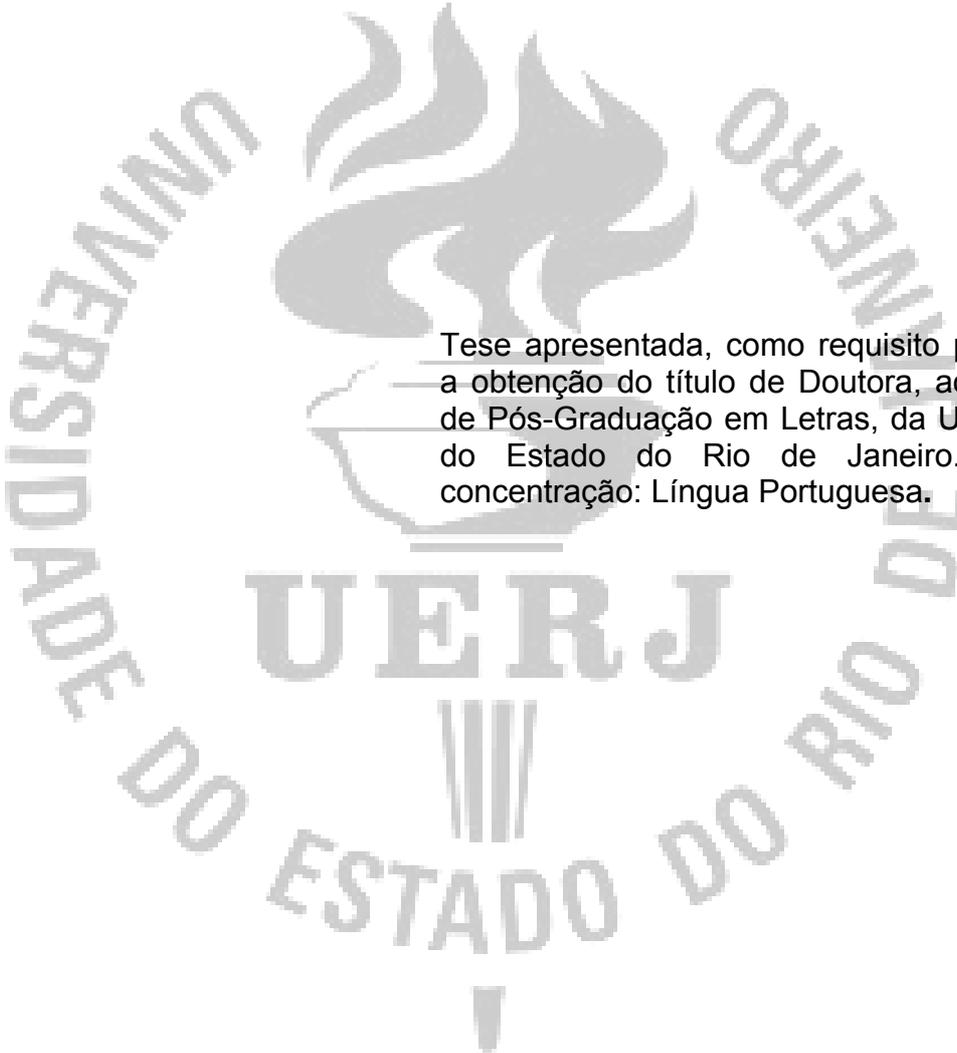
Jaqueline Nunes da Fonseca Cosendey

**Argumentação na mídia impressa: textos opinativos d'O  
*Globo* na década de 1940 e na atualidade**

Rio de Janeiro  
2011

Jaqueline Nunes da Fonseca Cosendey

**Argumentação na mídia impressa: textos opinativos d' *O Globo* na  
década de 1940 e na atualidade**



Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Professor Doutor Helênio Fonseca de Oliveira

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

C834	<p>Cosendey, Jaqueline Nunes da Fonseca. Argumentação na mídia impressa: textos opinativos d'O Globo na década de 1940 e na atualidade /Jaqueline Nunes da Fonseca Cosendey, 2011. 165 f.: il.</p> <p>Orientador: Helênio Fonseca de Oliveira. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Análise linguística (Linguística) - Teses. 2. Silogismo – Teses. 3. Jornais – Seções, colunas, etc. - Teses. 4. Análise do discurso – Teses. 5. Comunicação de massa e linguagem - Teses. 6. Discussões e debates - Teses. 7. O Globo (Jornal) - Teses. I. Oliveira, Helênio Fonseca de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 82.085</p>
------	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte

---

Assinatura

---

Data

Jaqueline Nunes da Fonseca Cosendey

**Argumentação na mídia impressa: textos opinativos d'*O Globo* na  
década de 1940 e na atualidade**

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 25 de março de 2011

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Helênio Fonseca de Oliveira (Orientador)  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof. Dra. Maria Teresa Gonçalves Pereira  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof. Dr. André Crim Valente  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof. Dra. Ieda de Oliveira  
Universidade de São Paulo

---

Prof. Dra. Denise Salim Santos  
Faculdades Integradas Hélio Alonso

Rio de Janeiro

2011

## DEDICATÓRIA

A minha mãe (*in memoriam*), merecedora do mais doce meliorativo, dos mais singelos comentários, dos mais saudosos relatos e do emprego afetivo dos sinais de pontuação.

## **AGRADECIMENTOS**

A minha família, que na alegria sorriu e comigo chorou nos dias tristes.

Ao meu orientador, Helênio Fonseca de Oliveira, que me guiou em todas as fases da elaboração deste trabalho.

A minha amiga Márcia pela paciência que sempre teve comigo e pelos conselhos valiosos.

À equipe do setor de pesquisa do jornal *O Globo*, que se mostrou prestativa na etapa de recolhimento do *corpus* deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os professores que fizeram parte do meu percurso. A eles, também dedico as páginas que seguem.

Veja, Joey, essa é a beleza da argumentação.  
Se argumentar corretamente, nunca estará errado.

*Do filme "Obrigado por fumar"*

## RESUMO

COSENDEY, Jaqueline Nunes da Fonseca. *Argumentação na mídia impressa: textos opinativos d'O Globo na década de 1940 e na atualidade*. 165 f. 2011. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

A tese tem por objetivo uma análise da argumentação em colunas de opinião, fazendo um paralelo entre dois momentos de um tradicional jornal brasileiro, *O Globo*. Dessa forma, analisamos textos opinativos dos períodos de 1947 e 2007 – um intervalo, portanto, de 60 anos. Realizamos uma comparação entre esses dois períodos, a fim de estabelecer semelhanças e contrastes no que diz respeito à construção do texto argumentativo. Ao todo, foram selecionados para esse estudo comparativo um total de cinquenta textos – vinte e cinco de 1947 e vinte e cinco de 2007. Foram elencados para essa análise três elementos a fim de verificar a argumentação do jornal nas duas épocas, a saber: a seleção vocabular a serviço da argumentação, o uso dos tempos verbais e a pontuação. Após uma análise quantitativa e qualitativa desses três elementos, também apresentamos algumas considerações acerca do ensino da argumentação na escola, com algumas sugestões de atividades para os professores de Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Argumentação. Discurso. Mídia.

## ABSTRACT

The thesis aims at an analysis of the argument in opinion columns, drawing a parallel between two moments of a traditional Brazilian newspaper: *O Globo*. We analyze opinion columns of the periods of 1947 and 2007 – a range, so 60 years. We will make a comparison between these two periods, in order to establish similarities and differences with regard to the construction of an argumentative text. In all, were selected for this comparative study a total of fifty texts – twenty-five of 1947 and twenty-five of 2007. For this analysis were listed three elements to verify the newspaper's argument in two periods, namely the lexical choices, the use of tenses and punctuation. After a quantitative and qualitative analysis of these three elements, also present some considerations on the teaching of argumentation in school, with some suggested activities for teachers of Portuguese.

Keywords: Argumentation. Discourse. Media.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Os simpsons</i> , episódio “Propriedade indesejada”.....	29
Figura 2 - <i>Os simpsons</i> , episódio “Propriedade indesejada”.....	30
Figura 3 - Manchete do jornal <i>O Globo</i> (7/10/2010).....	108
Figura 4 - Manchete do jornal <i>O Globo</i> (período da Segunda Guerra).....	109
Figura 5 - Manchete do jornal <i>O Globo</i> (período da Segunda Guerra).....	110

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Melhoratividade e pejoratividade nas colunas de opinião (out. de 2007 ).....	46
Tabela 2 - Melhoratividade e pejoratividade nas colunas de opinião (out. de 1947).....	49
Tabela 3 - Uso dos tempos verbais nas colunas de opinião (out. de 2007).....	56
Tabela 4 - Uso dos tempos verbais nas colunas de opinião (out. de 1947).....	58

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Diferença entre melhoratividade e pejoratividade em 2007.....	48
Gráfico 2 - Diferença entre melhoratividade e pejoratividade em 1947.....	51
Gráfico 3 - Percentual de engajamento: um comparativo entre 1947 e 2007.....	52
Gráfico 4 - Diferença entre verbos do comentário e da narração em 2007.....	57
Gráfico 5- Diferença entre verbos do comentário e da narração em 1947.....	60
Gráfico 6 -Diferença entre a densidade de uso de verbos do comentário em 1947 e 2007.....	62
Gráfico 7- Uso da pontuação em 2007.....	65
Gráfico 8 - Uso da pontuação em 1947.....	67
Gráfico 9 - Uso da pontuação nas duas épocas analisada.....	68

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1- BREVES PALAVRAS SOBRE O JORNAL O GLOBO</b> .....	17
<b>2- O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DOS ANOS DE 1940</b> .....	19
<b>2.1- A década de 1940 e a imprensa no Brasil</b> .....	22
<b>3- (RE)VISITANDO TEORIAS</b> .....	25
<b>3.1- A argumentação</b> .....	26
<b>3.2- A escolha vocabular a serviço da argumentação</b> .....	29
<b>3.2.1- Seleção lexical e orientação argumentativa do texto</b> .....	31
<b>3.3- Fatos narrados X fatos comentados: colunas de opinião</b> .....	34
<b>3.4- Sobre pontuação</b> .....	39
<b>4- A ARGUMENTAÇÃO NA MÍDIA IMPRESSA: O JORNAL O GLOBO NA DÉCADA DE 1940 E NA ATUALIDADE</b> .....	42
<b>4.1- Os números</b> .....	44
<b>4.1.1 – Da seleção vocabular</b> .....	45
<b>4.1.2- Dos tempos verbais</b> .....	55
<b>4.1.3- Da pontuação</b> .....	64
<b>4.2- As palavras</b> .....	71
<b>4.2.1- A seleção vocabular nas colunas de opinião do jornal O Globo de 1947 e 2007</b> .....	74
<b>4.2.2- O emprego dos tempos verbais</b> .....	88
<b>4.2.3- Expressividade versus sobriedade: a pontuação em 1947 e 2007</b> .....	102
<b>5- O ESTUDO DO TEXTO ARGUMENTATIVO NA ESCOLA: ALGUMAS SUGESTÕES PEDAGÓGICAS</b> .....	117
<b>5.1- A questão da leitura</b> .....	119
<b>5.2- A questão da escrita</b> .....	122

<b>5.3- Sugestões pedagógicas.....</b>	<b>125</b>
<b>6- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXO A - Textos de 1947 .....</b>	<b>142</b>
<b>ANEXO B - Textos de 2007.....</b>	<b>152</b>

## INTRODUÇÃO

Da contação de histórias com os fitos mais diversos à produção de textos que objetivam persuadir, muitos são os caminhos da escrita. Como bem assinala Patrick Charaudeau (2008, p. 43-47), a comunicação é uma aposta. Ela se faz real cada vez que sentamos diante da tela do computador, tomamos um lápis ou caneta nas mãos ou simplesmente falamos.

Na produção escrita ou oral, usamos artifícios que nos ajudam a atingir nossos objetivos. Dessa forma, Charaudeau (2008) afirma que existe um projeto de comunicação por trás de todo e qualquer ato de fala ou escrita.

Esse projeto de comunicação contém tanto um objetivo, que pode ser informar, ensinar, persuadir, emocionar etc., quanto estratégias discursivas que ajudarão a levar ao sucesso ou fracasso do projeto.

No caso de um texto argumentativo, este tem, comumente, por estrutura, a proposta, a tese, os argumentos pró-tese, as concessões e as restrições. Não existem, entretanto, critérios que se reportem a seu tamanho – ele pode ser tanto um texto de quinhentas páginas, quanto uma simples frase.

O presente trabalho tem por objetivo uma análise da argumentação em colunas de opinião, fazendo um paralelo entre dois momentos de um tradicional jornal brasileiro, *O Globo*.

A escolha da argumentação na mídia impressa como tema nasceu de uma inquietude acerca da variedade de estratégias utilizadas pelos meios de comunicação, o que gerou o desejo de trazer uma contribuição ao estudo de textos argumentativos.

No que diz respeito à escolha das colunas de opinião, deve-se ao fato de concentrar-se nelas maior grau de argumentatividade, conforme bem assinala Charaudeau (2006).

Quanto à opção pelos textos d'*O Globo* para constituir o *corpus* de nosso trabalho se deu basicamente a dois fatores: a uma inquietude quanto ao modo como esse jornal lida com a argumentação e sua importância no cenário nacional, visto que é um dos principais jornais do país.

Dessa forma, contraporemos colunas de opinião dos períodos de 1947 e 2007 – um intervalo, portanto, de 60 anos. Os textos do ano de 1947 foram selecionados da coluna *Ecos e comentários*, que saía apenas na edição final do jornal, ou seja, a edição definitiva. Já os textos do ano de 2007 foram extraídos da coluna “Opinião”, que circula diariamente. Nesse estudo, convém esclarecer, foram excluídos os textos da coluna “Outra opinião” – em que o jornal abre espaço para que uma pessoa convidada apresente outro ponto de vista acerca do tema proposto no dia, por se tratar da argumentação de outros, não configurando o ponto de vista do jornal. A coleta do *corpus* foi feita na sede do jornal *O Globo*, localizada na Rua Irineu Marinho, 35, no setor de arquivo do jornal, com a impressão de cópias digitalizadas em CD-ROM.

A opção por tratar a argumentação analiticamente em relação ao tempo se deu, sobretudo, a uma inquietude acerca desse modo de organização do discurso; perguntas como: “*A imprensa de nossos dias é menos tipicamente argumentativa que a do passado?*” e “*Antigamente, as colunas de opinião eram mais engajadas?*” serviram de norte inicial para a pesquisa aqui realizada.

Assim, temos dois períodos a serem confrontados, cada qual com suas especificidades, que levam a escolhas discursivas que, com certeza, provocarão contrastes em alguns momentos.

Geralmente, uma análise de natureza comparativa tende a levar em conta justamente as diferenças entre os objetos de análise, em que eles se afastam, se distinguem.

Entretanto, aqui, nosso compromisso não é apenas o de marcar contrastes, mas também o de encontrar semelhanças – em que a década de 1940 se aproxima e se afasta da atualidade no que diz respeito à argumentação é, sem dúvida, um dos motes desse trabalho.

Percorreremos as linhas que construíram o *corpus*, na tentativa de descobrir os caminhos da argumentação nas duas épocas, em que elas se distanciam, mas também em que se aproximam.

Analisaremos a forma como o jornal nesses dois momentos lida com as estratégias discursivas a fim de manter cativo seu público-leitor. Assim, buscamos:

- a) compreender os processos argumentativos;

- b) problematizar a variação de estratégias utilizadas nos dois períodos analisados;
- c) demonstrar como a estrutura argumentativa é linguisticamente construída no texto.

Para tal, e na impossibilidade de descrever todos os itens possíveis, fizemos a opção de priorizar três itens: a seleção lexical; o uso dos tempos verbais e um terceiro item que, a princípio, demonstrou-se pertinente e diferencial entre os dois períodos analisados – a saber, o uso dos sinais de pontuação

Porém, analisar colunas de opinião de duas épocas distintas a partir desses três aspectos não é empresa fácil. Tivemos de fazer algumas opções de ordem organizacional a fim de melhor apresentar nossas conclusões ao leitor.

Assim, no primeiro capítulo, trataremos um pouco do jornal *O Globo*, cujos textos opinativos constituem o *corpus* desta tese. Fundado em 1925, ele conta com uma história de quase 86 anos, que julgamos pertinente trazer em singelas pinceladas.

Em seguida, no capítulo “O contexto sociopolítico do ano de 1947”, trataremos brevemente desse ano a fim de situarmos o leitor no contexto. A década de 1940 foi especialmente marcada pelo desdobramento e término da Segunda Guerra Mundial, conflito do qual o Brasil participou, embora tardiamente, e cujo desfecho delineou as relações internacionais dos anos subsequentes.

No Brasil, no ano em que se situam os textos dessa década, o contexto é o da redemocratização e o presidente, Eurico Gaspar Dutra. A leitura dos textos daquele ano se faria superficial e descontextualizada, sem um devido estudo dos eventos que marcaram a década da qual eles fazem parte.

Ainda como um desdobramento desse capítulo, trataremos da imprensa naquele período, da forma como os cenários nacional e internacional repercutiram nos textos de nosso *corpus*.

No terceiro capítulo, abordaremos alguns aspectos relativos aos aspectos teóricos que servem de base ao trabalho. Após um breve histórico acerca da própria argumentação, trataremos de seus estudos em si. Dessa forma, autores como Patrick Charaudeau e Helênio Fonseca de Oliveira nos auxiliarão na tarefa de

melhor compreender as sutilezas do modo argumentativo de organização do discurso.

Em seguida, teceremos algumas considerações relevantes acerca da seleção vocabular, do uso dos tempos verbais e da pontuação a serviço da argumentação.

Finalmente, no capítulo quatro, procederemos à análise dos textos. Primeiramente, trataremos dos números produzidos durante a pesquisa, para, logo depois, adentrarmos as análises textuais propriamente ditas

No que diz respeito aos aspectos numéricos, apresentaremos de forma detalhada em tabelas os dados obtidos ao longo de nossa pesquisa e de forma mais abrangente por meio de gráficos os resultados gerais e comparativos.

Na parte que se intitula “As palavras”, percorreremos o *corpus* a fim de explicitar semelhanças e contrastes encontrados nas duas épocas, em que elas se aproximam e se distanciam.

Por fim, encerrando o trabalho, discutiremos questões voltadas ao ensino de Língua Portuguesa. Trata-se, sobretudo, de um capítulo de sugestões pedagógicas, de como aplicar certos preceitos em sala de aula.

Dividido em três partes, abordaremos nas duas primeiras alguns aspectos relevantes no que diz respeito às práticas de leitura e escrita, seguindo-se a parte em que traremos algumas sugestões pedagógicas nesse âmbito.

No sexto capítulo, apresentaremos nossas conclusões acerca da análise dos dados, após todo nosso percurso pelos textos que compõem o *corpus* deste trabalho.

Convém lembrar ainda que todos os textos se encontram nos anexos deste trabalho, disponíveis para consulta. Eles foram digitalizados a partir das cópias obtidas na sede d’*O Globo*, surgindo, portanto, em seu formato original.

Dessa forma, esperamos trazer contribuições ao estudo dos textos argumentativos e ao ensino de Língua Portuguesa.

## 1- BREVES PALAVRAS SOBRE JORNAL O GLOBO

A história do jornal *O Globo* remonta ao ano de 1925, há quase 86 anos, portanto, quando circulou pela primeira vez. Neste capítulo, acompanharemos um pouco da jornada desse que hoje é considerado um dos principais jornais brasileiros.

Proprietário do vespertino *A Noite*, Irineu Marinho, querendo expandir seu público, tinha o intento de transformar *O Globo* em um jornal matutino.

Era uma quarta-feira, 29 de julho de 1925, quando seu primeiro exemplar foi às ruas, em oito páginas – “volumoso” para os padrões daquela época –, na edição das 18 horas

Com a manchete “Voltam-se as vistas para a nossa borracha!”, a primeira aparição do jornal deu início a uma sequência que hoje se aproxima de 29.000 números.

No entanto, apenas 21 dias após a fundação do jornal, Irineu Marinho faleceu. Seu filho Roberto Marinho herdou, então, *O Globo*. Ele, que trabalhava no jornal como repórter e secretário particular do pai, resolveu, contudo, deixar o comando d’*O Globo* nas mãos do jornalista Euclides de Matos.

Dessa forma, somente em 1931, seis anos após a fundação do jornal, com a morte de Euclides de Matos, Roberto Marinho assumiu o comando da empresa.

No período da Segunda Guerra Mundial, houve a criação do *Globo Expedicionário*, que transmitia informações para os soldados brasileiros que serviam na Europa sobre o Brasil.

Em 1945, o jornal se expandiu, transferindo-se de um prédio do centro do Rio para a Rua Irineu Marinho, onde ainda funciona atualmente.

A história do jornal se confunde com a de Roberto Marinho e das organizações Globo, marcada por controvérsias, que ficaram evidenciadas em um documentário.

“Muito além do cidadão Kane” (1993), do britânico Simon Hartog, traça as relações entre mídia e poder em nosso país. Proibido de circular no Brasil, devido a decisões judiciais, o filme pode ser ainda acessado graças à internet.

Nele, as organizações Globo são analisadas do ponto de vista da dominação da mídia sobre a população. Citando alguns episódios, como o da campanha

presidencial de 1989, o documentário delineia as empresas de Roberto Marinho como manipuladoras.

O incidente das eleições de 1989, aliás, foi polêmico. O resumo do último debate das eleições presidenciais claramente favorecia ao então candidato Fernando Collor de Melo, prejudicando o adversário Luís Inácio Lula da Silva. Collor se tornaria presidente e os editores do *Jornal Nacional* viriam a reconhecer, mediante as pressões e evidências, que houve de fato favorecimento a um dos candidatos:

Os responsáveis pela edição do *Jornal Nacional* afirmaram, tempos depois, que usaram o mesmo critério de edição de uma partida de futebol, na qual são selecionados os melhores momentos de cada time. Segundo eles, o objetivo era que ficasse claro que Collor tinha sido o vencedor do debate, pois Lula realmente havia se saído mal. (<http://memoriaglobo.globo.com>)

O posicionamento político de direita é marca do jornal, embora apresente certa tendência a flertar com a situação, seja ela de que quadrante for. Assim, quando anos mais tarde, Luís Inácio Lula da Silva se tornou presidente, o jornal não demonstrava franco apoio à gestão em vigor.

Nos editoriais de 2007, podemos observar a tensão presente. Ideologias que se contrapunham como a ampla defesa que o jornal faz nesses textos à privatização, inclusive em alguns momentos, lembrando o leitor do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso.

Esse posicionamento ideológico, contudo, não se mostra tão feroz a ponto de assumir postura mais radical em relação à figura do presidente. Ou seja, ataca-se o seu entorno, medidas e atos do governo, sem ataques pessoais dirigidos a ele.

De qualquer forma, a despeito das polêmicas e controvérsias, *O Globo* se mantém como um dos jornais mais influentes do país. Atualmente, atua com uma tiragem de média de 261.000 exemplares e conta com vários suplementos e seções – bem menos modesto do que naquela quarta-feira, 29 de julho de 86 anos atrás.

## 2- O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DO ANO DE 1947

*Os dias talvez sejam iguais para um relógio, mas não para um homem.*

Marcel Proust

A frase de Marcel Proust encerra a questão da relatividade do tempo. Igual para o círculo repleto de números e pauzinhos o qual convencionamos chamar de relógio, diferente para os homens em seus diferentes contextos, em suas distintas experiências.

Para tratar da argumentação em duas épocas tão distantes uma da outra – 60 anos – faz-se necessário aqui em algumas palavras delinear o contexto sociopolítico do ano de 1947, a fim de contextualizarmos esse período.

Os anos de 1940 foram marcantes na história da humanidade. A primeira metade dessa década foi marcada pelo desenvolvimento e término do conflito de maiores proporções já vistas: a Segunda Guerra Mundial.

As colunas de opinião inseridas nesse período que vamos analisar situam-se dois anos após a guerra. Segundo HOBBSAWM (1995) :

Jamais a face do globo e a vida humana foram tão dramaticamente transformadas quanto na era que começou sob as nuvens em cogumelo de Hiroshima e Nagasaki. Mas como sempre a história tomou apenas consciência marginal das intenções humanas, mesmo as dos formuladores de decisões nacionais. A verdadeira transformação social não foi pretendida nem planejada. E, de qualquer modo, a primeira contingência que se teve de enfrentar foi o imediato colapso da grande aliança antifascista. Assim que não mais houve um fascício para uni-los contra si, capitalismo e comunismo mais uma vez se prepararam para enfrentar um ao outro como inimigos mortais (p. 177).

O período que seguiu à Segunda Guerra Mundial, portanto, foi marcado pelos embates entre capitalismo e comunismo. Como dificilmente deixaria de ser, uma vez que participou ativamente ao final da guerra combatendo junto aos aliados, o Brasil refletia também esse cenário.

A postura amigável que se mantinha em relação aos Estados Unidos se convertia em certa animosidade quando assunto era a antiga URSS. A tensão entre essas duas potências, portanto, não se restringia a elas, mas avançava com seus tentáculos, influenciando todo um cenário ao redor.

Em nossas terras, Eurico Gaspar Dutra do PSD ganhou a presidência da República num período de grandes expectativas no que dizia respeito ao cenário político internacional (cf. REZENDE, 2003, p.40). Em 2 de outubro de 1945, as eleições o levaram ao poder com 54,16% dos votos, derrotando o candidato Eduardo Gomes da UDN. Dutra assumiu a presidência em 31 de janeiro de 1946. Segundo SODRÉ (1999, p. 387) :

O processo de redemocratização do país, iniciado sob excelentes auspícios, com o clima da liberdade reinante, seria violentamente truncado com o golpe militar de 29 de outubro de 1945, que depôs Getúlio Vargas. Após o intervalo em que governou o juiz José Linhares, assumiu a presidência o condestável do Estado Novo, o general Eurico Gaspar Dutra, cujo governo, cheio de violências, foi o prolongamento natural da ditadura.

Dessa forma, temos, nesse período, uma fase ainda turbulenta em que o processo de redemocratização era mais propriamente um discurso que uma efetiva realidade.

No mesmo período, no que diz respeito ao cenário internacional, o Brasil firmou-se como aliado dos EUA, reiterando os laços da participação de nosso país na Segunda Mundial.

Confrontado com a força crescente do Partido Comunista, Dutra decidiu usar mecanismos de repressão. De acordo com SKIDMORE:

[...] Fôra incluído na Constituição de 1946 um dispositivo legal mediante o qual os partidos « antidemocráticos » poderiam ser impedidos de participação aberta na política. [...] A supressão oficial do Partido Comunista coincidiu também com o início da guerra fria. Os anticomunistas brasileiros podiam, portanto, encontrar uma pronta justificativa para os seus atos. (SKIDMORE, pp. 93-94).

Se por um lado havia uma forte aliança com os EUA, por outro, havia um processo de tensão crescente em relação à URSS, o que culminou no rompimento entre os dois países.

Para REZENDE (2003, p. 13), o Brasil se tornou um “pioneiro” da Guerra Fria. Em outubro de 1947, mês em que estão inseridos os textos que compõem *corpus* deste estudo, mais precisamente no dia 21, o Brasil envia uma nota de rompimento à URSS. Os textos de nosso trabalho se localizam nos dias anteriores a esse acontecimento.

Considerado o contexto político não surpreende que conflitos diplomáticos com a URSS começassem logo a acontecer. Em dezembro de 1946, um dos diplomatas brasileiros em Moscou envolveu-se em briga no hotel em que estava hospedado. Trocou tapas com o maitre e acabou detido por seguranças, que o agrediram e algemaram. Assim que foi solto, o enfurecido diplomata brasileiro quebrou vários objetos do hotel, causando ainda mais alvoroço. O governo soviético fez uma crítica oficial e exigiu indenização, gerando indignação nos círculos do Itamaraty (MOTTA, 2007, p. 237)

O episódio referente ao diplomata brasileiro em Moscou aliou-se a algumas questões relativas à mídia impressa soviética, que criticava o Brasil por haver cassado o registro do PCB, e “quando diplomatas dos dois países trocaram farpas em debates na ONU, pois os soviéticos criticavam os brasileiros como lacaios a serviço dos EUA” (MOTTA, 2007, p. 238). Além disso, um artigo que atacava seriamente o presidente Eurico Gaspar Dutra desempenhou papel relevante no desmoronamento das relações entre os dois países:

Dutra foi rotulado de fascista, covarde e General do café. Os líderes soviéticos não fizeram qualquer esforço para abrandar o incidente, dando ao governo brasileiro justificativa suficiente para decretar o rompimento de relações (MOTTA, p. 238).

Dessa forma, na nota dirigida ao governo soviético, desfaziam-se oficialmente as relações entre os dois países, como podemos observar em seu fragmento final, transcrito abaixo:

O Governo soviético deu, a esta lamentável ocorrência um desfecho que significa desdém pelas suas relações que afincadamente procuramos manter e cultivar. Nestas condições, só me resta notificar a Vossa Excelência, em nome e por ordem do meu Governo, que cessam nesta data as relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS.  
Mario Pimentel Brandão.  
(Fonte : telegrama de Raul Fernandes a Oswaldo Aranha Apud REZENDE, 1999, p. 15).

Como podemos observar, o contexto sociopolítico dos anos de 1940 era demasiado complexo. O desenrolar e término do maior conflito bélico da história da humanidade, seguido do início da Guerra Fria, que dividia o mundo em dois grandes blocos, delineava o cenário externo, enquanto internamente o Brasil se via às voltas com um problemático processo de redemocratização.

No entanto, como esses eventos internos e externos afetaram a mídia impressa no Brasil ?É o que trataremos a seguir em algumas palavras.

## 2.1- A década de 1940 e a imprensa no Brasil: o jornal *O Globo*

Sabemos que o Brasil vivia um cenário conturbado e que o processo de redemocratização enfrentava seus problemas. Por outro lado, no cenário internacional, o mundo saíra há apenas dois anos do maior conflito bélico da história – a Segunda Guerra Mundial. Mas até que ponto esses acontecimentos se refletiram no cotidiano da imprensa?

Até fevereiro de 1945, permanecia em vigor um regime de censura à imprensa. Logo após o fim do Estado Novo, com a promulgação da nova Constituição, durante a Assembleia Constituinte de 1946, foi estabelecida mais uma vez a livre manifestação do pensamento.

Para a mídia impressa, portanto, dava-se início a um novo período de comodidade e de liberdade, agora sem a mão inquisidora do regime de censura a assombrá-la.

Assim, em 1947, o contexto se mostrava mais profícuo ao engajamento da imprensa. Contudo, a redemocratização ainda não era de fato palpável e o governo de Dutra assumia ares de “prolongamento natural da ditadura”, conforme afirma SODRÉ (1999, p. 396):

O desenvolvimento democrático, no Brasil, frustrado pelo golpe militar de outubro de 1945, trazendo ao poder o general Eurico Gaspar Dutra, pilar do Estado Novo, transformar-se-ia em simples continuação da ditadura, agora com uma fachada legal. Em 1946, sob clima de terror policial, foi elaborada nova Constituição. No que diz respeito à imprensa, determinava que as empresas jornalísticas deviam ser nacionais, ficando estrangeiros proibidos de mantê-las. [...] O dispositivo constitucional era propositadamente inócuo. Em nada, possibilitou resguardar o caráter nacional das empresas jornalísticas.

Ainda assim, a despeito desse cenário, a nova constituição já garantia maior margem de manobra à imprensa nacional. Dessa forma, nos textos opinativos sob nossa análise, não há mais as antigas restrições à expressão da mídia.

No que diz respeito ao momento político vivido pelo jornal *O Globo*, pode-se afirmar que a situação era até certo ponto tranquila, pois, como afirma BIAL

Agora é hora de revelar o nome do comandante que fazia o “meio-de-campo” entre as Forças Armadas e *O Globo Expedicionário* e que se tornara amigo dileto de Roberto Marinho: Eurico Gaspar Dutra, que viria a suceder Getúlio Vargas na presidência da República (BIAL, 2005, p. 160).

Roberto Marinho, dono do jornal, andava, por assim dizer, de “mãos dadas com o poder”. A tensão presente na dualidade do espírito crítico e dos laços pessoais pode ser percebida em algumas colunas de opinião da época quando o assunto é Eurico Gaspar Dutra. É o caso, por exemplo, do texto “Os culpados”, de 2/10/1947, em que se exime o presidente à época dos problemas que assolam a nação.

Ninguém pode contestar que o presidente da República esteja realmente empenhado em resolver os graves problemas que ora afligem o povo. Inúmeras vezes, S. Excia tem revelado o seu louvável interesse nesse sentido e tomado providências que lhe parecem oportunas. E, inegavelmente, várias dessas providências teriam produzido melhores resultados se lhes houvessem dado segmento. Mas, infelizmente, não é o que tem acontecido. O chefe da nação ordena as medidas que julga proveitosas, mas estas, ao que parece, morrem com o eco de suas palavras dentro da própria sala de despachos do Catete... De outro modo não se explicaria o fato de até hoje não ter sido resolvido nenhum dos referidos problemas.

[...]

Creemos que não haverá quem seja bastante inconsciente para achar que corre por conta do presidente a complacência que certos órgãos oficiais vêm patenteando em face da ganância.

[...] a culpa cabe exclusivamente aos elementos oficiais, que estranha e sistematicamente se empenham em defender e amparar a ação odiosa e funesta dos gananciosos de toda a espécie. E para conseguirem tão lamentável intento a quantos argumentos especiosos recorrem! Incontestavelmente, o presidente vem sendo muito mal informado a respeito das medidas que tem mandado por em prática em benefício da população.

Pode-se perceber, no texto acima, o léxico sendo usado no sentido de se resguardar a figura do presidente, embora ele tenha sido qualificado de *mal-informado*. Na verdade, trata-se de uma forma de defendê-lo; o presidente não sabe o que está ocorrendo, não sendo culpa dele, mas de outrem, os problemas que vêm se apresentando. Há de fato no texto inserida uma crítica; mas dentre “Os culpados” do título não se encontra Dutra, cujo *louvável interesse* não é compartilhado pelos que os cercam.

No que diz respeito ao cenário internacional, o Brasil havia atuado na Segunda Guerra Mundial como aliado dos Estados Unidos, o que tratou de reiterar a aliança entre os dois países. Por outro lado, como já salientamos, o mesmo não ocorreu em relação à URSS.

A URSS estava proscria como parceira diplomática do Brasil, mas continuou muito presente no debate público, graças à Guerra Fria. A imprensa e a propaganda

comunista continuaram a exaltá-la, assim como a Stalin, e a grande imprensa, por seu turno, a maldizê-la em seu noticiário internacional (MOTTA, 2007, p. 238).

No caso do jornal *O Globo*, embora os editoriais analisados se circunscrevam no período anterior a essa ruptura, já se anunciava, ainda que de forma tímida, a animosidade que se estabelecia:

A imprensa matutina de ontem refletiu a indignação causada entre os brasileiros pelas infâmias associadas pela imprensa soviética contra o nosso país, ferindo os nossos mais legítimos brios patrióticos, procurando desmoralizar a nossa ação na luta contra o nazismo, na qual tantas vidas preciosas de patriotas para quem a pátria, acima de tudo, justificava todos os sacrifícios. É claro que quando nos referimos à imprensa brasileira estamos longe de nela incluir o órgão comunista, sempre ligado a Moscou e preocupado com os problemas da expansão do imperialismo brutal da Rússia. (*O Globo*, 6/10/1947).

Esse texto faz referência às polêmicas da imprensa moscovita em relação ao Brasil. O tom de crítica é claro, principalmente na passagem em que fala do *imperialismo brutal da Rússia*.

Dessa forma, o jornal *O Globo* refletia as relações estreitas de Roberto Marinho com o presidente Eurico Gaspar Dutra, a valorização do sentimento nacionalista, além de tratar de temas cotidianos, muitas vezes do cidadão carioca.

Podemos observar, nas colunas analisadas desse período, a discussão de temas prosaicos, como os barulhos na cidade do Rio de Janeiro (“Rio, cidade do barulho” e a crítica às pessoas que permanecem em pé nos bondinhos (“Pingentes da morte”), só para citar alguns exemplos.

As condições fornecidas pelo contexto histórico, portanto, influenciaram na própria forma de expressão e de argumentar. E é sobre argumentação que trataremos a seguir.

### 3- (RE)VISITANDO TEORIAS

Para tratar da argumentação em textos da mídia impressa nos anos de 1940 e na atualidade, optamos, conforme já assinalado na introdução deste trabalho, na impossibilidade natural de nos aprofundarmos em todos os aspectos desse tema, analisar três elementos: a seleção vocabular, o emprego dos tempos verbais e o uso da pontuação.

No entanto, antes de tratarmos desses tópicos, trataremos em breves palavras da argumentação. Da antiga Retórica aristotélica até a revitalização dos dias atuais, que tem gerado diversos estudos sobre o assunto, um longo caminho foi trilhado.

Ao longo deste capítulo, portanto, trataremos um pouco desse percurso dos estudos acerca da argumentação, seguindo-se de algumas apreciações acerca dos itens elencados para análise.

### 3.1- A argumentação

Da retórica aristotélica aos novos estudos acerca da argumentação nos dias atuais, as pesquisas relativas a esse tema passaram por séculos de reviravoltas.

Dessa forma, para melhor compreendermos os estudos atuais acerca desse tópico, é preciso que nos transportemos para o século V a. C.

Na Sicília, em meados de 485 a. C., a população tinha seus direitos violados por dois tiranos, Gelon e Hieron, que, com o objetivo de povoar Siracusa, transferiram populações, expropriaram e distribuíram terras.

O destino dos dois tiranos foi a deposição numa rebelião. Com isso, grandes júris populares foram mobilizados com a abertura de processos para a devolução das propriedades aos seus donos.

Por conseguinte, as partes envolvidas nessas disputas judiciais precisavam demonstrar a maior eficácia possível no discurso a fim de persuadir seus julgadores.

Essa necessidade de se valer da melhor forma do discurso levou à criação de uma *arte* que, ensinada nas escolas, prontificaria os cidadãos a exercerem seus direitos. Com isso, surgiram os primeiros mestres do que mais tarde se nomearia *retórica*.

As fontes históricas creditam a Córax e a seu pupilo Tísias a elaboração do primeiro manual de retórica. Todavia, o primeiro nome que vem à mente dos pesquisadores ao citarmos essa palavra é o de Aristóteles. Foi ele o responsável pela organização desses preceitos em seu livro *Retórica*.

Entendamos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Esta não é seguramente a função de nenhuma outra arte; pois cada uma das outras apenas é instrutiva e persuasiva nas áreas da sua competência; como, por exemplo, a medicina sobre a saúde e a doença, a geometria sobre as variações que afectam as grandezas, e a aritmética sobre os números; o mesmo se passando com todas as outras artes e ciências. Mas a retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada (2005, p. 96)

A Retórica floresceu e se espalhou. No entanto, com o passar dos séculos, viu-se em declínio, passando longo tempo em ostracismo, vindo a ser reabilitada, sobretudo, pelos estudos de Chaïm Perelman, em seu **Tratado de argumentação: a nova retórica**, de 1958.

Como afirma PLANTIN (2008, p. 13)

No fim do século XIX, a “retórica” foi violentamente criticada como disciplina não científica e eliminada do currículo da universidade republicana, à época em seus primeiros anos. Na França, a retórica como disciplina aplicada e articulada nunca se recompôs dessa acusação. Apenas a história da retórica é tida como digna do campo universitário. O estudo das práticas discursivas foi repensado no quadro da análise do discurso, da comunicação institucional e das interações verbais.

É, pois, na retórica aristotélica que reside a gênese dos estudos acerca da argumentação, revitalizados nos dias atuais. Segundo CHARAUDEAU

a argumentação (...) é um setor de atividade da linguagem que sempre exerceu fascínio, desde a *retórica* dos antigos que dela fizeram o próprio fundamento das relações sociais (*a arte de persuadir*) até hoje, quando voltou à moda (2008, p. 201).

Voltando ao cenário das pesquisas e do interesse acadêmico, a argumentação passa a um estágio em que se questiona não só o que é argumentar, mas, principalmente, que elementos tornam um texto argumentativo. Para ABREU (2003, p. 10):

Segundo o senso comum, argumentar é vencer alguém, forçá-lo a submeter-se à nossa vontade. Definição errada! Von Clausewitz, o gênio militar alemão, utiliza-a para definir GUERRA e não ARGUMENTAÇÃO. Seja em família, no trabalho, no esporte ou na política, saber argumentar é, em primeiro lugar, saber integrar-se ao universo do outro. É também obter aquilo que queremos, mas de modo cooperativo e construtivo, traduzindo nossa verdade dentro da verdade do outro.

Um texto argumentativo tem, comumente, por estrutura, a proposta, a tese, os argumentos pró-tese, as concessões, as restrições. Não existem, entretanto, critérios que se reportem ao tamanho do texto: argumentativo – pode ser tanto um texto teórico de quinhentas páginas, quanto uma simples frase. Ouçamos a Helênio Fonseca de Oliveira:

Numa frase como “Traga uma lâmpada para o abajur do quarto”, por exemplo, dita a alguém que está saindo para fazer compras, o sintagma “para o abajur do quarto” pode ser um argumento, desde que o locutor suponha que seu interlocutor poderá achar desnecessário comprar a lâmpada se não for esclarecido quanto a sua finalidade, ou seja, desde que o objetivo da compra tenha sido explicitado com a intenção de persuadir o ouvinte a realizá-la (2000, p. 174).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. “Categorias do modo argumentativo de organização do discurso e relatores”. In: GÄRTNER, Eberhard et alii, eds. *Estudos de Linguística Textual do Português*. Frankfurt: TFM, 2000. p. 174

Para que haja argumentação, consoante Charaudeau, é necessário que haja uma proposta (francês *propos*) a cujo respeito possa haver questionamento, um argumentador que se posicione diante de tal proposta e um sujeito que seja alvo da argumentação. Argumentador e destinatário, vale assinalar, podem ser coletivos ou sociais.

Ainda segundo Helênio Fonseca de Oliveira,

Jamais ocorre, portanto, argumentação em defesa de uma verdade consensual ou vista como consensual pelo argumentador. Em princípio, ninguém argumentaria – por exemplo – para provar que o fogo queima, a não ser que se criasse um universo discursivo em que fosse possível pôr em dúvida a veracidade dessa asserção.<sup>2</sup>

Ou seja, quanto mais consensual for o conteúdo de uma assertiva, menos passível será de ser defendida com argumentos. Por outro lado, quanto mais questionável seja a veracidade de uma asserção, mais sujeita estará a servir de mote para uma argumentação.

Todo texto argumentativo, oral ou escrito, resulta de uma tomada de posição com relação a uma assertiva polêmica preexistente a sua produção. A proposta, por conseguinte, é condição necessária para a existência do texto argumentativo, podendo ser explícita ou implícita e consistindo na citação ou alusão a uma assertiva presente em outro(s) texto(s), no(s) qual(/quais) desempenha o papel de tese.<sup>3</sup>

Vale aqui ressaltar que, ao contrário do que se possa acreditar, segundo Christian Plantin (1997), não argumentamos simplesmente para persuadir nosso interlocutor da validade de nossas crenças ou para levá-lo a praticar uma ação, mas também para fazê-lo sentir, provocar nele sentimentos positivos ou negativos em relação a algo ou a alguém.

Ao argumentarmos, temos a nossa disposição uma série de ferramentas. Dentre essas ferramentas, optamos por investigar o papel desempenhado por três elementos: os verbos, o vocabulário engajado e os sinais de pontuação. E é dessa tríade que trataremos a partir de agora.

---

<sup>2</sup> Idem ao 1.

<sup>3</sup> Idem Ibidem. Pp. 174, 175.

### 3.2- A seleção vocabular a serviço da argumentação

Recordo-me de um dos episódios da popular série de animação *Os Simpsons*, em que a personagem Marge obteve licença para ser corretora. Em suas primeiras experiências com os clientes, a esposa de Homer Simpson procurou de todas as formas qualificar os imóveis como ela realmente os via, o que acabava provocando a desistência dos clientes.

Lionel Hutz, seu chefe, trata de lhe explicar, então, como ela deve se utilizar do léxico e, assim, persuadir as pessoas a efetuarem as compras.

**Marge:** *Mas tudo que fiz foi dizer a verdade!*

**Lionel Hutz:** *É claro que sim! Mas tem a verdade (ele faz uma careta emburrada) e a verdade (agora um largo sorriso se forma em seu rosto). Vou lhe mostrar.*

Figura 1



*Os Simpsons*, episódio “Propriedade indesejada”

**Marge:** – *É muito pequena.*

**Lionel Hutz:** – *Eu diria que é bem compacta.*

**Figura 2**



*Os Simpsons*, episódio “Propriedade indesejada”

**Marge:** – *Essa está toda quebrada!*

**Lionel Hutz:** – *É rústica!*

O diálogo entre Marge e seu chefe ilustra o que nos diz OLIVEIRA, 2008b, p. 119, quando afirma que “(...) o texto pode construir para a mesma pessoa ou coisa uma imagem positiva ou negativa, graças à escolha do vocabulário”.

Dessa forma, a seleção vocabular está diretamente ligada à orientação argumentativa do texto. É o que veremos a seguir.

### 3.2.1- Seleção lexical e orientação argumentativa do texto

No processo de argumentação, a seleção lexical mostra-se uma importante ferramenta. Nos textos argumentativos, a escolha de determinada palavra em detrimento de outra pode servir à orientação argumentativa de quem os redige.

É importante frisar que, quando tratamos de seleção lexical ligada à argumentação, referimo-nos especificamente ao uso de termos meliorativos e pejorativos, o chamado vocabulário engajado, conforme estudo realizado por ROSA, 1999.

Convém também esclarecer o conceito de orientação argumentativa do texto, termo da semântica argumentativa de Ducrot. Segundo Plantin:

A orientação (ou o valor) argumentativa(o) de um enunciado E1 define-se como a seleção operada por esse enunciado sobre os enunciados E2 capazes de sucedê-lo em um discurso gramaticalmente bem construído (PLANTIN, 2008, p. 33)

E conclui, citando Ducrot: “(...) ou seja, o conjunto das possibilidades ou das impossibilidades de continuação discursiva determinadas por sua utilização” (apud PLANTIN, 2008).

No caso de textos argumentativos, conforme nos lembra OLIVEIRA, 2003, as escolhas lexicais devem seguir a direção da orientação argumentativa do texto, abrindo-se exceção para os casos de ironia e de mascaramento de intenções. Dissociar-se de tal “regra textual”, empregando-se os termos meliorativos e pejorativos de maneira equivocada pode trazer problemas de coerência ao texto.

Em seu livro *Teoria lexical*, Margarida Basílio tece algumas considerações sobre o uso de tais termos:

A pejoratividade é provavelmente a expressão mais comum de atitude subjetiva sobre a caracterização de um ser.  
Em geral, podemos nos manifestar acerca de alguma coisa de uma maneira neutra, positiva ou pejorativa. As expressões positiva e pejorativa são expressões de atitude subjetiva (1989, p. 86).

Em sua dissertação de mestrado, na qual analisou o papel de termos meliorativos e pejorativos no *JB* e na *Folha*, ROSA, 1999, pondera que tais termos surgem com frequência em textos argumentativos, caracterizados pela

argumentação polêmica (quando há engajamento – cf. CHARAUDEAU, 2008). Nesse mesmo trabalho, Rosa aponta que podem desempenhar tal função não somente os adjetivos, mas também os substantivos e os verbos.

Helênio Fonseca de Oliveira (2008b) marca a diferença entre termos meliorativos, neutros e pejorativos a partir de um quadro no qual acomoda algumas palavras. Desse quadro citamos aqui o exemplo das palavras *luta* (meliorativo), *confronto* (neutro) e *conflito* (pejorativo). Obviamente, tais distinções retratam apenas uma tendência, como recorda o próprio autor, sendo no texto que o sentido das palavras irá de fato se manifestar.

Ainda segundo esse autor,

O apelo emocional de palavras não engajadas, como *homicídio*, *prostituta* e os nomes científicos dos órgãos sexuais, portanto, decorre apenas dos respectivos referentes. Já vocábulos como *assassino*, *puta*, *piranha* e similares exercem esse apelo não só pela força expressiva dos fatos, mas também pela escolha lexical, sendo, pois, os verdadeiros pejorativos (2008b, p. 118).

Dessa forma, embora algumas palavras encerrem esse *apelo emocional*, não são necessariamente engajadas. Segundo Charaudeau,

Na verdade, toda qualificação reflete como o sujeito falante vê os seres e o mundo, e assim demonstra sua subjetividade. Assim, ele pode dizer: “a terra é azul como uma laranja”.

Percebemos que essa descrição pode ser considerada como uma ferramenta que permite ao sujeito que fala satisfazer seu desejo de *possuir o mundo*: é ele que o singulariza, especifica, que lhe dá uma substância e uma firmeza em particular, em função de sua própria visão das coisas que passam por sua racionalidade, e também por seus sentidos e sentimentos<sup>4</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 663 – Tradução livre).

Dessa forma, podemos concluir que a seleção vocabular trata-se de um fenômeno importante no que concerne aos estudos de como as palavras se relacionam com a orientação argumentativa do texto e demonstra-se uma

---

<sup>4</sup> En effet, toute qualification témoigne du regard que le sujet parlant porte sur les êtres et le monde, et donc témoigne de sa subjectivité. Ainsi il peut se laisser aller à dire : « *la terre est bleue comme une orange* ». On voit que cette description peut être considérée comme l’outil qui permet au sujet parlant de satisfaire son désir de *possession du monde* : c’est lui qui le singularise, le spécifie, lui donne une substance et une orme particulières, en fonction de sa propre vision des choses qui passe par sa rationalité, mais aussi par ses sens et ses sentiments.

ferramenta valiosa na compreensão dos processos textuais, ajudando a evidenciar como a argumentação é linguisticamente construída.

### 3.3- Fatos narrados X fatos comentados: colunas de opinião

Neste capítulo, enfocaremos o papel dos tempos verbais na construção do texto argumentativo. Para tal, recorreremos a Weinrich, cuja teoria acerca dos tempos verbais corrobora nos estudos acerca da argumentação.

Weinrich (1968) associa o uso dos tempos verbais com as categorias mundo narrado e mundo comentado:

Há tempo de comentar e há tempo de narrar. Assim, há tempos gramaticais do comentar e do narrar. Assim como os tempos do grupo II estão para o relato, os do grupo I estão para o comentário, para tratar das coisas. Vamos, pois, chamá-lo grupo de tempos do mundo comentado e os tempos, tempos comentadores (Tradução livre)<sup>5</sup>.

O autor se refere, pois, a dois grupos distintos tempos dos verbos, aqueles próprios do narrar e os do comentar. No caso da língua portuguesa, temos, aqui no Brasil, o trabalho de Ingedore Villaça Koch, que adaptou a teoria de Weinrich para nossa língua (cf. KOCH, 2000):

Grupo I	Grupo II
<b>Indicativo:</b> Presente; pretérito perfeito composto; futuro do presente; futuro do presente composto; e as locuções formadas com esses tempos.	<b>Indicativo:</b> pretérito perfeito simples; pretérito imperfeito; pretérito mais que perfeito; futuro do pretérito; e as locuções formadas com esses tempos.

Observe-se que a distinção é basicamente presente/pretérito do indicativo – o pretérito perfeito composto inserido no grupo I deve-se ao fato de que a tradição escolar foi infeliz na escolha desse nome para esse tempo.

<sup>5</sup> Hay Tiempo de comentar y hay Tiempo de narrar. Así, hay tiempos gramaticales del comentar y del narrar. Lo mismo que el grupo de tiempos II está para relatar, así el grupo I está para comentar, para tratar de las cosas. Vamos, pues, a llamarlo *grupo de tiempos del mundo comentado* y los tiempos, *tiempos comentadores* (WEINRICH, 1968, pp. 69-70).

No caso do pretérito perfeito KOCK (2000, p. 186) aponta que, em português, esse tempo pode apresentar-se tanto no grupo I, quanto no grupo II, dependendo de seu emprego.

Mas, afinal, de que se trata esse emprego do pretérito perfeito como tempo do comentário? Como distinguir o uso do pretérito perfeito com valor de relato do de comentário?

Antes de respondermos às perguntas acima, vejamos o par de frases abaixo:

O Rio de Janeiro já **foi** uma cidade pacífica.

O Flamengo **venceu** o Vasco por 2X1.

Nas duas frases, temos o emprego do pretérito perfeito. Na primeira, entretanto, temos um juízo de valor; o ato não é o de narrar, mas sim de comentar (note-se, inclusive a remissão que se faz ao próprio presente, pois, ao afirmar que o Rio foi uma cidade pacífica, aponta para a ideia que o Rio não é mais assim). Na segunda, por outro lado, temos um emprego típico do relato, o time do Flamengo venceu uma partida contra o Vasco.

Assim sendo, na primeira frase o verbo no pretérito perfeito se enquadra no mundo comentado; na segunda, no mundo narrado.

No caso do futuro do pretérito em português, precisamos levar em consideração o fato de que, muitas vezes, não temos um emprego temporal e sim modal desse tempo verbal, o que o pode tornar tempo comentador.

Para que a distinção possa ser feita de forma sistemática, utilizamos o seguinte esquema de análise: quando o futuro do pretérito é usado com valor de pretérito, constitui mundo narrado; se o futuro do pretérito é usado com valor de presente, constitui um caso de mundo comentado.

Vejamos um exemplo no texto “Modelo sem futuro”, de 9/10/2007, que aborda a questão da gestão pública no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A única ocorrência de verbo no futuro do pretérito localiza-se na primeira linha do quinto parágrafo, com o verbo *precisaria*, em “O que o presidente **precisaria** entender é que, ao manter os gastos correntes em ascensão, por conta do assistencialismo e do empreguismo, ele estrangula cada vez mais a já baixa capacidade de investimento do setor público [...]”.

Observe-se que, nesse caso, temos o futuro do pretérito substituindo o presente, modalizando o trecho. Nesse caso, de acordo com a nossa afirmação anterior, o futuro pretérito constitui aqui um caso de mundo comentado.

Vejamos agora um caso de uso do futuro do pretérito em que o mesmo constitui um caso de mundo narrado:

O presidente **teria dito** isso na semana passada.

Nesse caso, o verbo é substituível pelo pretérito perfeito. É um caso típico de emprego do relato e o verbo aqui é contabilizado como pertencente ao mundo narrado. Consoante Weinrich:

Narrar é um comportamento característico do homem. Podemos nos comportar frente ao mundo narrando-o. Narrando-o, empregamos aquela parte da linguagem que está prevista para narrar. Empregamos em particular os tempos do relato. Sua função na linguagem consiste em informar ao que escuta que a comunicação é um relato. Absolutamente tudo, o mundo inteiro, verdadeiro ou não-verdadeiro, pode ser objeto de um relato, vamos chamar aos tempos do grupo II *tempos do mundo narrado* ou, abreviadamente, *tempos da narração*. “Mundo” não significa aqui outra coisa que possível conteúdo de uma comunicação linguística (Tradução livre)<sup>6</sup>.

Dessa forma, em textos essencialmente narrativos, observamos, basicamente, o emprego dos pretéritos, tempos associados ao narrar. É o que ocorre, por exemplo, nos textos das notícias de jornal, em textos literários. Em suma, em todo gênero textual em que a atitude comunicativa seja a de narrar.

Ao tratar do mundo comentado, WEINRICH nos diz:

Aqui o mundo não é narrado, e sim comentado, tratado. O falante está comprometido, tem que mover e tem que relacionar e seu discurso é um fragmento de ação que modifica o mundo em um ápice e que, a sua vez, empenha o falante também em um ápice (Tradução livre)<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> El narrar es un comportamiento característico del hombre. Podemos comportarnos frente al mundo narrándolo. Narrándolo empleamos aquella parte del lenguaje que está prevista para narrar. Empleamos en particular los tiempos del relato. Su función en el lenguaje consiste en informar al que escucha una comunicación es un relato. Ya que absolutamente todo, el mundo entero, verdadero o no verdadero, puede ser objeto de un relato, vamos a llamar a los tiempos del grupo II *tiempos del mundo narrado* o, abreviadamente, *tiempos de la narración*. “Mundo” no significa aquí otra cosa que posible contenido de una comunicación linguística (WEINRICH, 1968, p. 67).

<sup>7</sup> Aquí el mundo no es narrado, sino comentado, tratado. El hablante está comprometido; tiene que mover y tiene que reaccionar y su discurso es un fragmento de acción que modifica el mundo en um ápice y que, a su vez, empena al hablante también em um ápice (WEINRICH, 1968, p. 69).

Vejamos um exemplo de emprego do tempo do comentário, extraído do texto “O ‘mercado negro’ desonra o Brasil”, de 11/10/1947, parte do nosso *corpus*:

No plano dos fatos materiais e imediatos nenhum sinal de confusão e desagregação dos espíritos *será* mais alarmante do que a realidade sem entranhas do “mercado negro”, que *pode* ser considerado um símbolo precursor das maiores catástrofes humanas provocadas pelo próprio homem. *É* o delírio de ganho sem escrúpulos, do sibaritismo fácil e nefasto, sem piedade e sem lei, que se *alimenta* de traição e de miséria. E, no Brasil, desgraçadamente, essa prática delituosa *vem assumindo* características que *enxovalham* e *envergonham* todo um povo perante o conceito de outros povos (grifos nossos).

Podemos observar no trecho acima uma diferença de postura, que se assinala no emprego dos tempos verbais. De acordo com Helênio Fonseca de Oliveira, “Há mais provocação (no bom e no mau sentido) no comentário que na narrativa, uma vez que o engajamento do locutor é um convite a que o interlocutor também se engaje”. (2001, p. 45)

É de se esperar que em textos argumentativos predomine, pois, a tensão do comentário em detrimento da distensão do relato:

Quando emitimos um comentário, direta ou indiretamente, exigimos do nosso interlocutor uma resposta, seja em forma de palavras ou de ações. Se, por exemplo, diante de um grupo, externamos uma opinião política, colocamos o grupo em situação incômoda, obrigando-o a tomar posição pró ou contra (OLIVEIRA, 2001, p. 45).

Dessa forma, em textos nos quais podemos observar um uso mais acentuado de verbos comentário há maior engajamento. A tendência de textos enquadrados no modo argumentativo de organização do discurso é a predominância do mundo comentado em detrimento do mundo narrado.

Vejamos o exemplo a seguir:

Sexta-feira, 21 de dezembro de 2007, ano LXXXIII, n. 27.164.



Embora o ato praticado seja o de narrar, o tempo empregado é o presente do indicativo. Segundo Helênio Fonseca de Oliveira, em tais casos, o objetivo é

“envolver o leitor nos fatos narrados, colocando-o em meio à ação, ou seja, quis narrar com o engajamento de quem comenta” – cf. OLIVEIRA, 2001, p. 48.

Repare-se ainda na metonímia utilizada, o que ajuda a conferir expressividade à manchete, provocando maior impacto no público-leitor.

Segundo Kock (2000), no texto das notícias, porém, podemos observar a preferência pelo pretérito perfeito. É o que ocorre na notícia relacionada à manchete acima:



● Em três minutos, ladrões invadiram o Museu de Arte de São Paulo (Masp), furtaram duas obras valiosas e saíram sem ser notados. As telas furtadas são “Retrato de Suzanne Bloch”, de Pablo Picasso, e “O Lavrador de Café”, de Cândido Portinari. As duas obras são avaliadas por especialistas em pelo menos R\$ 100 milhões. Os ladrões entraram no Masp às 5h09m, forçando a porta da frente, e saíram às 5h12m, aproveitando a hora da troca da guarda, em que os quatro seguranças estavam no subsolo. O alarme do prédio estava desligado. As câmeras de segurança flagraram a entrada dos ladrões, mas, obsoletas, produziram imagens de má qualidade no escuro. A polícia suspeita de um roubo encomendado. Páginas 3 a 9

No texto da notícia, podemos observar a predileção pelo pretérito perfeito, ainda que tenhamos o uso do presente do indicativo em três momentos do texto. Já não há como na manchete a ela relacionada o emprego metafórico do presente. A atitude é de narrar e o emprego dos tempos verbais é consonante com esse propósito.

Os tempos verbais, como pudemos perceber, portanto, possuem papel relevante na construção do texto argumentativo. O uso de verbos do comentário implica mais engajamento por parte de quem redige.

Mas há um terceiro elemento destacado neste trabalho. Comumente deixado de lado em estudos similares, em nossas leituras, mostrou-se relevante – a pontuação.

### 3.4- Sobre pontuação

Nesta parte, abordaremos alguns aspectos no que diz respeito à função expressiva da pontuação e seu papel na construção de sentido no texto. Segundo JUNKES: “A função semântica está sempre presente. A ela acrescenta-se a função afetiva da pontuação atendendo o plano da expressividade do redator” (2002, p. 64).<sup>8</sup>

A autora se reporta aí às diversas possibilidades estilísticas de uso da pontuação. No entanto, no caso dos textos analisados, os propósitos se distanciam daqueles de um texto literário, por exemplo, onde o uso mais emotivo da pontuação é também mais profícuo.

É o que ocorre, por exemplo, no texto a seguir, que dá início aos contos de **Noite na Taverna**, de Álvares de Azevedo:

— Silêncio! moços! acabai com essas cantilenas horríveis! Não vedes que as mulheres dormem ébrias, macilentas como defuntos? Não sentis que o sono da embriaguez pesa negro naquelas pálpebras onde a beleza sigilou os olhares da volúpia?

— Cala-te, Johann! enquanto as mulheres dormem e Arnold — o loiro — cambaleia e adormece murmurando as canções de orgia de Tieck, que música mais bela que o alarido da saturnal? Quando as nuvens correm negras no céu como um bando de corvos errantes, e a lua desmaia como a luz de uma lâmpada sobre a alvura de uma beleza que dorme, que melhor noite que a passada ao reflexo das taças?

Nesse trecho, o uso da pontuação reflete o cenário construído pelo autor: uma noite em que homens se juntam em uma taverna a fim de contar suas histórias, sendo seu discurso acompanhado de muita bebida. O uso das interrogações e exclamações imprime às falas o tom exacerbado com que os personagens discursavam. É uma pontuação típica do Romantismo, em que comumente nos deparamos com o uso expressivo, aqui no sentido quantitativo e qualitativo, dos sinais de pontuação.

A expressividade, no entanto, não é encontrada apenas em um uso massivo de sinais como o ponto de interrogação, de exclamação e as reticências. Ela pode figurar, por outro lado, pela supressão desses sinais, como observamos nos romances do autor português José Saramago:

---

<sup>8</sup> Além do trabalho de Junkes (2002), recomendamos também a leitura da tese de doutorado de Tânia Maria Nunes de Lima Câmara (2006). Nela, a autora aborda a pontuação sob a ótica do ensino, contrastando, inclusive, a forma como se apresenta nas gramáticas.

[...] Estás muito bonita, comentou a gadanha, e era verdade, a morte estava muito bonita e era jovem, teria trinta e seis ou trinta e sete anos como haviam calculado os antropólogos, Falaste, finalmente, exclamou a morte, Pareceu-me haver um bom motivo, não é todos os dias que se vê a morte transformada num exemplar da espécie de quem é inimiga [...] (2005, p. 181).

Tal uso, que rompe violentamente com as normas de emprego dos sinais de pontuação e que tem como resultado um efeito estilístico intenso, não é adequado, nem produtivo em textos opinativos da mídia impressa.

Segundo CATACH, “A escolha da pontuação tanto dependia no passado quanto depende na atualidade, das situações, dos gêneros [...] do autor e os estilos (1994, p. 113). Ou seja, há uma série de variáveis que conduzem ao tipo de pontuação a ser utilizada.

Em manchetes de jornal e textos publicitários, por exemplo, devido a questões de ordem prática, geralmente, temos a sobriedade em seu uso e, em muitos casos, até mesmo a omissão dos sinais.

Nos textos jornalísticos, determinados sinais, como as reticências e os pontos de interrogação e exclamação, não se apresentam produtivos, justamente porque marcam aquilo que a notícia não se propõe a realizar. A narrativa do noticiário se distingue da narrativa literária. Embora, em ambas, possamos identificar a questão do ficcional, a primeira não se define assim.

A narrativa da notícia se quer apresentar como factual e, principalmente, como isenta. O uso de sinais que expressem maior afetividade e, por conseguinte, maior envolvimento vai de encontro a essa premissa da mídia impressa:

Por meio de um comunicado enviado, ontem pela manhã, o Papa Bento XVI mandou uma mensagem de solidariedade às vítimas das enchentes que devastaram cidades da Região Serrana do Rio de Janeiro. No texto, ele diz que implora por assistência divina para todos os que estão sofrendo com essa tragédia. Quem assina a mensagem é o Cardeal Tarcísio Bertone, Secretário de Estado do Vaticano (**Fonte:** *O Globo*, 16/01/2010).

Podemos observar na notícia acima a sobriedade no emprego dos sinais de pontuação. A finalidade aqui não é a de demonstrar afetividade ou engajamento; seu uso é mecânico e reflete apenas a necessidade de marcar as pausas e separar sintático-semanticamente os elementos a fim de imprimir maior clareza aos fatos relatados.

No que diz respeito aos textos opinativos, contudo, temos um terreno no qual, o emprego da pontuação pode não se apresentar da forma insólita com que é possível na literatura, ao menos pode demonstrar algum engajamento.

Neles, o uso é mais distenso, com seu contrato de comunicação não exigindo a mesma sobriedade de uso, que as notícias requerem. Dessa forma, podemos, ainda que de forma esporádica, encontrar sinais que expressem maior afetividade e engajamento por parte do redator, como podemos observar no trecho abaixo:

[...] E basta lembrar, a propósito, o caso das barbearias, cujos preços já foram tabelados várias vezes, tão elevados estavam sendo os sucessivos aumentos impostos ao público. No entanto, como as tinturarias e lavanderias, esses estabelecimentos não têm por principal objetivo a produção ou a venda de coisa alguma, mas somente a mesma “prestação de serviço”, por meio de empregados assalariados. Quem será capaz de afirmar, porém, que o corte do cabelo não seja uma imposição de primeira necessidade – ou que os prejudicados que cortem seu cabelo em casa?...  
(Fonte: *O Globo*, 13/05/1947).

Na passagem acima transcrita, podemos apontar o uso expressivo dos sinais de pontuação, o que se reflete no engajamento do textual. Na ocorrência das aspas, por exemplo, define o sentido negativo que é atribuído a expressão *prestação de serviço*. Por fim, fechando o parágrafo, o uso combinado da interrogação e das reticências que exprime de forma mais contundente o tom de indignação que perpassa o trecho.

É esse, aliás, um dos focos dessa pesquisa: o uso expressivo dos sinais de pontuação como fator de engajamento no contexto dos textos opinativos. Conforme verificaremos mais adiante, existe uma diferença no uso das duas épocas analisadas.

Nossa jornada teórica termina aqui. Como pudemos observar, os três pontos selecionados para se proceder à análise são relevantes no trato com o texto argumentativo. No próximo capítulo, daremos início às nossas considerações acerca da argumentação na mídia impressa.

#### 4- A ARGUMENTAÇÃO NA MÍDIA IMPRESSA: O JORNAL O GLOBO NA DÉCADA DE 1940 E NA ATUALIDADE

Neste capítulo, procederemos à análise contrastiva da argumentação no jornal *O Globo* na década de 1940 e na atualidade. Seleccionamos para análise um *corpus* de cinquenta editoriais – vinte e cinco de outubro de 1947 e outros vinte e cinco de outubro de 2007.

Por se tratar de textos do mesmo jornal em épocas diferentes e nosso foco não ser um tema em particular, optamos por não efetuar uma comparação em pares, por assunto – na escolha das colunas de opinião, o critério utilizado foi o intervalo de tempo: 60 anos. Seguimos a ordem das publicações, sem privilegiar o tema dos textos.

Convém esclarecer ainda que algumas colunas de 1947 tiveram de ser descartadas devido a razões alheias a esta pesquisa. A dificuldade de ler algumas passagens, desgastadas pelo tempo ou simplesmente mal digitalizadas, levou-nos a descartá-las.

Assim sendo, ainda de acordo com o que já foi explicitado na introdução do trabalho, seleccionamos três aspectos a serem analisados:

- ✓ a seleção vocabular;
- ✓ o uso dos tempos verbais.
- ✓ A pontuação como fator estilístico-discursivo

No decorrer deste capítulo, teceremos reflexões acerca desses elementos escolhidos no *corpus*. Primeiramente, apresentaremos os dados e discutiremos alguns aspectos relevantes acerca dos resultados obtidos.

Em seguida, analisaremos o uso da seleção vocabular nos dois períodos; Num terceiro momento, o emprego dos tempos verbais será nosso objeto de estudo, seguindo-se a questão da pontuação.

Porém, antes da apresentação de dados, análises e conclusões, há uma questão relevante a se ponderar aqui: como operacionalizar a análise de textos de épocas distintas?

Como o critério para a seleção dos textos foi a sequência temporal e não o assunto, optamos por efetuar a comparação por fenômenos encontrados. Dessa forma, nossa análise se divide em duas partes basilares: a análise quantitativa e qualitativa.

Converter números em palavras, pois, torna-se o grande desafio das páginas subsequentes. Muitos números serão apresentados; porém, nossa principal missão aqui é trespassá-los, compreendê-los, interpretá-los. Para além da frieza matemática do cálculo, há o trato acolhedor das palavras.

Dessa forma, as linhas que conceberam os dados, as colunas de opinião selecionadas como parte integrante do *corpus*, não serão esquecidas. Suas palavras serão reavivadas e pensadas à luz dos conceitos que servem de base teórica a este trabalho e dos números por elas gerados.

#### 4.1- Os números

*Amável e querida Lilaváti,  
de olhos doces como os da tenra  
e delicada gazela, dize-me qual o  
número que resulta da  
multiplicação de 135 por 12.*

Bháskara In *O homem que calculava*

Nesta parte, apresentaremos os números gerados a partir da leitura das colunas de opinião. Como não poderia deixar de ser, apresentaremos tabelas e gráficos dos totais contabilizados.

De acordo com nossa divisão, primeiramente, trataremos da seleção vocabular, da forma como melhoratividade e pejoratividade se distribuem nas duas épocas e em que grau esse engajamento por meio do léxico se dá.

Em seguida, problematizaremos os números gerados na pesquisa em relação ao uso dos tempos verbais; como narrativa e comentário se portam nos dois períodos.

Por fim, encerrando a apresentação dos números, a pontuação nas duas épocas, a expressividade e o engajamento claramente presentes em 1947 se opondo à sobriedade verificada em 2007.

#### 4.1.1 – Da seleção vocabular

Antes de apresentarmos os dados relativos à seleção vocabular, convém, em breves linhas, esclarecer alguns pontos no que diz respeito à metodologia empregada em seu recolhimento.

Como os textos não possuem necessariamente o mesmo tamanho, adotaremos aqui o mesmo critério efetuado por ROSA (1999) em sua dissertação de mestrado. Assim, estabeleceremos a *densidade de engajamento*, terminologia por ele empregada.

Ou seja, a porcentagem referente a cada texto estará atrelada ao número de palavras a fim de evitar desproporcionalidades que prejudiquem a análise final. A contagem será feita nos moldes propostos pelo supracitado autor. Divide-se o total de termos engajados pelo número de palavras do texto e depois se multiplica esse resultado por mil.

Também vale esclarecer que, ainda de acordo com preceitos desse autor:

[...] entenderemos o conceito de *termo engajado* como algo que possa ser tanto um sintagma com uma ou mais palavras, quanto uma expressão idiomática. Advogamos aqui essa liberdade terminológica, já que conceitos como *termo*, *item lexical*, *palavra*, *sintagma*, etc. não dão conta de nossas necessidades, como dariam em um estudo, por exemplo, de sintaxe. (página 28).

Isso equivale a dizer que o termo engajado pode se enquadrar em qualquer dessas categorias. Ou seja, termo engajado pode ser uma palavra ou mesmo um sintagma nominal inteiro.

Também se faz importante lembrar aqui que algumas palavras podem atuar de forma neutra ou não dependendo do contexto. Vejamos o par de frases abaixo:

Fazer a apreciação dessa obra é tarefa *difícil*.

Clara é uma pessoa *difícil*. Se eu fosse você, ficaria longe dela.

Observemos que o adjetivo *difícil* adquire nuances de sentido que distinguem seu uso na segunda frase em relação à primeira. Tais nuances não devem ser desconsideradas num levantamento de dados desse porte. Como assinala CHARAUDEAU (2008, p. 29), o trabalho de elucidação dos termos no discurso

[...] não deve ser visto como uma tentativa de definição dessa palavra. Trata-se, sobretudo, de uma tentativa de descrever algumas *representações coletivas* que uma determinada sociedade (ou grupo social) constrói para si; seja através de outros discursos que ela produz em uma mesma ocasião, seja em outras circunstâncias.

Outro aspecto discursivo a ser levado em consideração é a utilização da ironia e do sarcasmo. Tais empregos, quando pertinente, serão contabilizados.

Utilizamos os termos melioratividade e pejoratividade para não só dar conta de uma questão já levantada por ROSA em sua pesquisa – a dos meliorativos e pejorativos negados, que se enquadram na esfera da pejoratividade e da melioratividade respectivamente – como também para melhor contemplar esses fenômenos acima explicitados.

Feitos os esclarecimentos necessários, vejamos a que números e a que conclusões chegamos no que diz respeito à seleção vocabular.

A partir das análises das colunas que compõem o *corpus* deste trabalho, observamos uma tendência do jornal em utilizar-se da pejoratividade, ou seja, de um uso acentuado de pejorativos no processo de argumentação em ambos os períodos.

Em seu estudo acerca desse tema no *JB* e na *Folha de São Paulo*, Paulo Rosa afirma que “A melioratividade não é uma regra em editoriais: é de esperar que a pejoratividade predomine [...]” (ROSA, 1999, p. 58).

Dessa forma, conforme observaremos a seguir, ainda que notemos algumas diferenças no comportamento do jornal nas duas épocas investigadas, confirmam-se tais palavras:

**TABELA 1**

*Melioratividade e pejoratividade nas colunas de opinião (out. de 2007)*

<b>Texto</b>	<b>M</b>	<b>P</b>	<b>DE</b>
“Gestão deficiente” (1/10/2007)	2	4	20
“Poderia ser pior” (2/10/2007)	–	10	28
“Espada de Bolívar” (2/10/2007)	2	9	32
“Temeridade” (3/10/2007)	2	13	42
“Doença comum” (3/10/2007)	2	9	31
“Fora do ar” (4/10/2007)	2	5	19
“Ultrapassado”(4/10/2007)	1	2	9

“Risco de uma CPI” (5/10/2007)	1	9	30
“Lições coreanas” (5/10/2007)	6	3	21
“Marco jurídico” (6/10/2007)	9	8	34
“Alívio demográfico” (6/10/2007)	3	1	15
“Projeto de dividir” (7/10/2007)	–	10	34
“Lei paternalista” (8/10/2007)	4	13	46
“Modelo sem futuro” (9/10/2007)	1	13	32
“Na contramão” (9/10/2007)	3	4	22
“Passo à frente” (10/10/2007)	6	1	19
“Trigo e joio” (10/10/2007)	4	9	38
“Queda livre” (11/10/2007)	–	9	22
“Pôquer argentino” (11/10/2007)	2	13	35
“Carona trágica” (12/10/2007)	1	10	31
“Visão distorcida” (12/10/2007)	4	10	34
“Erro de cálculo” (13/10/2007)	–	8	16
“Prós e contras” (13/10/2007)	2	3	14
“Outro ângulo” (14/10/2007)	3	2	14
“Um alerta” (15/10/2007)	3	15	51

\* M = melioratividade / P = pejoratividade / DE = densidade de engajamento

No ano de 2007, a pejoratividade domina, e com folga, as escolhas do jornal, predominando em 20 dos 25 textos, em 80% deles, portanto. Trata-se de um número expressivo que demonstra a tendência pelo uso de termos depreciativos na escritura de editoriais.

No tocante à melioratividade, tivemos um predomínio em cinco editoriais: “Lições coreanas”, “Passo à frente”, “Marco jurídico”, “Outro ângulo” e “Alívio demográfico”.

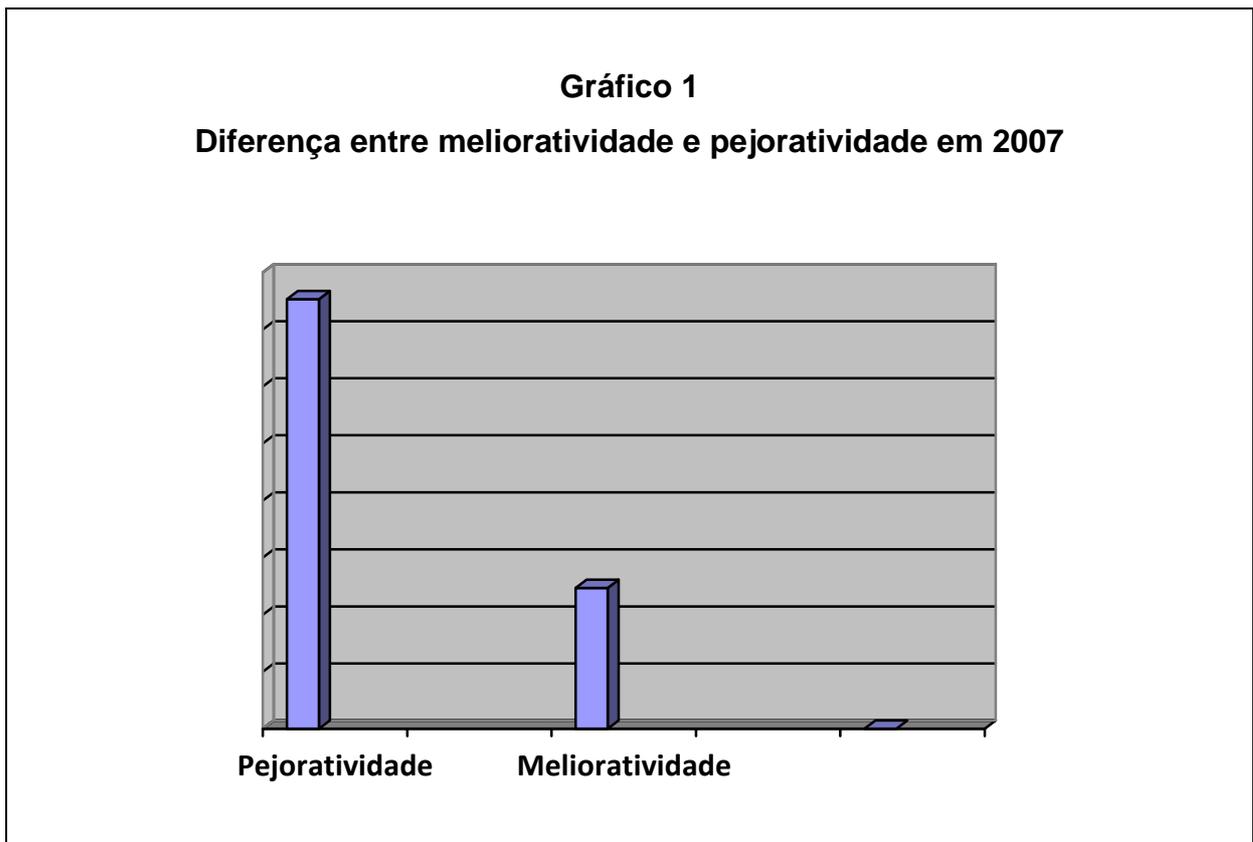
Observe-se, nos títulos desses textos, já presente uma carga valorizante, sinalizando que a leitura que virá a seguir trata-se do elogio a alguma coisa.

É o caso, por exemplo, do texto “Marco jurídico”, que trata da decisão do STF de que o mandato pertença ao partido e não ao candidato. Nele, podemos observar, já no título, a tendência a se falar de alguma coisa de forma elogiosa.

Outra questão relevante é o fato de termos observado certa “flutuação” no uso de termos engajados. Ou seja, enquanto um texto pode ser fortemente marcado nesse quesito, podemos observar outro em que esse engajamento não se faz tão presente.

São os casos dos textos “Um alerta” e “Lei paternalista”, por exemplo, que apresentam altos graus de engajamento pelo léxico, em oposição a textos como “Ultrapassado”, em que a densidade de engajamento é mais baixa.

Somando-se o total de termos engajados e fazendo uma regra de três, obtivemos o seguinte percentual em relação ao uso dos termos engajados no ano de 2007, conforme podemos observar no gráfico abaixo:



O gráfico acima nos dá uma noção mais ampla da forma como se distribuíram melhoratividade e pejoratividade nos textos analisados, de como o jornal trabalhou as duas possibilidades quantitativamente.

A opção pela pejoratividade em 2007 é bastante superior. É nela, portanto, que se concentra a maior parte das escolhas efetuadas pelo jornal, o que não quer dizer, contudo, que a melioratividade não se faça presente.

No tocante a 1947, os resultados, nesse sentido, também não diferem muito, como já era de esperar. A melioratividade ficou em segundo plano, enquanto os elementos pejorativos dominaram as escolhas na escritura dos textos argumentativos:

**TABELA 2**

*Melioratividade e pejoratividade nas colunas de opinião (out. de 1947)*

<b>Texto</b>	<b>M</b>	<b>P</b>	<b>DE</b>
“Sabatina legislativa” (2/10/1947)	4	5	28
“Os culpados” (2/10/1947)	6	12	50
“Depuração necessária da polícia”(3/10/1947)	1	3	12
“Imigrantes holandeses” (3/10/1947)	8	2	28
“Anistia eleitoral” (3/10/1947)	–	4	17
“Imposto de renda” (4/10/1947)	–	12	35
“Rio, cidade do barulho” (4/10/1947)	–	11	33
“Telegramas oficiais” (4/10/1947)	2	6	40
“Os menores abandonados” (6/10/1947)	2	4	22
“Tradutori, traditori...” (6/10/1947)	4	4	33
“Quadro desolador” (7/10/1947)	7	13	40
“O monumento de Cabral” (7/10/1947)	4	5	36
“Importação de técnicos” (7/10/1947)	2	8	32
“Episódio lamentável” (7/10/1947)	4	4	40
“Conselhos e institutos” (8/10/1947)	3	16	48
“Constância no erro” (8/10/1947)	2	5	23
“Iniciativa necessária” (8/10/1947)	2	4	23
“Pingentes da morte”(9/10/1947)	3	10	33
“Técnicos” (9/10/1947)	–	6	22
“O Babaçu” (9/10/1947)	3	1	14

“Círculo vicioso” (10/10/1947)	1	10	29
“O problema da carne” (10/10/1947)	2	4	21
“Os exilados bolivianos” (10/10/1947)	4	1	27
“O ‘mercado negro’ desonra o Brasil” (11/10/1947)	–	17	64
“Gafanhotos versus burocracia” (11/10/1947)	7	8	50

\* M = melioratividade / P = pejoratividade / DE = densidade de engajamento

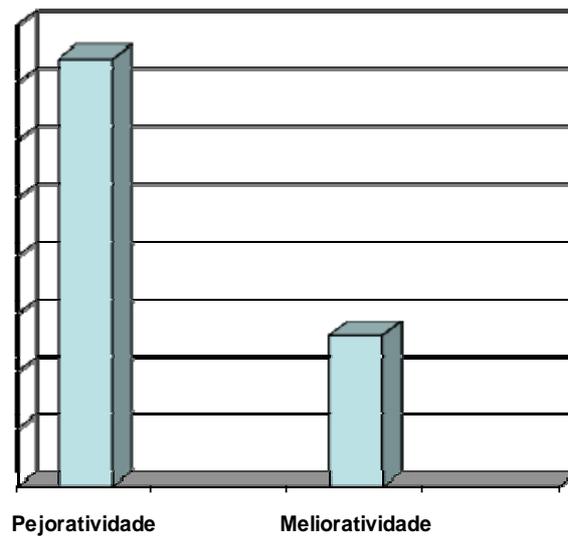
Em 1947, a pejoratividade é a escolha dominante em 20 dos 25 textos pesquisados, 80%, portanto, com exceção de “Imigrantes holandeses”, “O Babaçu”, e “Os exilados bolivianos”, em que se tem uso mais expressivo de meliorativos, e dos textos “Tradutori, Traditori...” e “Episódio lamentável”, em que temos equilíbrio entre os dois.

Outro aspecto a ser observado é que também aqui podemos verificar as “flutuações” na densidade de engajamento, não havendo uso regular nesse sentido.

Dessa forma, textos de baixo engajamento, como “O Babaçu”, contrastam com outros que apresentam maior índice, como ocorre em “O ‘mercado negro’ desonra o Brasil”, por exemplo.

Como podemos observar no gráfico abaixo, em que fizemos uma comparação do percentual de uma e outra escolha, a pejoratividade predominou com folga:

**Gráfico 2**  
**Diferença entre melhoratividade e pejoratividade em 1947**

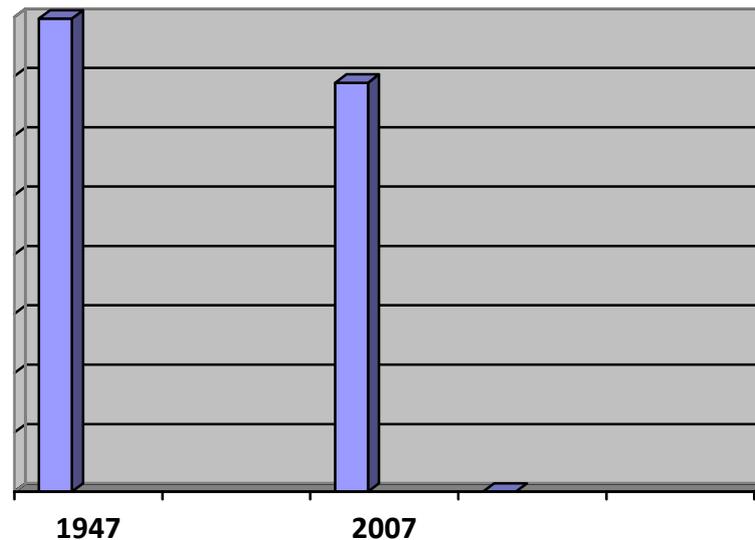


Como pudemos perceber é grande a diferença percentual entre pejoratividade e melioratividade em 1947. Aliás, a diferença se mostra semelhante a que encontramos em 2007.

Mas qual dos dois períodos se mostrou mais engajado? Houve diferença entre eles? Ou demonstraram comportamento semelhante quanto ao uso da seleção vocabular?

A fim de responder a essas perguntas e melhor comparar as duas épocas, também calculamos a proporcionalidade entre as densidades de engajamento a fim de verificar se havia diferença entre os dois períodos analisados. No resultado, que veremos abaixo, há uma sutil diferença entre elas:

**Gráfico 3**  
**Percentual de engajamento: um comparativo entre 1947 e 2007**



Como podemos observar no gráfico acima, 1947 apresenta uma superioridade em relação ao uso de termos engajados, ainda que não tão contundente. Ou seja, os textos de 2007 apresentam um declínio de engajamento em relação aos de sessenta anos atrás.

Isso nos permite dizer que o uso de termos engajados é expressivo na construção de textos opinativos na mídia impressa, mesmo quando se trata de uma época mais remota. A utilização desse recurso como anteparo na argumentação não é estratégia restrita da atualidade, com seu uso mesmo superando o de textos da atualidade.

A partir de uma leitura atenta das tabelas 1 e 2 e dos gráficos acima, podemos afirmar que:

- ✓ Os dois períodos analisados apresentam engajamento, ainda que no ano de 1947 observemos uma diferença no que tange à densidade de engajamento em relação ao ano de 2007.
- ✓ A pejoratividade predomina em editoriais conforme já salientava ROSA (1999), tendência essa observada, mesmo em uma época mais remota em relação à atualidade.
- ✓ Existe uma “flutuação” quanto ao uso de termos engajados, dependendo do assunto a ser tratado. Ou seja, não observamos regularidade na densidade de engajamento, que varia, muitas vezes drasticamente, de texto para texto.

Como já sinalizamos anteriormente, a melioratividade não é a regra; ela não é o comportamento prototípico em editoriais. Entretanto, ainda assim, não é vetada sua presença nesse gênero textual.

Podemos, assim, afirmar que, no que tange aos processos argumentativos, firma-se a tendência da pejoratividade, que se liga ao espírito de criticidade. É comum ouvirmos de alguém que emprega termos desvalorizantes para referir-se a algo ou a alguém frases como “Você está sendo muito crítico”. De acordo com o dicionário Houaiss, crítica significa:

*Arte ou técnica de julgar a obra de um autor, período etc.  
 Conjunto de pessoas que exercem tal atividade.  
 Gênero literário que provém dessa atividade.  
 Análise; exame; julgamento p. ext. censura, depreciação.*

Das acepções oferecidas, interessa-nos particularmente a última. Ora, o senso crítico é algo valorizado e a ele está ligada a noção de depreciação; dessa forma, os textos aqui colhidos se apropriaram dessa significação da palavra.

Ainda assim, isso não quer dizer que em todo tipo de texto opinativo a pejoratividade venha a predominar. Se pensarmos, por exemplo, na crítica de cinema, não encontraremos textos que se prevaleçam sempre da pejoratividade. E isso se explica pelo fato de que ali o contrato de comunicação que rege a elaboração desses textos “exige” um emprego expressivo de meliorativos.

Afinal, os leitores desse tipo de texto esperam ir ao cinema e não se deparar apenas com críticas que avaliem de forma depreciativa todo tipo de obra cinematográfica que estiver em cartaz...

#### 4.1.2- Dos tempos verbais

No que diz respeito ao uso dos tempos verbais, também se faz necessário esclarecer alguns aspectos em relação ao levantamento dos dados que serão apresentados.

Na contagem, foram descartados os casos de clivagem, que consiste no uso do verbo *ser* e da palavra *que* para realçar termos da oração, por não constituírem em si emprego significativo do tempo verbal, sendo, portanto, irrelevantes para o tipo de contagem que nos propusemos a realizar neste trabalho.

Também optamos por descartar os verbos que se situavam dentro de citações diretas, uma vez que o que está sendo avaliado aqui é a construção argumentativa do jornal. A citação e os verbos dentro dela foram tratados como casos à parte.

Fizemos a opção de considerar o uso dos verbos *haver* e *fazer* como tempo decorrido casos de emprego do tempo do relato. Assim em passagens como “*Há* anos circulou no senado...”, o verbo foi contabilizado como pertencente ao mundo narrado, já que, de fato, introduz sequências narrativas.

No que diz respeito aos conectores reformulativos, também optamos por excluí-los da contagem final, por não representarem em si, bem como ocorre no caso da clivagem, emprego significativo para o relato ou o comentário, como podemos observar em passagens como “Obtido isso, está aberto o caminho para ‘refundar o país’, *isto é*, alterar toda a estrutura [...]”, conforme acontece no texto “Espada de Bolívar, de 2/10/1947.

Também aqui decidimos calcular a densidade de verbos do grupo I, a fim de obtermos, no final da contagem, um panorama mais dinâmico do emprego do comentário nas duas épocas.

Findados esses esclarecimentos acerca da metodologia empregada durante o levantamento, vejamos a que números e conclusões chegamos.

**TABELA 3***Uso dos tempos verbais nas colunas de opinião (out. de 2007)*

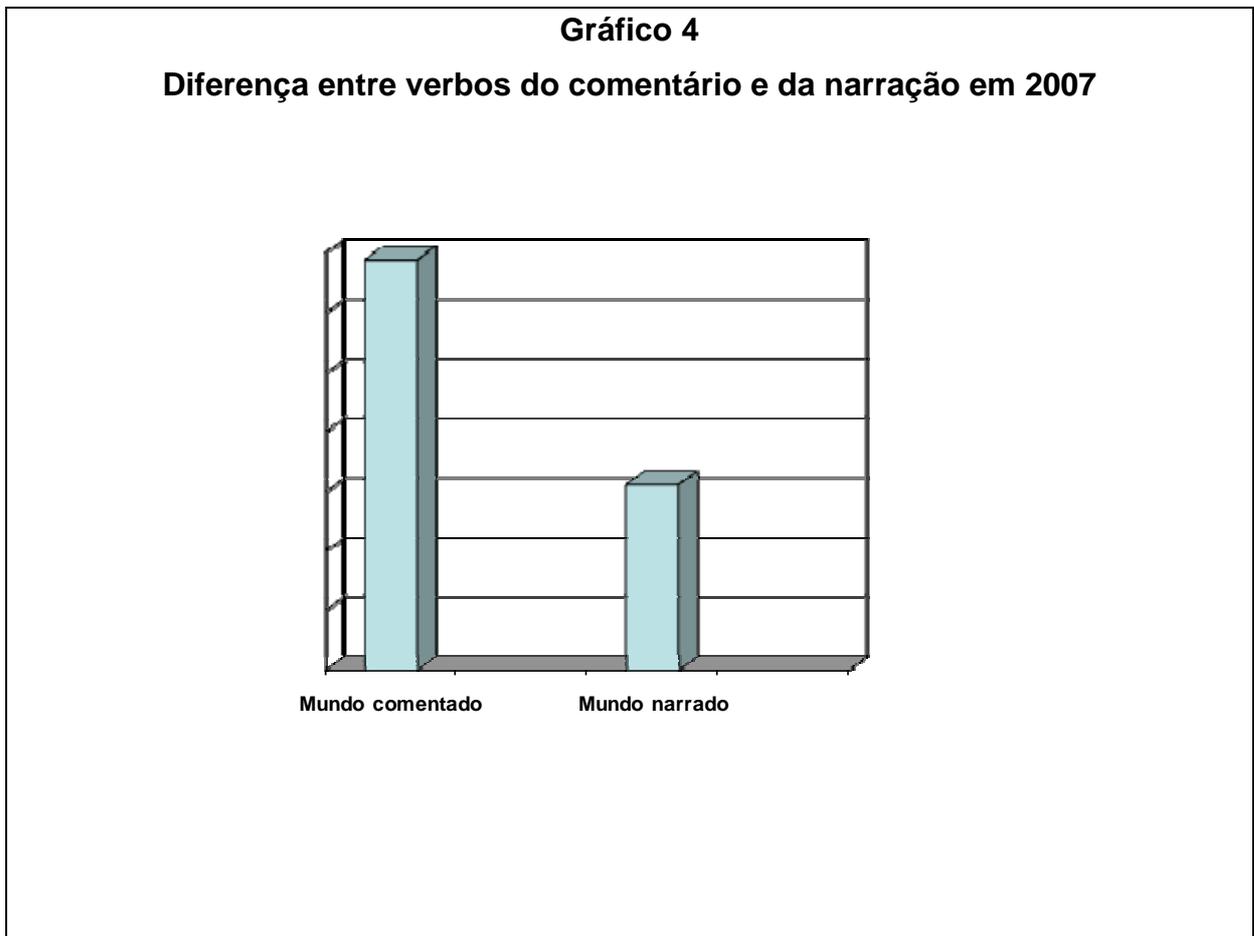
<b>Texto</b>	<b>MC</b>	<b>MN</b>	<b>DC</b>
“Gestão deficiente” (1/10/2007)	22	4	73
“Poderia ser pior” (2/10/2007)	11	10	31
“Espada de Bolívar” (2/10/2007)	13	8	38
“Temeridade” (3/10/2007)	14	6	36
“Doença comum” (3/10/2007)	18	4	51
“Fora do ar” (4/10/2007)	27	5	74
“Ultrapassado” (4/10/2007)	15	5	47
“Risco de uma CPI” (5/10/2007)	14	4	40
“Lições coreanas” (5/10/2007)	19	9	45
“Marco jurídico” (6/10/2007)	18	7	36
“Alívio demográfico” (6/10/2007)	15	2	58
“Projeto de dividir” (7/10/2007)	12	6	40
“Lei paternalista” (8/10/2007)	21	1	56
“Modelo sem futuro” (9/10/2007)	26	1	60
“Na contramão” (9/10/2007)	11	11	34
“Passo à frente” (10/10/2007)	14	9	37
“Trigo e joio” (10/10/2007)	11	5	32
“Queda livre” (11/10/2007)	12	12	30
“Pôquer argentino” (11/10/2007)	16	16	37
“Carona trágica” (12/10/2007)	14	7	39
“Visão distorcida” (12/10/2007)	23	3	55
“Erro de cálculo” (13/10/2007)	23	17	46
“Prós e contras” (13/10/2007)	18	5	51
“Outro ângulo” (14/10/2007)	19	3	55
“Um alerta” (15/10/2007)	11	8	31

\* **MC = mundo comentado / MN = mundo narrado / DC = densidade de comentário**

Em 2007, predomina o comentário como já era de se esperar. No entanto, ainda assim, podemos observar alguns casos curiosos de alto índice de emprego do relato, o que também foi localizado em 1947 e que comentaremos mais adiante.

O uso de verbos do grupo I supera o uso dos do grupo II em 22 textos, quer dizer, em 88% das colunas de opinião. Nos demais casos, temos equilíbrio no uso de verbos dos dois grupos.

Com o fito de melhor compreendermos essa distribuição, somamos o total de cada um em todos os textos e chegamos ao percentual dos dois grupos, tendo, assim, uma visão geral de como comentário e narrativa foram utilizados em 2007:



Esse “retrato” do emprego dos tempos verbais da atualidade demonstra que a atitude mais engajada do comentário prevalece sobre um quadro mais narrativo, de exposição de fatos.

Ou seja, para além do aspecto narrativo, comprovadamente presente, há o analítico. Entretanto, ainda assim, podemos observar um índice significativo de emprego de tempos do relato nesse período. Segundo Lúcia Helena Martins Gouvêa,

A explicação para o predomínio de *tempos do relato* em textos em que se esperava a predominância dos *tempos do comentário* está no campo discursivo. Trata-se da adoção de uma outra estratégia argumentativa. Em vez de a argumentação se desenvolver preponderantemente por meio dos *tempos comentadores*, o que significa ficar no nível das idéias, dos raciocínios, passa a ser construída predominantemente por intermédio dos *tempos narradores*, o que quer dizer que passa para o âmbito dos fatos e do matiz significativo (S/d.; S/p.).

Ou seja, as estratégias discursivas na argumentação perpassam outros caminhos, outras vias. No entanto isso não quer dizer, vale frisar aqui, que o texto demonstre menos argumentatividade – mais à frente, na análise qualitativa investigaremos o papel desempenhado pelos tempos narradores nos textos opinativos.

Passemos agora para 1947. O levantamento demonstrou que vinte e três textos dos vinte e cinco analisados (92%, portanto) tiveram predominância dos verbos do mundo comentado, sendo que um apresentou equilíbrio entre o uso de verbos dos dois grupos e dois tiveram predominância do mundo narrado.

**TABELA 4**

*Uso dos tempos verbais nas colunas de opinião (out. de 1947)*

<b>Texto</b>	<b>MC</b>	<b>MN</b>	<b>DC</b>
“Sabatina legislativa” (2/10/1947)	22	9	68
“Os culpados” (2/10/1947)	31	3	85
“Depuração necessária da polícia” (3/10/1947)	16	5	48
“Imigrantes holandeses” (3/10/1947)	22	2	62
“Anistia eleitoral” (3/10/1947)	21	2	90
“Imposto de renda” (4/10/1947)	28	6	82
“Rio, cidade do barulho” (4/10/1947)	22	1	67
“Telegramas oficiais” (4/10/1947)	15	–	75

“Os menores abandonados” (6/10/1947)	8	17	29
“Tradutori, traditori...” (6/10/1947)	12	4	49
“Quadro desolador” (7/10/1947)	31	4	65
“O monumento de Cabral” (7/10/1947)	17	4	70
“Importação de técnicos” (7/10/1947)	16	8	51
“Episodio lamentável” (7/10/1947)	8	4	45
“Conselhos e institutos” (8/10/1947)	19	5	48
“Constância no erro” (8/10/1947)	19	14	61
“Iniciativa necessária” (8/10/1947)	12	2	45
“Pingentes da morte” (9/10/1947)	13	10	33
“Técnicos” (9/10/1947)	8	14	29
“O Babaçu” (9/10/1947)	15	1	54
“Círculo vicioso” (10/10/1947)	25	9	67
“O problema da carne” (10/10/1947)	19	5	68
“Os exilados bolivianos” (10/10/1947)	14	2	75
“O ‘mercado negro’ desonra o Brasil” (11/10/1947)	10	9	38
“Gafanhotos versus burocracia” (11/10/1947)	12	8	40

\* MC = mundo comentado / MN = mundo narrado / DC = densidade de comentário

Trata-se de uma distribuição semelhante à que encontramos em 2007. Ou seja, ao observamos o emprego dos tempos verbais sob esse prisma, observamos um comportamento similar nos dois períodos.



Como em 2007, apesar de o comentário predominar, podemos destacar alguns casos de alto índice de narração.

No entanto, um fator a ser observado aqui é que em 1947 a difusão da informação não se dava da mesma forma, velocidade e amplitude com que se dá hodiernamente.

No contexto do século XXI, por outro lado, temos à nossa disposição uma gama de informações que de forma rápida, ágil, percorre os mais diferentes canais. Na era da internet, a informação se encontra a um clique de distância. A mídia digital atualiza de minuto a minuto as informações apresentadas ao público-leitor. À mídia impressa, muitas vezes, cabe aprofundar as informações já conhecidas pelo público, conferir-lhe novas nuances, apresentar alguns novos elementos.

Não era essa a situação em 1947. O circular das notícias estava muito longe de se dar com tal velocidade. Os eventos no outro extremo do mundo não nos chegava da mesma forma, nem com a mesma agilidade.

Entendemos que o contexto histórico fornecia uma justificável necessidade de situar o leitor dentro dos assuntos comentados. Note-se isso até mesmo no título escolhido para a coluna analisada – “Ecos e comentários”.

Além disso, há outro aspecto a ser levado em consideração quando tratamos de emprego de relato nas duas épocas – é comum um texto não apresentar somente um dos modos de organização do discurso. Segundo Ieda de Oliveira:

Imaginemos um *corpus* aleatório quanto a esses modos, com um número de textos estatisticamente significativo, cada um deles dividido em fragmentos, marcados com os rótulos *descritivo*, *narrativo*, *argumentativo* e *enunciativo*.

Provavelmente constataríamos:

- 1) que dificilmente um texto apresenta um único desses modos (sempre há certa dose de mistura);
- 2) que o modo enunciativo dificilmente predomina no texto;
- 3) que este modo, em compensação, dificilmente deixa de ocorrer;
- 4) que, quando intuimos um texto como descritivo, narrativo ou argumentativo, isso significa que esse modo de organização é nele predominante, mas não exclusivo (2003, P. 43).

Como podemos perceber, essa mistura de modos de organização é algo natural e esperável. Mesmo assim, resolvemos nos aprofundar ainda mais nos cálculos e realizar uma comparação a partir da densidade de comentário. Ou seja, somamos as respectivas densidades de cada época e depois contrastamos os resultados a fim de descobrir se haveria algum diferencial. Vejamos, então, sob essa outra ótica, como se saem os dois períodos analisados:



Aqui mais uma vez podemos observar uma diferença entre as duas épocas, indicando maior emprego de tempos do comentário nos textos dos anos de 1940.

Ou seja, podemos observar nesse período, no tocante ao emprego dos tempos verbais uma postura mais densa que em 2007, a despeito dos fatores citados anteriormente e que justificariam um emprego mais extenso do relato.

Em nossa investigação, portanto, os textos de 1947 possuem uma atitude discursiva mais tensa, convidando o leitor a se engajar mais nos textos. Embora em 2007 também tenha se observado tal atitude, ela não está no mesmo nível que em 1947.

A partir do gráfico acima e da análise preliminar dos textos, podemos afirmar que:

- ✓ Nas colunas de opinião de 1947 e 2007, há, de fato, predomínio dos verbos do mundo comentado, como já afirmava Ingedore Villaça Kock em relação a esse tipo de texto.

- ✓ Mesmo assim, ainda pudemos localizar textos em que houve predomínio ou alto índice de emprego do tempo do relato nas duas épocas analisadas.
- ✓ Em 1947, ao observamos a densidade de verbos do mundo comentado, podemos perceber que esse ano é mais engajado nesse sentido que o ano de 2007, demonstrando dessa forma uma postura mais crítica naquele ano.

Passemos agora ao último item a ser analisado – a pontuação. Nesse quesito, encontramos uma relevante diferença de emprego. É o que trataremos logo a seguir.

#### 4.1.3- Da pontuação

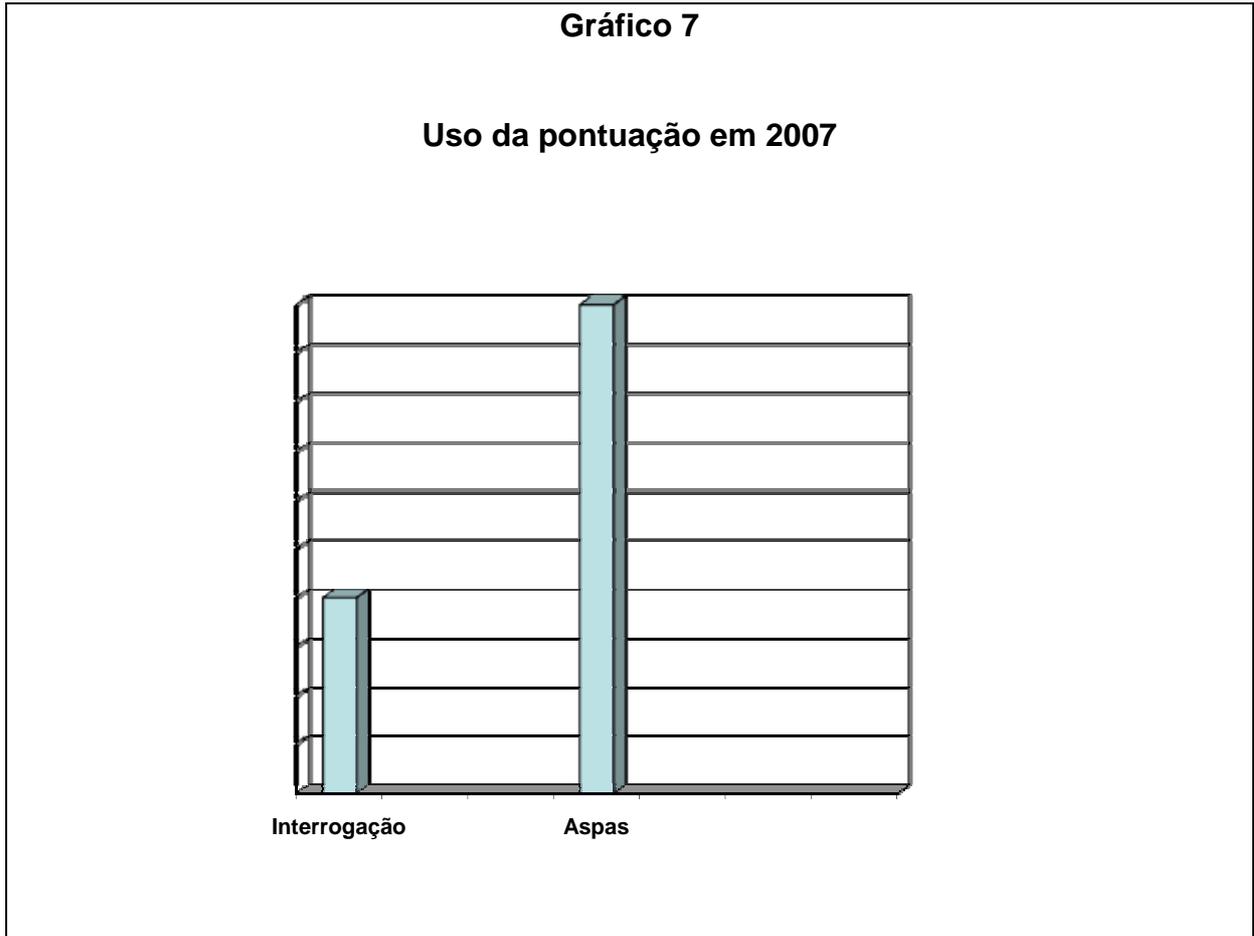
Um terceiro elemento que nos chamou atenção e que distingue marcadamente os textos das duas épocas é o uso dos sinais de pontuação com finalidades estilístico-discursivas.

Na pesquisa, privilegiamos quatro sinais de pontuação: reticências, ponto de interrogação, ponto de exclamação e aspas. No entanto, ao lidarmos com este último, tivemos o cuidado de descartar as situações em que ele marca uma citação ou em que seu uso simplesmente demarca o grifo de um termo ou uma citação, sem finalidades expressivas.

De acordo com o levantamento realizado, em 2007, predomina o uso das aspas. Elas surgem nos textos: “Poderia ser pior”, “Espada de Bolívar”, “Temeridade” e “Projeto de dividir”.

A interrogação aparece em apenas dois textos “Erro de cálculo” e “Um alerta”. Não registramos uso de reticências ou ponto de exclamação.

Vejamos como fica a distribuição dos sinais de pontuação nos textos da época no gráfico a seguir:



Nesse ano, observamos, por conseguinte, um uso mais sóbrio dos sinais de pontuação, o que revela uma estratégia, pelo menos no que diz respeito a esse quesito, mais impessoal.

De fato, espera-se de textos argumentativos esse tipo de uso dos sinais de pontuação. Reticências, ponto de interrogação e ponto de exclamação são sinais que refletem maior afetividade e que atualmente se encontram em desacordo com as estratégias preferidas pela mídia impressa.

Ainda assim, não estão “banidos” desses textos; apenas aparecem mais esporadicamente. E isso equivale a dizer que seu emprego constitui uma exceção.

Um uso mais expressivo da pontuação restringe-se aos textos de colunistas e aos textos literários, em que o terreno é mais receptivo a esse tipo de manifestação estilística, como podemos observar na coluna de Ancelmo Gois, do dia 16/01/2011:

### **De mãos dadas**

Houve um tempo em que havia gente que achava (que horror...) que a presença de milícia em favela era um bom antídoto contra o tráfico.  
Mas na favela Vila Joaniza, na Ilha do Governador, no Rio, o pessoal da milícia e o tráfico andavam juntos.

### **Era assim...**

A milícia explorava o lixão no local até 16h, 17h.  
À noite, terceirizava o espaço para o Comando vermelho vender drogas.

Podemos perceber no texto acima, um uso estilístico dos sinais de pontuação, refletindo aqui a indignação e um quê de sarcasmo que percorrem a nota.

Porém, a tendência que se observa na atualidade é distinta da que podemos observar ao fazer o levantamento do ano de 1947.

Nesse ano, por outro lado, o uso dos sinais de pontuação é mais diversificado – e também mais extenso nos textos opinativos. Temos um emprego expressivo e abundante de pontos de interrogação, pontos de exclamação e reticências.

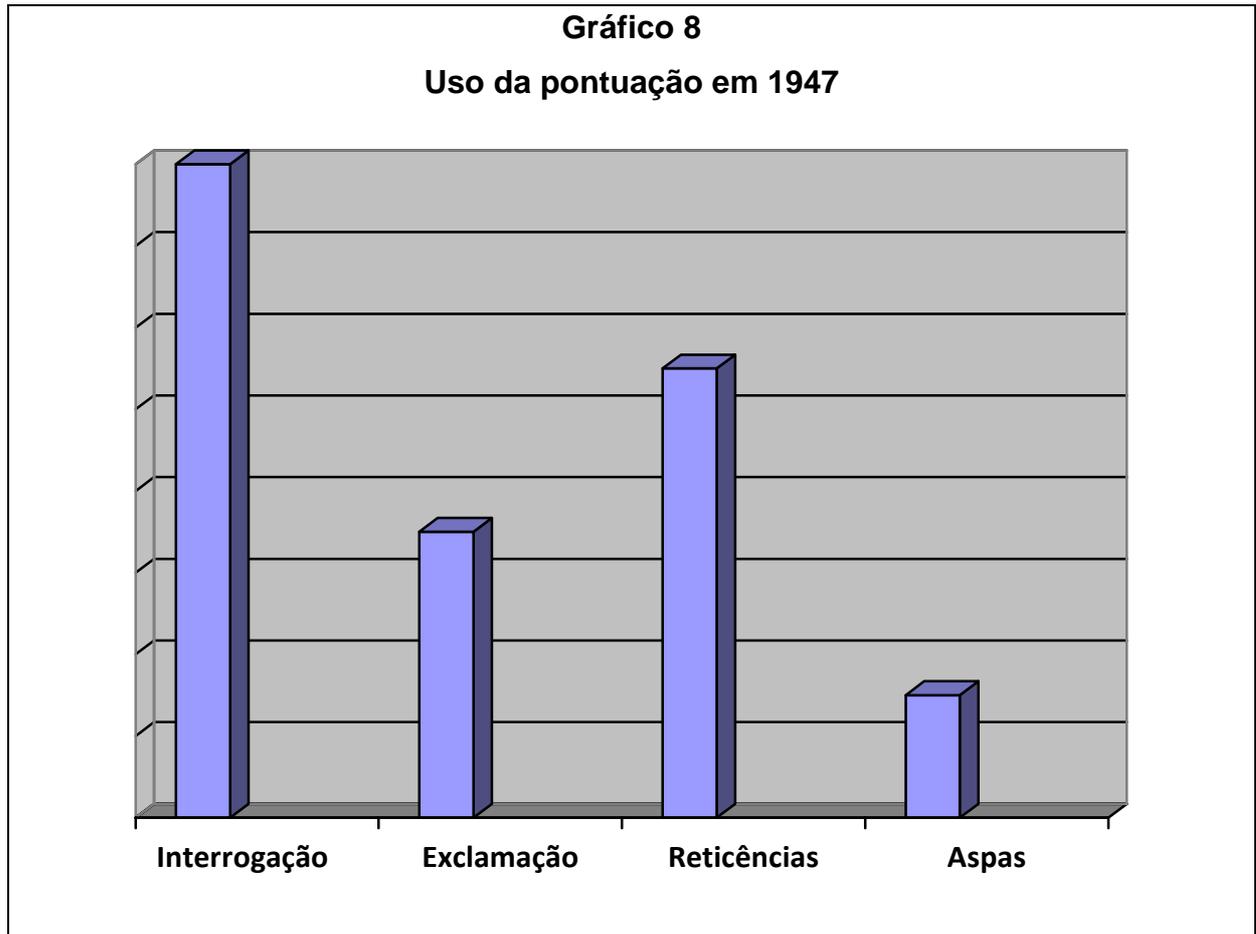
O sinal mais usado, dentre os eleitos para o levantamento, foi o ponto de interrogação, usado dezesseis vezes em nove textos – “Pingentes da morte”, “Técnicos”, “Constância no erro”, “Círculo vicioso”, “O problema da carne”, “Gafanhotos versus burocracia”, “O monumento de Cabral”, “Imposto de renda” e “Sabatina legislativa”.

Em segundo lugar com onze ocorrências, surgiram as reticências em nove textos: “Pingentes da morte”, “Técnicos”, “Conselhos e institutos”, “Círculo vicioso”, “Gafanhotos versus burocracia”, “Importação de técnicos”, “Imposto de renda”, “Tradutor, traditori...” e “Os culpados”.

Em terceiro lugar, aparece o ponto de exclamação com sete usos em seis textos: “Pingentes da morte”, “Constância no erro”, “Círculo vicioso”, “Gafanhotos versus democracia”, “O mercado negro desonra o Brasil” e “Os culpados”.

Por fim, temos a presença das aspas, no texto “Os Técnicos”.

Vejamos no gráfico abaixo como ficou a distribuição dos sinais de pontuação em 1947:



A predileção pelo ponto de interrogação reflete uma postura questionadora. Essa forma de argumentar, trazendo perguntas para o texto, ainda apresenta alguns resquícios nos textos da atualidade, já que encontramos duas ocorrências em textos de 2007.

Embora em 2007 essas ocorrências do ponto de interrogação tenham constituído casos isolados em meio ao *corpus* analisado – aparece em apenas 8% dos textos analisados, elas demonstram que seu uso não se encontra fossilizado, mas sim quando muito em processo de arcaização. Ou seja, os sinais de pontuação com uma funcionalidade mais emotiva são exceções em editoriais da atualidade, sendo de baixa produtividade. No que diz respeito às reticências e às aspas, seu uso reflete mais ainda a afetividade da pontuação e esses só puderam ser registrados em 1947.

Essa diferença observada no levantamento é um indício de que a forma como a argumentação se delineia se alterou ao longo do tempo nas colunas de opinião do jornal analisado, pelo menos no que diz respeito ao engajamento pela pontuação.

Vejamos no gráfico a seguir como se deu a distribuição dos sinais de pontuação nas duas épocas analisadas:



Como podemos observar no gráfico acima, no que diz respeito ao engajamento via sinais de pontuação, a diferença entre as duas épocas analisadas é muito grande.

Em 1947, a pontuação se mostra mais expressiva, mais pessoal e, por conseguinte, mais engajada. Por outro lado, em 2007, a sobriedade em seu emprego predomina, muito embora tenhamos ainda podido registrar dois casos de emprego de ponto de interrogação em textos diferentes e cinco textos em que se tenha optado pelo uso mais engajado das aspas.

Trata-se de uma tendência, portanto, do atual estágio de construção dos editoriais. A não presença de expressividade dos sinais de pontuação implica mais sobriedade nos processos argumentativos e se trata de um diferencial de estratégia no processo de escrita desse modo de organização do discurso na atualidade nos textos que nos dispusemos a analisar.

Como atualmente prima-se pela impessoalidade em detrimento da emotividade, tais sinais acabam aparecendo de forma bastante reduzida.

Dessa forma, podemos estabelecer como principal diferença entre as duas épocas analisadas o uso da pontuação. É no emprego mais afetivo de 1947 que encontramos o grande diferencial em relação à constituição da argumentação.

Esse uso distinto nos remete a PLANTIN (1997). Trata-se de uma argumentação *para fazer sentir*. O uso desses sinais no texto argumentativo ajuda a provocar no leitor empatia em relação ao que se escreve.

Dessa forma, no que diz respeito aos dados colhidos, podemos concluir que:

- ✓ O uso da pontuação se diferencia significativamente nas duas épocas.
- ✓ Os textos do ano de 1947 apresentam um uso mais expressivo dos sinais de pontuação; os de 2007 se limitam a escolhas mais sóbrias.
- ✓ Em textos argumentativos de textos opinativos d'O *Globo* da atualidade evitam-se sinais de pontuação que reflitam maior afetividade, embora eles ainda sejam utilizados de forma esporádica.
- ✓ De fato, nos dias atuais, espera-se mais sobriedade no que concerne ao quesito pontuação – daí talvez sua baixa incidência nos textos da atualidade.
- ✓ Em textos argumentativos mais antigos, esses sinais eram usados de forma abundante, demonstrando maior afetividade e engajamento na construção do texto no quesito pontuação.

Podemos perceber aqui, a partir dos números colhidos, que 2007 e 1947 apresentam semelhanças e diferenças na articulação de seus textos. Enquanto no aspecto da seleção vocabular e do emprego dos tempos verbais as duas épocas se aproximam, no uso da pontuação se distanciam de forma drástica.

Diante dos três itens aqui observados (seleção vocabular, emprego dos tempos verbais e pontuação), pudemos observar que os textos de 1947 apresentam maior grau de engajamento se comparados com os de 2007.

A diferença mais significativa ocorreu em relação ao uso da pontuação, cujo percentual de emprego expressivo demonstrou a grande fronteira existente nas duas épocas no que concerne a esse quesito – e isso se demonstrou no número de ocorrências de sinais empregados com finalidades expressivas e na variedade apresentada.

Aqui encerramos a apresentação dos números encontrados ao longo do levantamento. Eles demonstram uma atitude mais engajada em textos mais remotos d'*O Globo* em relação aos da atualidade.

No entanto, entendemos que os números por si só não demonstram eficazmente a diferença entre as duas épocas. Há sutilezas que só podem ser observadas a partir da leitura dos textos. Por conseguinte, é preciso voltar nosso olhar para as palavras que os geraram.

Na segunda parte de nossa análise, daremos voz às palavras, demonstrando como os dados aqui levantados se delineiam e dialogam com o *corpus*.

## 4.2- As palavras

*As palavras têm a leveza do vento  
e a força da tempestade.*

Victor Hugo

Como anteriormente apresentamos e discutimos os números, passaremos agora a tratar das palavras. Nesta parte, abordaremos aspectos qualitativos de alguns textos selecionados para a análise.

Numa perspectiva comparativa, traremos os textos das duas épocas a fim de promover um diálogo entre eles. Dessa forma, seguindo a ordem estabelecida, discutiremos a questão da seleção vocabular, seguida do emprego dos tempos verbais, finalizando a análise o uso dos sinais de pontuação.

Selecionamos para essa análise qualitativa passagens e textos que representem os fenômenos verificados a fim de melhor compreender sua importância nos processos argumentativos.

Os editoriais de nosso *corpus* abordam os mais diferentes temas – da economia do país à crítica aos barulhos crescentes na cidade do Rio de Janeiro.

Por isso, antes de entrarmos na análise separada pelos fenômenos acima relacionados, cabe aqui, em breves palavras, tecer algumas considerações gerais sobre esses textos.

Uma questão inicial ao se tratar da argumentação na mídia impressa é a quem se dirigem seus argumentos. Segundo CHARAUDEAU: “Nos meios de comunicação midiáticos, a instância de recepção se confunde com o que podemos chamar de público, mas o público é em si mesmo uma entidade composta que não se pode tratar de forma abrangente”<sup>9</sup> (1997, p. 87).

Difícil é, portanto, caracterizar esse público-leitor. Porém, há ainda outras possibilidades. Segundo MELO: “[...] os editoriais difundidos pelas empresas jornalísticas, embora se dirijam formalmente à ‘opinião pública’, na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado” (MELO, 1997, p. 97).

---

<sup>9</sup> Dans La communication médiatique, l'instance de réception se confond avec ce que l'on appelle le public, mais le public est lui-même une entité composite qu'on ne peut traiter de façon globale

É o caso, por exemplo, do texto “Visão distorcida”, 12/10/2007, sobre a possível manutenção da CPMF. Nele, fica latente a situação de diálogo entre mídia e governo, principalmente em trechos como esses:

Pode ser que os ministros exacerbem no tom terrorista para tentar sensibilizar pelo medo algum voto porventura ainda indeciso no Senado. Mas não conseguirão demover ninguém que esteja contra a manutenção da CPMF e conheça alguns números sobre a receita tributária e os gastos públicos.

Trechos como esse parecem confirmar a tese exposta pelo autor. Em vários textos analisados, podemos encontrar marcas que apontam que o diálogo se dá com o Estado, como no trecho acima transcrito.

Essa dualidade no diálogo estabelecido com a opinião pública e com o Estado revela a dificuldade de se precisar o derradeiro público-alvo da mídia impressa. Na leitura dos textos de ambos os períodos, podemos observar essa dicotomia de auditório – povo X Estado – trespassando o discurso do jornal.

Seria então o povo de modo geral mera plateia dessa argumentação? A resposta deve ser cautelosa. A hipótese que formulamos aqui é a de que o público-alvo engloba a opinião pública e que a palavra é dirigida também ao Estado, que se vê envolvido nos temas e na forma como suas ações são, na maior parte das vezes, questionadas como verificaremos adiante.

Em 2007, trata-se, sobretudo, de questões políticas e econômicas, envolvendo o período conturbado das denúncias contra o então presidente do Senado, Renan Calheiros, e da CPMF.

Também vamos nos deparar com escritos desse ano em que se defende amplamente a privatização. No quesito política internacional, Hugo Chávez, presidente da Venezuela, é citado, sendo que o jornal se posiciona contra suas atitudes.

Em 1947, como já salientamos anteriormente, os temas vão do mais prosaico à política econômica. Também neles, em dados momento, podemos observar o diálogo se estabelecendo com o Estado, como podemos observar no fragmento abaixo, extraído do texto “Pingentes da morte”, de 9/10/1947:

Far-se-ia, primeiro, uma inteligente e persuasiva propaganda a favor das vantagens de se viajar sentado nos bancos dos bondes e não de pé nos seus estribos. Muita gente se convenceria, com certeza. Para os recalcitrantes seria depois adotada uma providência sem formas agressivas ou se sentariam toda vez que houvesse lugar ou

não pagariam a passagem e veriam convidados a saltar. Em pé por em pé, o melhor é ir andando...

Na passagem acima transcrita, note-se ainda que há presente ainda uma solução para o problema que se apresenta – as pessoas que viajam em pé nos bondes, tornando-se os “pingentes da morte” do título, devem sofrer alguma punição, já que, de acordo com o jornal, essa prática leva a acidentes. Consoante MELO (1994, p. 97):

A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos.

Em meio à nebulosidade que cerca seu derradeiro público-alvo, os artifícios usados pelos dois períodos apresentaram semelhanças e diferenças no levantamento numérico, construídas a partir da forma como o jornal articulou seu discurso nos dois períodos. E são esses artifícios que veremos agora.

#### 4.2.1- A seleção vocabular nas colunas de opinião do jornal O Globo de 1947 e 2007

Trataremos aqui dos aspectos concernentes à seleção vocabular no *corpus* deste trabalho. Contrastaremos o comportamento frente ao léxico nas duas épocas analisadas, a fim de estabelecer semelhanças e diferenças quanto ao processo de seleção vocabular, bem como suas implicações na construção do texto argumentativo.

Conforme pudemos observar durante o levantamento quantitativo, a pejoratividade predomina. A fim de melhor compreender a forma como a seleção vocabular que tende ao uso de elementos pejorativos se constrói no texto argumentativo, selecionamos alguns textos do *corpus* do trabalho.

Como afirma ROSA (1999, p. 73), “há pouca ou nenhuma sutileza nos pejorativos: eles são diretos e têm função resumida apenas para depreciar”. Essa estratégia, como pudemos observar na apresentação dos números, foi a mais produtiva no *corpus*, prevalecendo nas duas épocas.

Os pejorativos, portanto, prestam-se a uma função crucial em textos, em que se pretende atacar a figura de alguém ou uma determinada tese. Tal fenômeno pode ser claramente observado no texto “Lei Paternalista”, de 8/10/2007, que aborda a questão da maioria penal, tema lançado em discussão pelo jornal. Nele, podemos observar a força da seleção lexical presente já no título do texto, com o uso do adjetivo *paternalista*, que tem caráter pejorativo.

Dormita na pauta do Senado, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, a proposta de emenda constitucional que antecipa de 18 para 16 anos o limite da maioria penal. Objeto de polêmica, a matéria contrapõe os arautos irredutíveis dos resíduos paternalistas do Estatuto da Criança e do Adolescente aos defensores de uma legislação mais realista, com estofos para enfrentar, no combate à criminalidade, desafios decorrentes das novas feições de que se reveste o banditismo no país.

Longe de ser debatido ao abrigo de engessadas teses sociológicas ou de pressões ideológicas que não resistem ao confronto com a realidade, o tema deve ser encarado à luz da necessidade de defender a sociedade. É imperativo reduzir os índices de criminalidade, hipertrofiados também por bárbaras histórias de crimes perpetrados por bandidos com real percepção de seus atos, a despeito de não terem ainda chegado à idade a partir da qual se sujeitam ao rigor total da lei.

No primeiro parágrafo, podemos destacar o uso de pejorativos; é caso do

substantivo *arautos* e dos adjetivos *irredutíveis* e *paternalistas*, na sequência “contrapõe os arautos irredutíveis dos resíduos paternalistas do Estatuto da criança e do adolescente”.

Mais à frente, temos o adjetivo *realista* e o substantivo *estofo*, referindo-se à proposta de redução da maioridade penal, funcionando como melhorativos. No segundo parágrafo, temos o uso do adjetivo *engessadas*, termo pejorativo. Em “*bandidos* com real percepção da gravidade de seus atos”, o substantivo *bandidos* impregna o trecho de pejoratividade, ao referir-se aos menores infratores de uma forma mais contundente e agressiva. Essas escolhas são cruciais e ajudam a determinar o posicionamento do argumentador diante da tese defendida. A forma como manipula o léxico ajuda a criar um cenário discursivo, no qual o leitor ganha antipatia pelos menores infratores.

Ou seja, quanto mais esses seres hipotéticos – já que não se descreve um ser em particular – forem forjados no campo lexical de forma negativa, mais o leitor estará próximo de aderir à tese de que esses *personagens* precisam de punições mais rigorosas, ou seja, serem julgados como adultos, o que ocorreria com a redução da maioridade penal.

O limite da maioridade já recuou para permitir que cidadãos de 16 anos votem. É uma evidência de que o país atingiu o estágio em que a capacidade de percepção de responsabilidades sociais alcança a mesma faixa etária na qual, numa falta de critério oportunista, açoitam-se, com o propósito de se beneficiar do arrefecimento das penas, marginais capazes de cometer crimes friamente.

Não se trata de propugnar pura e simplesmente pela redução do limite da maioridade penal. Abrir o leque de punibilidade, por si só, não resgata da criminalidade jovens que estão nela mergulhados, na maioria das vezes, desde a passagem da infância para a adolescência. Há também que se implantar no país ações estratégicas contra combustíveis estruturais contra a violência, como a miséria, o inócuo assistencialismo, o déficit na educação etc.

No entanto, há uma situação de fato a ser enfrentada – a existência de jovens delinquentes que, tendo cometidos crimes, estão sujeitos a penas insuficientes para purgar seus atos. A emenda aprovada na CCJ do Senado circunscreve a revisão do limite da maioridade penal a casos de crimes hediondos e ao tráfico, mas é o passo inicial de um dispositivo que pode se tornar mais abrangente. A sociedade, refém de números que apavoram, precisa de mais esse resguardo.

Mais à frente, no terceiro parágrafo, temos o adjetivo *oportunista*, mais um pejorativo. Fechando o parágrafo, temos o sintagma “*marginais* capazes de cometer crimes friamente”, mais uma vez ao referir-se aos menores infratores.

O uso do léxico segue a orientação argumentativa do jornal que é favorável à redução da maioridade penal. Para isso, como observamos, utilizam-se termos depreciativos ao tratar os menores infratores, como *marginais*.

Note-se que, ao longo do próprio texto, quando há a necessidade de suavizar o discurso, o jornal busca outra forma de se referir aos menores infratores: “Abrir o leque de punibilidade, por si só, não resgata da criminalidade **jovens** que estão nela mergulhados, na maioria das vezes, desde a passagem da infância para a adolescência”. Note-se que, nessa passagem, a fala surge mais amena, menos agressiva e, portanto, mais neutra.

Vejamos a diferença no trato argumentativo se as escolhas fossem menos agressivas, como ocorreu na passagem em que o redator usou o substantivo *jovens*:

[...] *açoitam-se, com o propósito de se beneficiar do arrefecimento das penas, jovens capazes de cometer crimes friamente.*

Nesse caso, a substituição da palavra *marginais* por *jovens* tornou o período menos agressivo e, conseqüentemente, menos engajado. Ou seja, as escolhas lexicais do jornal evocam sentimentos negativos em relação às figuras em questão. Não são escolhas neutras; pelo contrário, estão impregnadas da ideologia defendida na tese.

Podemos também observar na organização do texto que, em função de sua orientação argumentativa, temos meliorativos relacionados à redução da maioria penal; e pejorativos relativos aos menores infratores, à atual lei e às teorias que a defendem.

Destacamos abaixo alguns exemplos:

Proposta de redução da maioria penal → *realista*;  
Teses sociológicas → *engessadas, pressões sociológicas*.

Em 2007, quando o assunto é política internacional, também se observa, sobretudo, uso de termos que se impregnam de pejoratividade. É o caso do texto “Espada de Bolívar” (2/10/2007), no qual podemos perceber a acidez que percorre algumas passagens:

[...] O primeiro discípulo de Chávez a adotar esse “kit bolivariano” foi Evo Morales, na Bolívia. Alguma coisa não funcionou bem no altiplano e o processo emperrou na fase

da constituinte, sem conseguir superar os impasses com o velho Congresso e demandas de províncias que desejam se separar de La Paz. Mas no Equador, do discípulo número dois, Rafael Correia, a cartilha de Chávez está sendo seguida à risca. [...]

Pode-se perceber na seleção vocabular empregada no texto acima o tom ácido, sarcástico, com que se trata o trio de presidentes em questão. Evo Morales e Rafael Correia ganham a alcunha de *discípulos* número um e dois, respectivamente. Como bem assinala CHARAUDEAU (2008, p. 29),

[...] o que está semanticamente em questão, nessas representações coletivas, não nos foi fornecido por um saber absoluto, fixado definitivamente em um dicionário. Não, esse saber nos foi dado pelo fato de pertencermos a uma determinada comunidade social e partilharmos com seus membros experiências dos mais variados tipos (física, intelectual, afetiva, etc.).

Ora, a palavra *discípulo* pode atuar positiva ou negativamente dependendo do contexto. Nesse caso, o tom é sarcástico e o emprego desse substantivo está atrelado ao próprio tom de desagravo do jornal em relação ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Essa palavra, muda em estado de dicionário, nada tem de negativa. No entanto, à luz do contexto no qual ela se insere ganha contornos outros, que têm a função de depreciar os presidentes da Bolívia e do Equador – note-se também a expressão “kit bolivariano”, cujo valor depreciativo é aqui reforçado pelo uso das aspas.

Para Morales, há problemas no *velho Congresso*. No entanto, Rafael Correa segue a *cartilha* à risca. A seleção lexical (*discípulo* e *cartilha*) aqui atende ao campo associativo do universo escolar, reforçando o tom sarcástico que percorre boa parte do texto.

Em outro editorial, do dia 15/10/2007, intitulado “Um alerta”, o jornal se vale do mesmo expediente ao tratar de Rafael Correa e Evo Morales:

*Pupilos de Chávez, Morales e Correa aplicam o mesmo kit golpista com apoio das ruas na Bolívia e no Equador. Na Bolívia, até agora sem o êxito de Chávez; no Equador, ainda a ver.*

O mesmo apelo ao campo associativo referente à escola é aqui empregado e novamente de forma depreciativa. Dessa vez, no entanto, no lugar de *discípulo*, foi utilizado o termo *pupilo*.

Observe-se, mais uma vez, que as palavras *discípulo* e *pupilo* em si não são pejorativas, elas se impregnam de pejoratividade no discurso do jornal. É por meio das representações e do discurso que o próprio jornal cria em torno dos sujeitos sobre os quais discursa que somos capazes de interpretar que esses dois vocábulos são usados de forma sarcástica com o fito de depreciar os presidentes da Bolívia e do Equador.

Mais um aspecto da seleção vocabular se evidencia nessa passagem. Palavras neutras no dicionário podem ganhar outras significações quando postas na esfera discursiva. É no emaranhar dos textos do jornal em relação a Chávez, Correa e Morales que essas duas palavras ganham novos significados.

É no percurso discursivo do jornal, que vai além das linhas dos textos isolados, portanto, que repousam os acréscimos de significados, as nuances semânticas, que se traduziram no emprego desses dois substantivos.

No texto “Modelo sem futuro”, podemos observar uma singularidade no *corpus* – o jornal utiliza a estratégia de comentar a seleção vocabular de outrem, questionando-a:

Quando Lula traduz “choque de gestão” por empreguismo público, e a considera brutal carga tributária de cerca de 35% do PIB, e em alta constante, adequada “para fazer a política social justa que o Brasil precisa”, ele delinea um país com um Estado inchado, que avança sobre parcelas crescentes da renda da sociedade, desenfreadamente gastador, tudo em nome do igualitarismo social.

O jornal realiza comentários acerca do discurso do presidente, questionando suas escolhas lexicais, criando um trecho ácido, repleto de pejoratividade.

Como afirma OLIVEIRA: “Quem argumenta não se limita a relatar fatos. Ao contrário, opina, julgando os referentes de que fala como “bons” ou “ruins”, “positivos” ou “negativos”, “belos” ou “feios” e assim por diante. (2008b, p. 47).

Dessa forma, o jornal, ao questionar a fala de Lula, também a julga como inadequada. Nesse sentido, temos novamente aqui os termos do diálogo entre Marge e o corretor Lionel Hutz, citados no capítulo teórico.

No caso do texto acima, o jornal difere do presidente no modo como tratar o mesmo objeto, a administração pública. Observe-se que, ao mesmo tempo em que questiona, também importa os termos que considera adequados a fim de descrever a situação.

Em 1947, esse apelo à pejoratividade também se mostrou profícuo nos textos analisados. O texto “O ‘mercado negro’ desonra o Brasil”, de 11/10/1947, aborda a problemática envolvendo o mercado clandestino traz alguns exemplos de termos engajados cuja função é depreciar:

No plano dos fatos materiais e imediatos nenhum sinal de confusão e desagregação dos espíritos será mais alarmante do que a realidade sem entranhas do “mercado negro”, que pode ser considerado um símbolo precursor das maiores catástrofes humanas provocadas pelo próprio homem. É o delírio do ganho sem escrúpulos, do sibaritismo fácil e nefasto, sem piedade e sem lei, que se alimenta da traição e da miséria. E, no Brasil, desgraçadamente, essa prática delituosa vem assumindo características que enxovalham e envergonham todo um povo perante o conceito dos outros povos.

Nesse primeiro parágrafo, a seleção vocabular, por meio de adjetivos e substantivos, engajados ou não, demonstra a ferocidade do editorialista ao tratar do assunto.

Nesse engajado começo, apela-se para o lado emotivo do leitor, gerando um clima de indignação diante do assunto a ser tratado, não pela mera força argumentativa dos fatos, mas pela força discursiva das escolhas efetuadas no texto.

Terminada a guerra, padecemos o vexame de ver o nome do nosso país enodado no estrangeiro, principalmente nos Estados Unidos, através da verificação de que mercadorias para aqui exportadas eram aqui negociadas por preços absurdos, clandestinamente, quando nas fontes de produção esses preços eram controlados e respeitados, não permitindo quaisquer assaltos ou manobras da usura. Isso mesmo foi denunciado em relação aos automóveis, geladeiras, ventiladores, roupas feitas, combustíveis, tecidos e toda sorte de artigos manufaturados, inclusive da nossa vizinha Argentina, onde, para cúmulo do aviltamento, numerosos dos nossos produtos eram vendidos mais barato que no próprio Brasil.

Nessa passagem, explicitam-se os problemas gerados pelo “mercado negro”, o que ele faz ao nome do *nosso* país. Abre-se aqui um parênteses para tratar dessa escolha. Segundo AZEREDO (2008, p. 176), “Os *pronomes* ditos *possessivos* expressam um vínculo qualquer, constante ou eventual, entre o objeto ou o assunto de que se fala e cada uma das pessoas do discurso”.

Ao fazer a opção pelo pronome *nosso*, estabelece-se ali mais um elemento da relação de empatia que se constrói com o leitor, conforme podemos observar na comparação abaixo:

[...] padecemos o vexame de ver o nome do **nosso** país enodado no estrangeiro.

[...] *padecemos o vexame de ver o nome do país enodado no estrangeiro.*

Ora, a primeira opção se mostra bem mais expressiva que a primeira e ajuda no processo argumentativo a estabelecer a relação de proximidade entre texto e leitor.

Opções como essa bem retratam as diferentes formas como o léxico pode ser usado para elevar o nível de engajamento, criando uma sintonia que aumenta os laços entre texto e leitor.

Dessa forma, não é apenas o fator melioratividade/pejoratividade que reflete o engajamento vocabular em um dado texto, embora, como temos observado até aqui, seja o principal.

A língua fornece uma série de ferramentas em seu léxico, como diferentes possibilidades de uso dos pronomes, que também podem refletir o grau de comprometimento que o redator expressa.

Na passagem abaixo, continua prevalecendo o uso da pejoratividade. Observa-se que até o final é mantido o mesmo tom enfático, ao tratar da *mais criminosa e revoltante prática do “mercado negro”*:

Todos esses precedentes teriam portanto que culminar num escândalo inclassificável como esse que acaba de verificar-se no Rio Grande do Sul, onde um enviado especial da Armco International Company apurou que a própria filial dessa empresa norte-americana já lesara a economia popular em mais de 18 milhões de cruzeiros, à custa da mais criminosa e revoltante prática do “mercado negro”. Era o achincalhe que nos faltava, para completar a série de vergonhas que vimos sofrendo!

Finalizando o texto, temos uma escolha que recorre mais uma vez às emoções do leitor. Trata-se do substantivo *achincalhe* e do sintagma *série de vergonhas*, que demonstra o tom de ultraje com que se delinea o discurso, com o fito de provocar um sentimento de indignação em quem lê. Para completar, usa-se ainda um ponto de exclamação, que reitera esse propósito.

Atente-se ainda para o discurso na terceira pessoa, ajudando o leitor a se envolver nos fatos comentados. No texto acima, podemos observar o uso expressivo

da seleção vocabular e até mesmo de sinais de pontuação que ajudam a expressar o tom de ultraje que o jornal confere à situação.

Segundo ROSA (1999, p. 70), “A pejoratividade como estratégia de persuasão pode indicar a postura crítica de um jornal, mas seu excesso sinaliza um desequilíbrio que torna difícil a imparcialidade preconizada pela imprensa”.

Vale ressaltar aqui, no entanto, que em textos opinativos, a mídia reflete suas visões, saindo, portanto, de sua postura mais “neutra, imparcial”.

Como pudemos observar, essa opção pela pejoratividade se mostrou a primeira opção em ambos os períodos analisados, sendo que, em alguns casos, seu uso se mostrou abundante.

Não sendo a regra e editoriais, a melioratividade é, portanto, uma exceção. No entanto, ainda, assim, podemos perceber sua relevância em alguns textos.

Vejamos essa passagem de “Episódio lamentável”, de 7/10/2007, em que se trata de um funcionário do Serviço de proteção ao Índio, que rasgou e atirou ao lixo um retrato do general Rondon.

Ao tratar do episódio, o jornal recorre a termos valorizantes para se referir à figura do general:

[...] Não se trata no caso unicamente de uma evidente demonstração de desrespeito funcional, sabido que o ilustre desbravador foi fundador e orientador por muitos anos desse serviço. Mais do que isso, trata-se de um insulto à sensibilidade patriótica do país. O que esse devotado militar realizou no setor de incorporação dos serviços à comunidade brasileira é algo de excepcional e merecedor da maior admiração. Quer pela amplitude dos cenários geográficos em que se desenvolveram suas atividades, quer pelos métodos humanos e nobres postos em prática nas tarefas de contacto com os indígenas [...]

A estratégia argumentativa aqui foi clara. Quanto mais se eleva a memória de Rondon (e aqui não se discute sua relevância ou não no cenário nacional), mais o ato praticado pelo funcionário em questão se torna condenável, *um insulto à sensibilidade patriótica do país*.

O uso de termos do eixo da melioratividade serviu, pois, à pejoratividade, a uma argumentação cuja finalidade era depreciar o mau funcionário. Também aqui se apela para as emoções do leitor, recordando-lhe dos feitos do general. Como afirma ARISTÓTELES (2005, p. 97), “O elogio é um discurso que manifesta a grandeza de uma virtude. É, por conseguinte, necessário mostrar que as acções são virtuosas”.

Quanto mais se ativar as emoções do leitor para com ele, mais o episódio provocará revolta no leitor.

Fato semelhante ocorre no texto “Tradutori, Traditori...”, de 6/10/1947:

A imprensa matutina de ontem refletiu a indignação causada entre os brasileiros pelas infâmias associadas pela imprensa soviética contra o nosso país, ferindo os nossos mais legítimos brios patrióticos, procurando desmoralizar a nossa ação na luta contra o nazismo, na qual tantas vidas preciosas de patriotas para quem a pátria, acima de tudo, justificava todos os sacrifícios.

No trecho acima, os melhorativos empregados a fim de enaltecer a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial ajudam a construir uma imagem negativa da imprensa soviética. Ou seja, não é apenas a partir de termos desvalorizantes em relação a ela que se constrói a argumentação aqui. Pelo contrário, podemos perceber a exaltação do Brasil, como forma de depreciar as atitudes da imprensa da URSS.

Repare-se aqui, mais uma vez, no emprego do pronome *nosso*, trazendo o leitor para o âmbito do discurso. Trata-se, pois, de uma característica recorrente dos editoriais desse período apelar para as emoções dos leitores.

Nesse sentido, podemos afirmar que esse constitui um diferencial da argumentação do jornal em 1947 – o tom é mais passional, envolvendo o leitor, apelando para seus sentimentos. Nesse sentido, os termos engajados soam mais contundentes.

Segundo BASÍLIO (1998), “A pejoratividade é, naturalmente, o caso por excelência da expressão da atitude subjetiva em relação ao enunciado ou alguma de suas partes”.

Dessa forma, a pejoratividade se dissemina pelo *corpus*, estendendo-se ao longo dele como a atitude mais prototípica. A melhoratividade, de uso bem menos acentuado, muitas vezes também surge a seu serviço, sendo empregada como estratégia discursiva para depreciar, num raciocínio de que quanto mais se eleva um pólo, mais se rebaixa outro.

Isso não quer dizer, contudo, que nos textos do nosso *corpus* a melhoratividade esteja sempre a serviço na pejoratividade. No caso do texto “Marco jurídico”, de 6/10/2007, que trata da decisão do STF sobre fidelidade parlamentar, temos um uso abundante de melhorativos a fim de validar a tese de que a decisão

“resgata real sentido da fidelidade partidária”. Logo no início do texto, o jornal deixa claro seu posicionamento via seleção vocabular:

Por oito votos a três venceram a correta interpretação da lei e o bom senso no Supremo Tribunal Federal (STF), ao ser sacramentado o entendimento de o mandato não é do parlamentar, mas do partido. Por referendar o verdadeiro sentido do conceito de fidelidade partidária, o STF deu elogiável contribuição para revitalizar a política, tão desacreditada, enxovalhada pelo fisiologismo, e por isso mesmo distante da opinião pública.

Observe-se que aqui ocorreu o contrário do que no exemplo anterior – a pejoratividade aqui está a serviço da melioratividade, o que pode ser exemplificado em trechos como:

O poder coopta, os interessados em viver das benesses do poder deixam-se cooptar, tudo sem qualquer respeito ao eleitor. É contra essa rotina degradante que votou a maioria dos ministros, num quórum capaz de formar jurisprudência.

Nesse trecho, também podemos observar a argumentação no sentido de elogiar a medida do Superior Tribunal Federal. A pejoratividade aqui observada em *rotina degradante* serve para enaltecer a atitude STF.

Segundo ROSA (1999, p. 59):

Como os termos dotados de melioratividade são elogiosos, o comprometimento resultante de seu emprego [...] arranha, por assim dizer, uma faceta que comumente os órgãos de imprensa [...] têm muito cara: a de que eles participam a toda hora e a todo tempo de setores da sociedade que estão constantemente em estado de alerta, constantemente inconformados com o *status quo*.

É o que verificamos nesse texto em relação à decisão do STF. Abranda-se, temporariamente, a atitude severa em relação ao Estado. O próprio título “Marco jurídico” já aponta para um acontecimento especial, um divisor de águas. Ou seja, já se anuncia que se falará positivamente de alguma coisa envolvendo aspectos jurídicos.

Como apreciamos até aqui, a maioria dos textos do *corpus* apresentou engajamento. Entretanto, pudemos também observar alguns casos em que o uso do léxico a serviço da argumentação não se mostrou tão profícuo.

É o caso, por exemplo, do texto “Ultrapassado”, de 4/10/2007, o menos engajado de todo o *corpus*:

Com o acordo entre Estados Unidos e Rússia para desativação de ogivas atômicas, houve uma considerável oferta de matéria-prima para os elementos combustíveis usados nas usinas nucleoeletricas ao redor do mundo durante vários anos, mas como esse programa de desarmamento já atingiu praticamente seu objetivo, o mercado voltou a depender novamente da produção de urânio.

Nesse trecho, que, aliás, também é narrativo, temos a introdução do assunto a ser tratado pelo jornal. Aqui narra-se, sem melhoratividade ou peioratividade. O parágrafo inicial, portanto, situa o leitor no assunto a ser tratado.

A oferta originada da desativação das ogivas derrubou as cotações internacionais de urânio, desestimulando investimentos em novas prospecções. Com isso, a produção deixou de acompanhar a demanda e o resultado é que as cotações do urânio estão de novo atrativas, despertando o interesse de várias empresas mineradoras. É bem provável que essa demanda continue a aumentar nos próximos anos, pois a energia nuclear já é vista como uma das opções para se expandir a oferta de eletricidade no mundo, evitando-se a emissão de gases que contribuem para a poluição e o aquecimento da atmosfera.

Nesse parágrafo, continua-se empregando verbos do tempo do relato. Vale frisar, porém, que essas inserções de natureza narrativa aqui se fazem necessárias devido ao tema tratado pelo jornal. Enriquecimento de urânio e o investimento feito nesse material em cenário internacional é tema por demais complexo para que não se tenha linhas de introdução a esse assunto.

O Brasil poderia tirar mais proveito dessa oportunidade transformando-se em um grande produtor de urânio. As reservas conhecidas do país são hoje mais que suficientes para garantir o funcionamento das usinas de Angra e até outras que venham a ser construídas. E isso sem considerar a descoberta de novas jazidas.

Nesse parágrafo, o jornal começa, finalmente a mostrar sua opinião. Após narrar, sintetiza-se todo o alvo de narração como uma *oportunidade*, para que o Brasil se inclua entre os grandes produtores de urânio.

Mas a produção de urânio está limitada no Brasil por falta de investimentos. O setor nuclear é ainda remanescente da era dos monopólios estatais e todo o ciclo que vai da prospecção de urânio à geração de energia está sob responsabilidade direta da União, conforme estabelecido na Constituição de 1988.

Tal camisa-de-força tem prejudicado até mesmo a empresa estatal que responde pela mineração de urânio: a INB (Indústrias Nucleares do Brasil) é atualmente impedida de fazer parcerias e sociedade com campanhas mais interessadas na exploração de outros minerais consorciados – fosfato, por exemplo.

Mantidas as salvaguardas indispensáveis ao uso e processamento de urânio, o Brasil deveria rever esse modelo, permitindo que, permitindo que mineradoras privadas participem também da atividade.

No final do texto, fica mais claro seu real objetivo – defender as parcerias privadas no setor. Afinal, a produção de urânio está *limitada* no Brasil por falta de investimentos. A escolha do adjetivo *limitada* aqui é ponto chave para a defesa da tese, e tem valor depreciativo. Obviamente, seu uso não é tão contundente – e poderia até mesmo passar despercebido numa leitura desatenta – coerentemente com o baixo engajamento que o texto apresenta. Ocorre que alguns termos são mais contundentes que outros na esfera discursiva. Existem gradações que tornam termos depreciativos mais ou menos expressivos que outros.

Mais à frente, o jornal se mostra mais agressivo com o uso do substantivo *camisa-de-força*, que “tem prejudicado até mesmo a empresa estatal que responde pela mineração de urânio”. Nesse ponto, chega-se à defesa da participação das empresas privadas no processo, tese do argumentador.

Como pudemos observar, nesse caso, a seleção vocabular se mostra tímida, ao contrário do que ocorreu nos demais textos analisados. O não engajamento por meio do léxico é fator atípico no nosso *corpus*. De modo geral, ele é amplamente usado a serviço da argumentação, principalmente, em inserções pejorativas.

Nos dois períodos, preconiza-se o emprego de termos engajados como estratégia discursiva. Seu apagamento não é a estratégia preconizada na forma como a argumentação é linguisticamente construída no *corpus* selecionado para esta pesquisa.

Segundo CITELLI (2001, p. 29), “As palavras no contexto, perdem sua neutralidade e passam a indicar aquilo que chamamos de ideologias”. Esse fenômeno se dá no *corpus*, sobretudo, pela pejoratividade, embora possa ser identificado até mesmo pelo emprego de pronomes possessivos, conforme observamos em algumas passagens.

Trata-se de uma estratégia profícua como pudemos verificar ao longo dessa análise qualitativa. A pejoratividade, que se mostrou mais abundante do ponto de vista quantitativo, sobressaindo-se no levantamento numérico, também se mostrou mais contundente quando passamos à avaliação efetiva dos textos.

A melioratividade permanece, portanto, em segundo plano tanto do ponto de vista quantitativo, como do qualitativo. Em grande parte das vezes em que esse recurso é utilizado, está a serviço da pejoratividade; os termos valorizantes surgem, assim, para conferir mais destaque e validar os termos depreciativos.

Essas observações feitas na análise qualitativa do *corpus* bem demonstram a força expressiva da pejoratividade em textos opinativos da mídia impressa.

Conforme já assinalamos anteriormente, a pejoratividade está, em termos de representações sociais, intrinsecamente ligada ao espírito crítico e, nesse sentido, ela se prolifera nas escolhas de ambos os períodos.

Essa concepção de senso crítico como avaliar negativamente prevalece. A palavra *crítica*, oriunda do grego *kritikos*, quer dizer alguém “apto a fazer julgamento”. No entanto, com o passar do tempo, em meio às diferentes representações sociais, a palavra *crítica* adquiriu nuances de significado, ganhando valor depreciativo. Ou seja, quando se trata de senso comum, fazer críticas, na maior parte das vezes, é fazer observações de natureza negativa sobre algo ou alguém.

Essa visão, que predomina nos dois períodos, reflete-se nas escolhas reiteradas pela pejoratividade, que se mostra dessa forma o comportamento prototípico desse gênero textual. Dizemos aqui desse gênero textual, pois, como salientamos até aqui essa visão de senso crítico não é a realidade vivenciada em todos os gêneros que tendem a ser argumentativos ou que se propõem a realizar *críticas*, como ocorre nas críticas de cinema e literária, em textos de cunho acadêmico etc.

Assim sendo, a pejoratividade não seria uma característica preponderante de gêneros pertencentes ao modo argumentativo de organização do discurso em si, mas resultado de uma representação do que seria o *senso crítico* em editoriais. Segundo MELO:

[...] deixando à margem problemas ligados ao mundo do trabalho, à saúde, à educação. E se eventualmente tais nuances são captadas e valorizadas é porque assumem o caráter de assuntos que atestam a disfuncionalidade ou a negligência dos organismos governamentais. Nunca em sua essência”

Mas este não é um problema específico dos editoriais. Trata-se de uma característica dos jornais diários brasileiros, que assumem postura claramente elitista. As exceções são as dos jornais “populares” que levam o sensacionalismo a consequências desmedidas e também não se preocupam com as questões fundamentais do público-leitor. (1994, p. 102)

Assim, uma das conclusões a que chegamos aqui é a de que textos que se enquadram na condição de *editorial* tendem a se valer da pejoratividade como

estratégia discursiva, sendo essa, por conseguinte, uma questão de gênero textual e não de modo de organização do discurso.

As duas épocas, nesse sentido, se aproximam mais que se distanciam, percorrendo caminhos semelhantes no trato com o texto argumentativo, conforme pudemos observar nas passagens analisadas.

No entanto, em nossa análise qualitativa e contrastiva do *corpus* nos leva a afirmar que, nos textos de 1947, os termos impregnados de pejoratividade e de melioratividade se apresentam mais contundentes. Além disso, a seleção vocabular, de um modo geral, mostra-se mais engajada e também mais apaixonada.

Em diferentes aspectos, em que utiliza de forma engajada até mesmo os pronomes e a pontuação, as passagens textuais de 1947 se impregnam de afetividade, criando um cenário discursivo que envolve o leitor, ainda que em temas mais prosaicos.

Textos opinativos do passado, por conseguinte, tendem a preencher de forma mais apaixonada seu discurso do que os da atualidade, que, embora apresentem engajamento, não o fazem com tanta contundência.

Em nossa jornada pelas palavras do *corpus*, terminamos nossas apreciações acerca do engajamento por meio do léxico. Passaremos ao nosso próximo item – o emprego dos tempos verbais.

Quanto aos fatores numéricos, 1947 se sobressaiu com uma densidade de comentário mais elevada que aquela de 2007. Mas em termos qualitativos de que forma isso se apresenta? É o que trataremos agora.

### 4.2.3- O emprego dos tempos verbais

Nesta parte, o uso dos tempos verbais nas colunas de opinião de 2007 e de 1947 do jornal *O Globo* será o foco de nossa análise. Contrastaremos a partir de alguns textos selecionados do *corpus* o emprego dos grupos do relato e do comentário no texto argumentativo.

Como explicitado anteriormente, dos dados obtidos, a primeira constatação que pudemos fazer foi que em ambos os períodos predomina o emprego do comentário, como já era de se esperar.

Mesmo assim, também pudemos observar um uso acentuado do tempo da narrativa em alguns textos das duas épocas analisadas. Ou seja, temos um emprego significativo do relato nas duas épocas.

É o que ocorre, por exemplo, nos textos “Os menores abandonados”, de 6/10/1947, e “Pôquer argentino”, de 11/10/2007. Vejamos como esses textos se organizam a fim de melhor compreender como se dá a argumentação em textos em que há predomínio ou alta incidência de tempos do relato.

Tratando do Serviço de Assistência a Menores (o SAM), o texto de 1947 apresenta um uso abundante de verbos do relato. A coluna de opinião se inicia com o uso do verbo voltar no presente de indicativo a fim de apresentar o fato que será comentado – a recorrência da aparição do SAM no cenário da mídia:

Volta o Serviço de Assistência a Menores ao cartaz. Um grupo de menores rebelou-se contra o regime vigente no abrigo, e depois de agredir um dos fiscais de disciplina, fugiu sem que até o momento hajam as autoridades logrado capturar os fugitivos. Continua, pois, sem evidências de melhora o regime desse serviço público, que tantas e tão merecidas críticas experimentou há alguns meses. Não há necessidade de insistir sobre o significado desse estado de coisas. Basta ter presentes as revelações da imprensa que se seguiram à visita de surpresa de um grupo de vereadores ao SAM.

Note-se que o tom da frase inicial remete à linguagem empregada nas manchetes que utilizam o presente do indicativo, quando narram com a atitude de quem comenta. Trata-se de um período simples, frase curta, que apresenta o tema em questão. Em seguida, explica-se o motivo dessa afirmação por parte do jornal; e é nesse momento que temos a presença de verbos prototípicos do mundo narrado.

A partir do relato, operacionaliza-se um comentário, atrelado ao tempo do relato logo a seguir: “*Continua*, pois, sem evidências de melhora desse serviço público, que tantas e tão merecidas críticas *experimentou há* alguns meses” – a alusão ao evento passado reitera o comentário que abre o período.

O comentário que se segue não deixa de ser marcado por certa acidez: “Não *há* necessidade de se insistir sobre o significado desse estado de coisas. *Basta* ter presentes as revelações da imprensa que se *seguiram* à visita de surpresa de um grupo de vereadores ao SAM”. Observe-se aqui a força expressiva do verbo no comentário, haja vista que o trecho do relato se submete sintática e semanticamente a ele.

O quadro bruscamente revelado à opinião estarecida serviu para movimentar o próprio presidente da República, que, ao visitar o SAM, às primeiras horas da manhã, pôde constatar a veracidade de quanto se anunciara. Foram, então, prometidas providências imediatas e anunciadas medidas enérgicas no sentido de remediar a situação. Infelizmente, ao que os fatos estão comprovando, os remédios anunciados ou não foram aplicados como se esperava ou, então, fracassaram na cura prometida. É preciso alertar, ainda uma vez as autoridades responsáveis para os problemas do SAM. Afinal de contas, antes da visita presidencial, podia-se alegar que os fatos não eram do conhecimento oficial. Mas, agora, tal ignorância não pode ser pretendida.

Seguem-se mais passagens narrativas, com algumas inserções de comentário similares às aqui já citadas: “O quadro bruscamente revelado à opinião estarecida *serviu* para movimentar o próprio presidente da República, que, ao visitar o SAM, às primeiras horas da manhã, *pôde* constatar a veracidade de quanto se *anunciara*”. Note-se ainda, o diálogo com o Estado, no trecho que se inicia com a oração modalizadora “É preciso...”. A narração anterior, portanto, contextualiza os comentários. Assim, o texto se dividiu basicamente em duas partes – de uma postura mais narrativa até a do surgimento de comentários em sua parte final:

O Governo conhece sobejamente o que vai pelo SAM, tanto que prometeu acabar com este estado de coisas. Como, porém, as promessas não deram os resultados esperados, cabe alertar, novamente, a administração, pois é inadmissível que o SAM continue como até aqui, a desacreditar a ação social do Governo e a revelar a incapacidade da administração na própria capital do país.

Já perto do final do texto, ressaltamos um uso particular do pretérito imperfeito, em “Afinal de contas, antes da visita presidencial, *podia*-se alegar que os

fatos não eram do conhecimento oficial”. Note-se que se trata de um emprego do pretérito imperfeito que substitui o futuro do pretérito, o que pode indicar que, no passado, haveria maior tolerância em relação a isso.

Vejamos agora o editorial do dia 11/10/2007, “Pôquer Argentino”, que também apresenta emprego significativo de tempos do relato:

As pesquisas continuam dando a Cristina Fernández de Kirchner a vitória no primeiro turno das eleições presidenciais argentinas do dia 28. Nem por isso a máquina governamental, dirigida por seu marido, Néstor Kirchner, deixa de adoçar a boca do eleitorado. Esta semana, ele enviou ao congresso projeto que exclui 300 mil pessoas do imposto sobre a riqueza. Por decreto, aumentou as aposentadorias. E anunciou um acordo com os supermercados para baixar em 5% o preço dos alimentos – o tomate tem sido o vilão da inflação em alta.

O texto inicia com as apreciações sobre as pesquisas eleitorais na Argentina que se mostravam favoráveis a então candidata à presidência Cristina Kirchner. Ainda segue afirmando que “Nem por isso, a máquina governamental de seu marido, Néstor Kirchner, *deixa de adoçar a boca do eleitorado*”. Justamente para explicar os motivos desse comentário tecido, inicia-se o emprego de tempos do relato. A serviço da argumentação, as inserções narrativas surgem de modo a justificar o comentário.

A engrenagem funciona a todo o vapor em prol da primeira-dama candidata. Na recente viagem ao Brasil, ela voou num avião oficial e trouxe uma comitiva de ministros do marido. Com os adversários muito atrás nas pesquisas (a segunda colocada também é mulher, a centro-esquerdista Elisa Carrió), o uso abusivo dos recursos públicos na campanha não parece incomodar os eleitores.

Novamente, temos então o presente do indicativo, concluindo o comentário anterior e, assim, mais uma vez as passagens narrativas surgem a serviço da argumentação, sendo que preparam o comentário que virá depois, “o uso abusivo de recursos públicos na campanha não parece incomodar os eleitores”. E, novamente, recorre ao expediente de tempos do relato para justificar suas afirmações.

Talvez porque isso lembre um passado caro à alma argentina – os áureos tempos de Juan Péron e da protetora dos descamisados, Evita. Que teria sido presidente se não tivesse caído doente e morrido, aos 33 anos. Nos anos 70, a Argentina experimentou um novo ciclo, com a volta de Péron do exílio, sua ascensão à Presidência e, após sua morte, a entronização de sua segunda mulher, Isabelita, no poder. A aventura resultou na sinistra ditadura militar, que governou de 1976 a 1983 – os anos de chumbo.

Repare-se que esse *passado caro à alma argentina* não tem um final feliz, visto que culmina nos *anos de chumbo*. O jornal faz assim um rápido percurso dos tempos de Péron ao período de ditadura militar.

Os tempos são outros, mas não mudou a capacidade do peronismo de abrigar políticos das mais variadas tendências, todas de corte populista. Um deles, Carlos Menem, foi chamado para salvar o país do caos em que se transformara o governo de Raúl Alfonsín, da União Cívica Radical. Menem renovou a cartilha peronista e aderiu ao neoliberalismo, mas levou o país ao limiar da maior crise econômica de sua história. A Argentina foi ao fundo do poço.

Logo no início do parágrafo, temos o emprego no presente do indicativo marcando a passagem do encontro entre passado e presente. E é justamente aí que temos um caso de pretérito perfeito como tempo do comentário: “Os tempos são outros, mas não *mudou* a capacidade do peronismo de abrigar políticos das mais variadas tendências”. Em outras palavras, tudo permanece como antes. E chega-se a Carlos Menem com novas inserções narrativas, sem deixar de marcar, contudo, que a “Argentina *foi ao fundo poço*”.

Depois do caos, novas eleições deram a Presidência ao peronista da Patagônia, Néstor Kirchner, que conseguiu pôr a economia para funcionar e recuperou boa parte do prestígio internacional do país – embora recorra à maquiagem da taxa de inflação para manter a popularidade.

Finalmente, o percurso narrativo nos guia ao marido de Cristina, Néstor Kirchner. No parágrafo final, temos o emprego exclusivo de verbos do comentário, encerrando o texto, e as considerações do jornal:

Tudo indica que, no dia 28, os argentinos embarcarão de novo na aventura de um peronista que parece ter mais a ver com o interesse de seu grupo político do que com o do país. Com Kirchner, é Cristina 2007 e ele de novo em 2011: o *Royal straight flush* do peronismo. Se as previsões se confirmarem, a Casa Rosada terá um primeiro-marido muito ativo, até para ajudar a administrar a pesada herança que deixa para Cristina.

Dessa forma, as passagens narrativas que precederam esse trecho final serviram para explicitar que os argentinos estavam prestes a embarcar “de novo na aventura de um peronista”. Nesse sentido, observe-se aqui o uso do substantivo *aventura* que remete à própria narrativa anterior e que tem aqui caráter desvalorizante do peronismo.

A estratégia, portanto, também se mostra atípica em relação ao total de textos analisados. Passa-se grande parte do tempo relatando; porém, toda a história é contada com o fito de argumentar, de depreciar a então candidata Cristina Kirchner.

Segundo Patrick Charaudeau, em *Discurso das mídias*, o editorial e a crônica são os gêneros mais engajados dos textos de mídia impressa. Ao tratar da dicotomia relato/comentário, o autor afirma:

Relato (narrativa) e comentário estão intrinsecamente ligados, a ponto de os teóricos da linguagem se dividirem, ainda hoje, entre duas posições extremas: os que sustentam que “tudo é narrativa” e aqueles que afirmam que “tudo é argumentação”. Na verdade, essa dupla atividade discursiva empreende a mesma busca: conhecer o porquê dos fatos, dos seres e das coisas, e, com essa finalidade, comenta-se contando ou conta-se comentando. Apesar dessa convergência, essas duas atividades apelam para diferentes faculdades da mente e para diferentes processos de discursivização (Charaudeau, 2006, p. 175).

Nos textos analisados, de ambos os períodos, embora o predomínio do relato não tenha se mostrado a escolha prototípica, seu emprego se mostrou significativo. Nesse sentido, convém afirmar que existe uma tendência de emprego do relato com fins argumentativos.

Em outras palavras, não é tendência a predominância de verbos do relato em editoriais, mas tal uso surge como estratégia amplamente empregada para situar os assuntos e/ou servir de argumentos.

No entanto, a despeito de todas essas observações, o comentário é a opção prototípica. Em meio às análises efetuadas, dois textos chamaram a atenção devido ao uso exclusivo de verbos comentadores: “Modelo sem futuro”, 9 de outubro de 2007, e “Telegramas oficiais”, 4 de outubro de 1947.

A questão que se levanta a partir desses dados é: qual o diferencial na estrutura desses textos que culminou nessa exclusividade de uso de verbos do grupo I? Como se deram as opções que levaram a um elevado de engajamento pelo emprego dos verbos?

Vejamos primeiramente o texto de 1947, que trata de uma determinação do Ministério da Viação de reduzir a correspondência telegráfica oficial. O texto elogia a decisão e discute a necessidade de não se comprometer o rendimento dos telégrafos.

A determinação do Ministério da Viação mandando reduzir aos limites compatíveis a correspondência telegráfica oficial é providência acertada, que merece ser cumprida

à risca. Compreende-se a necessidade de utilizarem os órgãos públicos a franquia telegráfica para o andamento dos serviços. Há que reconhecer, no entanto, que o acúmulo de tais despachos impõe uma carga excessivamente pesada ao nosso deficiente aparelhamento telegráfico.

O emprego do comentário se faz presente das primeiras às últimas linhas desse texto. O primeiro parágrafo é introduzido com um sintagma que faz as vezes de situar o leitor no assunto: “A determinação do Ministério da Viação mandando reduzir aos limites a correspondência oficial [...]”. A partir daí dá-se o início de usos de verbos do comentário, com o verbo ser – “é providência acertada, que merece ser cumprida à risca”.

Essa estratégia permitiu a entrada no assunto a ser tratado de forma mais direta ao mesmo tempo em que já deixa claro o posicionamento do jornal acerca do tema.

Note-se que, conforme já observando anteriormente, as condições tecnológicas da década de 1940, muito diferentes das nossas, poderiam mesmo ter provocado impacto direto na forma como o comentário se delinea no texto.

No entanto, na forma como se constrói linguisticamente a argumentação aqui, buscam-se estratégias outras a fim de manter o tom tenso do comentário em detrimento do tom mais distenso da narrativa.

Além disso, os abusos que se cuida de corrigir, contribuem poderosamente para semelhantes estados de coisas. Isso pela razão muito simples de que os expedidores dos telegramas oficiais entendem que a franquia representa a porta aberta para a prolixidade no texto ou para a inclusão na categoria de correspondência oficial de despachos que nada têm a ver com o serviço público. A observância das normas baixadas pelo ministro da Viação poderá trazer vantagens imediatas.

O texto trata, como pudemos observar, de tema que pode ser considerado distante do interesse da opinião pública, levantando a questão de sua relevância argumentativa. No entanto, cabe mais uma vez aqui lembrar MELO (1994), quando o autor se refere à questão do diálogo entre editorial e Estado. Dessa forma, o texto segue nessa dualidade de dialogar com a opinião pública e com o Estado:

A redução do número de palavras transmitidas telegraficamente libetará o D.O.T de pesada carga de serviço, de sorte a permitir maior atenção aos despachos particulares. É notória a deficiência de nosso aparelhamento telegráfico e se impõe, por isso mesmo, utilizá-lo com toda a discricção possível, a fim de não comprometer, ainda mais, o atendimento mínimo que se deve obter dos telégrafos.

O período final é introduzido com uma expressão modalizadora que introduz a conclusão do texto: “É notória [...]”. O artifício da oração modalizadora, aliás, é recorrente nos dois períodos analisados. Seu tom tende a uma postura mais autoritária, visto que não abre espaço para dúvidas.

Tal qual ocorreu nesse texto, em “Modelo sem futuro”, temos um período caudaloso que, com o verbo no presente do indicativo, comenta ao mesmo tempo em que introduz o assunto, conforme podemos perceber no trecho inicial:

Declarações recentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o que entende por gestão pública e a questão da carga tributária em geral e da CPMF em particular são reveladoras do modelo de país e de política econômica dominante hoje no Palácio do Planalto (Grifo nosso).

Observe-se que foi possível, a partir da estratégia apresentada fazer o leitor compreender o que se trata sem, contudo, utilizar-se do tempo do relato. Inicia-se o texto, dessa forma, num tom crítico, questionador, avaliando a fala do então presidente Lula, como ocorre também na passagem a seguir.

Quando Lula traduz “choque de gestão” por empreguismo público, e considera brutal a carga tributária de cerca de 35% do PIB, e em alta constante, adequada “para fazer a política social justa que o Brasil precisa”, ele delinea um país com um Estado inchado, que avança sobre parcelas crescentes da renda da sociedade, desenfreadamente gastador, tudo em nome do igualitarismo social. No Brasil do lulismo, o Estado está no centro, sendo ele o responsável pelo redistributivismo por meio do Bolsa Família e linhas assistencialistas criadas dentro do sistema previdenciário. Por essa visão, a CPMF é um imposto bem-vindo e até “justo”, disse Lula, sem levar em conta que, ao incidir da mesma forma sobre todos os níveis de renda, o gravame pode ter outros predicados – é de baixo custo para a Receita, simples de aplicar –, menos o da justiça.

Nesse trecho, fortemente marcado pelo comentário e pela seleção vocabular, questiona-se o governo e a postura de Lula. Observe-se também o emprego massivo dos verbos *ser* e *estar*.

O governo saboreia o bom momento da economia, derivado de um ciclo mundial único, da responsabilidade fiscal do início do primeiro mandato, reforçada pela política monetária adequada conduzida pelo Banco Central. No entanto, ao praticar uma estratégia fiscal de sentido oposto àquela de 2003, o governo passa a conspirar contra a própria aceleração do crescimento econômico que tanto festeja.

O texto prossegue no comentário com os sintagmas *saboreia o bom momento*, *passa a conspirar* e *tanto festeja*, para demonstrar que o bom momento da economia constitui uma faca de dois gumes.

O que o presidente precisaria entender é que, ao manter os gastos correntes em ascensão, por conta do assistencialismo e do empreguismo, ele estrangula cada vez mais a já baixa capacidade de investimento do setor público, crucial para permitir a infra-estrutura do país atender às pressões decorrentes da expansão da produção.

Abrindo-se esse parágrafo temos o único caso de futuro do pretérito num texto que se utilizava até então do presente do indicativo. Note-se que aqui temos um caso típico de futuro do pretérito como tempo do comentário – essa preferência confere ao trecho um tom mais distenso do que se a opção fosse o presente do indicativo como observaremos em exemplos mais adiante.

No melhor cenário de execução do PAC, os investimentos públicos chegarão a 0,9% do PIB, contra 1,2% em 2011 e 2,4% durante o regime militar. Mais: com uma carga tributária desmesurada, o Estado impede o crescimento da poupança e desestimula os investimentos privados, que se encontram na faixa de 17% do PIB, ainda muito baixos para garantir um longo ciclo de crescimento sustentado. Eles estão em alta, mas, mesmo com desonerações tópicas, o peso total dos tributos funciona como um freio à ampliação das empresas, até por drenar recursos para o estado. Além disso, a carga tributária tira cada vez mais competitividade do Brasil no comércio exterior, onde o país enfrenta dura competição com economias emergentes em que o peso dos impostos é bem menor. É urgente o governo mudar sua visão. Preferível alterar a estratégia com a arrecadação tributária em alta, do que ser obrigado a fazê-lo num momento de crise.

O parágrafo final se inicia com uma expressão modalizadora tal qual ocorreu em 1947. Mais uma vez, dialogando com o Estado, num tom autoritário, como que lhe dizendo como administrar o país. Segundo Charaudeau (1997),

O comentário argumentativo impõe uma visão do mundo de ordem "explicativa". Ele não apenas mostra ou imagina o que era, o que é ou o que acontece, ele tem procurado descobrir o que não é visto, que é latente e é o motor (causas, razões e intenções) de uma eventualização do mundo. Problematiza os eventos, faz suposições, desenvolve teorias, fornece a evidência e impõe conclusões. (p. 190)<sup>10</sup>  
 [...] coloca verdadeiramente em causa o leitor, ele exige sua atividade intelectual, o trabalho de raciocínio, tomando uma posição a favor ou contra, e essa pessoa, após a troca, sai ileso (o comentário é histérico). (p. 190)<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Le commentaire argumente impose du monde une vision d'ordre "explicatif". Il ne se contente pas de montrer ou d'imaginer ce qui a été, ce qui est ou ce qui se produit; Il cherche à mettre au jour ce qui ne se voit pas, ce qui est latent et constitue le moteur (causes, motifs ET intentions) de l'événementialisation du monde. Il problématise les événements, fait des hypothèses, développe des thèses, apporte des preuves, impose des conclusions. (p. 190)

<sup>11</sup> [...] met véritablement en cause le lecteur; il exige de lui activité intellectuelle, travail du raisonnement, prise de position pour ou contre, et de cette activité personne, au bout de l'échange, ne sort indemne (le commentaire est hystérique). (p. 190)

A alta incidência de verbos do comentário reflete, assim, maior engajamento dos textos. Seu emprego prototípico em nosso *corpus* liga-se diretamente ao gênero textual com o qual estamos lidando. Nos textos “Telegramas oficiais” e “Modelo sem futuro”, o emprego abundante e exclusivo dos tempos do comentário, contudo, não representa a regra; pelo contrário, mesmo em gêneros opinativos, a presença de inserções narrativas é o comportamento prototípico, embora não predominem de um modo geral.

Essas inserções do mundo narrado nem sempre se dão por meio do pretérito perfeito e do imperfeito. Muitas vezes, elas ocorrem a partir do futuro do pretérito, que cambia entre os *dois mundos verbais*, dependendo de seu emprego.

No que concerne a seu uso a serviço do relato, podemos citar alguns exemplos em ambos os períodos. No texto “Poderia ser pior”, de 2/10/2007, que trata da barganha que o governo praticaria para receber votos no congresso para a aprovação de projetos, podemos destacar esse uso narrativo. O jornal se remete às privatizações iniciadas no governo Collor e aprofundadas pelo de Fernando Henrique Cardoso, defendidas na coluna.

Podemos observar, ao final do texto, um uso abundante de verbos no futuro do pretérito a fim de defender as privatizações e atacar o governo Lula, estando tal uso a serviço da argumentação:

Pode-se imaginar o que *estaria* ocorrendo se o governo FH não tivesse aprofundado o programa de privatizações iniciado na gestão de Collor. Os “franciscanos” de todos os partidos *estariam* tripulando empresas de telefonia pelo Brasil afora (...). O país não *teria* ultrapassado a marca de 100 milhões de celulares, linhas fixas não *sobriariam* e o acesso à internet *seria* um luxo para poucos. O governo, porém, *contaria* com, digamos, mais argumentos para dobrar “franciscanos” recalcitrantes.

Tais passagens, que remetem ao campo das hipóteses, servem para delinear toda uma projeção negativa do governo Lula, enaltecendo as ações diferenciadas de seus antecessores, em outras palavras, privatizações. O jornal constrói, assim, toda uma narrativa alternativa para expor a ideia de que, caso os antecessores de Lula não tivessem tomado certas providências, as coisas atualmente estariam muito diferentes no país – daí o título “Poderia se pior”. A ideia é, portanto, forjar uma imagem sombria do Brasil sem as privatizações promovidas na época de Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor de Melo

Vale ressaltar que a inserção narrativa aqui é atípica. Não se trata de um relato de algo que ocorreu, de um assunto que está sendo retomado pelo redator, mas de algo que poderia ter ocorrido. É uma narrativa de cunho ficcional, na qual se relatam possibilidades, não a realidade.

Isso nos faz lembrar a definição mais simples de narrar – “contar histórias”. Mas, afinal, por que contamos histórias? Na maior parte dos casos, o ser humano conta histórias para educar e/ou entreter.

No entanto, também podemos narrar para argumentar. E é nesse ponto crucial que a narrativa ficcional nada despretensiosa do jornal se enquadra como estratégia argumentativa.

A narrativa, pois, está aqui a serviço da argumentação. Não se trata do relato de um fato, mas da tentativa remeter o leitor a um quadro negativo, de desaprovação.

Em alguns momentos, contudo, o futuro do pretérito foi usado com valor de comentário. É o que ocorre, por exemplo, no texto “Imigrantes holandeses”, de 3/10/2007:

Os holandeses são, tradicionalmente, homens de largo raciocínio agrário e sua presença poderia servir como fator de estímulo à elevação técnica de determinadas atividades.

Também podemos observar esse fenômeno no texto “Ultrapassado” (4/10/2007).

[...] O Brasil poderia tirar proveito dessa oportunidade transformando-se em um grande produtor de urânio.

[...] Mantidas as salvaguardas indispensáveis ao uso e processamento do urânio, o Brasil deveria rever esse modelo, permitindo que mineradoras privadas participem também da atividade.

Nesses três casos, o futuro do pretérito constitui um caso de comentário. No entanto, o emprego desse tempo verbal faz com que ele não seja tão contundente quanto seria caso fosse utilizado o tempo próprio para isso, em outras palavras, o presente do indicativo, conforme podemos observar na reescritura dessas passagens:

*Os holandeses são, tradicionalmente, homens de largo raciocínio agrário e sua presença pode servir como fator de estímulo à elevação técnica de determinadas atividades.*

*[...] O Brasil pode tirar proveito dessa oportunidade transformando-se em um grande produtor de urânio.*

*[...] Mantidas as salvaguardas indispensáveis ao uso e processamento do urânio, o Brasil deve rever esse modelo, permitindo que mineradoras privadas participem também da atividade.*

O emprego do presente do indicativo torna os trechos mais incisivos, mais contundentes, porém o jornal optou por um emprego mais recatado e tímido ao valer-se do futuro do pretérito.

A opção pelo futuro do pretérito, por outro lado, demonstrou maior impessoalidade e descomprometimento por parte do jornal, refletindo também menos engajamento em seu comentário.

Existe, portanto, uma diferença de engajamento entre um emprego e outro mesmo quando ambos são usados para o comentário. Vejamos o que ocorre em outro texto, “Queda livre”, de 11/10/2007, em que se optou pelo presente do indicativo:

*[...] O Planalto deve sair das cordas e deixar de ser refém de Calheiros. É de interesse público que o Senado volte a funcionar, e as devidas negociações políticas transcorram sem turbulências.*

Nesse caso, o redator preferiu o uso do presente do indicativo, conferindo um tom mais tenso à sua argumentação, o que ele não conseguiria com a mesma intensidade valendo-se do futuro do pretérito, como podemos observar abaixo:

*[...] O Planalto deveria sair das cordas e deixar de ser refém de Calheiros. É de interesse público que o Senado volte a funcionar, e as devidas negociações políticas transcorram sem turbulências.*

Note-se que a simples troca de tempo verbal confere ao trecho um tom menos tenso e, por consequência, menos engajado – embora o editorial desse dia tenha se mostrado rico em seleção vocabular e em emprego dos verbos.

Daí, podemos depreender que o uso do futuro do pretérito no lugar do presente como tempo do comentário interfere no grau de engajamento presente no texto. Trata-se de um emprego mais tímido; comenta-se com a atitude de quem narra, em distanciamento.

Passemos agora a outro elemento referente ao emprego dos tempos verbais. Tratemos aqui do uso pretérito perfeito como comentário. No texto “Poderia ser pior”, já citado aqui devido ao emprego do futuro do pretérito, podemos também encontrar um trecho exemplar daquele outro fenômeno:

Embora tenha se transformado em lugar-comum, inevitável repetir o bordão presidencial para afirmar que nunca antes nesse país se viu um tão amplo e escancarado balcão de negociatas fisiológicas entre partidos da situação e o governo.

Ora, no trecho acima, o verbo *ver*, empregado no pretérito perfeito, assume status de verbo do comentário. Observe-se que temos uma indicação de tempo transcorrido do passado até o presente. Afinal, o que realmente se coloca ali é que “nunca se viu um tão amplo e escancarado balcão de negociatas” *como se vê hoje*.

Também ocorre o emprego do presente pelo pretérito perfeito. É o que observamos, por exemplo, no texto “Outro ângulo”, de 14/10/2007. Nesse dia, o jornal lançou um tema em questão: “Gastos na saúde”.

Em artigo publicado no GLOBO da última segunda-feira, o secretário de Saúde paulista, Luiz Roberto Barradas Barata, confirma o avanço significativo permitido pelo novo modelo de gerenciamento aplicado em 20 hospitais, três ambulatórios e um centro de referência do idoso e dois laboratórios.

Apesar de o ato praticado aqui ser o de narrar, empregou-se o presente do indicativo. Narra-se assim com o engajamento típico do comentário. O emprego do pretérito perfeito não traria a contundência pretendida na passagem transcrita.

Trata-se aqui do parágrafo final de um texto que se propõe a abordar a questão da saúde por um “outro ângulo”. Ora, nesse ponto, modelos gerenciais outros são defendidos.

Ocorre que esse trecho é um argumento. O emprego do presente, tempo verbal típico do comentário, reforça o tom engajado que o final do texto adquire.

As duas épocas aqui analisadas demonstram engajamento quando o assunto é emprego dos tempos verbais. Aproximando-se também nesse aspecto, pudemos perceber tanto no aspecto quantitativo, como no qualitativo a força dos tempos do comentário como opção prototípica.

Nos textos analisados, as inserções narrativas surgem situando o assunto ou a serviço da argumentação. Como afirma BARBOSA (2010, p. 137): “[...] a realidade só é dada a ler através de processos textuais. Tal como em relação ao texto, também o contexto é alvo de múltiplas interpretações”. Esse contexto oferecido pelo jornal, portanto, relaciona-se diretamente com a tese do argumentador.

Quanto ao emprego de futuro do pretérito como comentário, também podemos observar o distanciamento discursivo que provoca, fazendo com que os trechos com eles assinalados percam em engajamento, se comparados aos que são redigidos no presente do indicativo.

Como bem pudemos assinalar, portanto, os dois períodos têm em comum os traços do comentário. Ora, em textos opinativos, como já foi afirmado anteriormente, essa é a tendência. Trata-se de um comportamento prototípico empregar os tempos verbais ligados ao comentário.

Tal estratégia prototípica, contudo, não exclui as inserções narrativas. Dessa forma, elas se fizeram presentes, em maior ou menor grau, em praticamente todos os textos do *corpus*. Ou seja, também faz parte das estratégias desse gênero empregar esse tipo de inserção, seja para situar o assunto, seja para elas mesmas servirem de argumento.

No entanto, ainda assim, pudemos encontrar textos em que as inserções narrativas não constituíam uma estratégia secundária – eram a opção mais dominante no texto.

A predominância de verbos do comentário em editoriais é uma tendência, não uma regra – as inserções narrativas podem bem prevalecer, ainda que se revelem uma postura atípica.

O próximo item que vamos analisar, a pontuação, não é pautada pela mesma lógica dos tempos verbais. Se os editoriais tendem ao emprego de verbos do comentário, devido à sua natureza essencialmente argumentativa, não necessariamente tenderão ao uso mais prolífero de certos sinais de pontuação.

Nesse sentido, grandes diferenças de ordem quantitativa foram observadas nos dois períodos pesquisados. Em 1947, o emprego se mostrou mais abundante e diversificado; em 2007, mais sóbrio e menos engajado. Mas até que ponto essa distinção se reflete na argumentação do jornal? É o que veremos a seguir.

#### 4.2.3 – Expressividade versus sobriedade: a pontuação em 1947 e em 2007

Dos três elementos elencados para análise, a pontuação é o que menos se estuda ao se tratar de argumentação. No entanto, como observaremos nas linhas a seguir, ela se relaciona com o grau de argumentatividade dos textos.

Das mais variadas formas de emprego dos sinais de pontuação, é na literatura que reside seu uso mais intenso, devido às peculiaridades que os textos literários apresentam em relação ao uso da língua.

Contudo, não é o objetivo deste trabalho avaliar a questão estética que envolve os sinais de pontuação. Nosso intento aqui é demonstrar de que forma seu emprego gera sentido, servindo de apoio no trato com o texto argumentativo.

O uso expressivo da pontuação em 1947 nos chamou a atenção ao longo de nossas leituras. Por isso, juntamente com o papel da seleção vocabular e do emprego dos tempos verbais, resolvemos aqui incluir esse tópico.

Conforme pudemos observar na parte relativa aos números, houve uma significativa diferença de emprego entre as duas épocas. Nos textos pertencentes aos anos de 1940, observou-se maior variedade e intensidade no emprego; no grupo de textos da atualidade, prevaleceu a sobriedade, sem o jornal se prevalecer de sinais como o ponto de exclamação e as reticências, por exemplo.

Nesse intervalo de sessenta anos, dentre os temas pesquisados, o que mais se alterou, em termos quantitativos, foi sem dúvida o emprego dos sinais de pontuação.

Mas em que essa distinção no que tange aos sinais de pontuação produz em efeitos de sentido nos textos das duas épocas?

Em primeiro lugar, vejamos o emprego de um sinal que teve emprego mais expressivo em 2007, as aspas. Esse sinal é tipicamente utilizado para marcar citações ou, então, nomes de periódicos ou neologismos.

No entanto, não é esse o emprego que privilegiamos em nossa análise. É outra faceta desse sinal que nos interessa aqui. A expressividade com que esse sinal pode ser utilizado é nosso objeto de investigação.

Observemos o trecho abaixo, extraído do texto “Temeridade”, de 3/10/2007. Nessa passagem, critica-se o aumento das despesas com pessoal por parte do governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva:

De 2003 para cá, o governo Lula já abriu 94,7 mil vagas na máquina pública, e se projetam outras 28,7 mil para 2008. Não se incluem aqui os chamados cargos comissionados, ditos de confiança, inflados de 19 mil em 2002 para 22.345 em junho passado. O número expressa a volúpia do no aparelhamento do Estado. Aí estão os companheiros, a militância, apaniguados em geral. Todos nomeados sem concurso, por serem de “confiança”.

Chama-nos atenção em particular o uso das aspas no final do parágrafo. Reforçando o distanciamento do jornal em relação ao tipo de pessoa que é escolhida para o cargo, abre-se um espaço de descrédito.

Ou seja, as aspas aí conferem um tom de contrário, que ajuda a instalar um sentimento de dúvida no coração do leitor. Seriam mesmo essas pessoas – *companheiros, a militância, apaniguados em geral. Todos nomeados sem concurso* – de confiança? Não é o que o jornal dá a entender. Nesse caso, portanto, as aspas têm função discursiva de realçar ironicamente a palavra servindo de apoio à argumentação do jornal.

Esse uso das aspas com finalidades expressivas, trazendo tais efeitos de sentido, pode ser observado, sobretudo, em textos literários. É o que ocorre no trecho abaixo, extraído do livro **Bom Crioulo**, de Adolfo Caminha:

O motivo, porém, de sua prisão agora, no alto-mar, a bordo da corveta, era outro, muito outro: Bom-Crioulo esmurrara desapidadamente um segunda-classe, porque este ousara, “sem o seu consentimento”, maltratar o grumete Aleixo, um belo marinho de olhos azuis, muito querido por todos e de quem diziam-se “cousas” (2006, p. 17).

No segundo emprego das aspas, destacando o substantivo *cousas*, esse sinal abre ao leitor um espaço a ser preenchido na leitura, já anunciando o tipo de relação que, na trama, se desenrola entre Aleixo e Bom-Crioulo.

Voltando aos editoriais, esse emprego mostra-se produtivo ainda nos dias de hoje. No texto “Poderia ser pior”, de 2/10/2007, podemos notar o uso da palavra *franciscanos* surgindo três vezes entre aspas.

[...] A ponto de um legítimo representante do PMDB voraz por verbas públicas, senador Wellington Salgado, de Minas chamar colegas do clero inferior de “franciscanos”.

[...] Pode-se imaginar o que estaria ocorrendo se o governo FH não tivesse aprofundado o programa de privatizações iniciado na gestão de Collor. Os “franciscanos” de todos os partidos estariam tripulando empresas de telefonia pelo Brasil afora [...] O governo, porém, contaria com, digamos, mais alguns argumentos para dobrar “franciscanos” recalcitrantes.

Observe-se que, na primeira aparição da palavra, faz-se referência ao discurso do senador Wellington Salgado. No entanto, mais adiante, o redator absorve o discurso do outro com fins argumentativos. Nos dois outros momentos em que as aspas são empregadas, não se trata mais de uma simples demarcação do discurso do outro, mas de certo sarcasmo que circunda essa escolha vocabular de que se apropriou no texto e que as aspas ajudam a expressar.

Por outro lado, em 1947, de um modo geral, as aspas com o fito de realçar ironia e sarcasmo não é tão produtivo quanto o de outros sinais. Nesse ano, o emprego das aspas atendeu a padrões mais típicos e esperados. Esse sinal surge de forma engajada somente no texto “Técnicos”, de 9/10/1947.

Reclamam-se “técnicos” por toda parte. [...] É o “técnico”. Por que “técnico”? Porque esteve nos Estados Unidos, visitou repartições e serviços, viu tudo, passeou bastante e admitiu, de boca aberta, todas as obras monumentais...

O trecho acima transcrito é rico no emprego de sinais de pontuação. O uso das aspas aqui reitera o tom de sarcasmo com que o texto se refere aos técnicos e confere certo tom depreciativo ao se falar deles. Demonstra-se, assim, certa ironia, como se esse título a eles não de fato pertencesse, o que fica mais evidente no quê de indignação expressa na pergunta “Por que ‘técnico’?”.

Encerrando o texto, o uso das reticências, após uma sequência textual em que o tom é sarcástico, reitera as finalidades com que as aspas e o ponto de interrogação foram utilizados, criando uma atmosfera que abre ao leitor espaços de leitura, ficando no ar a reprovação diante do que foi exposto.

O uso expressivo das reticências, aliás, é o nosso próximo objeto de análise. No texto do dia 8/10/2007, “Conselhos e institutos, que trata de economia, temos um uso expressivo desse sinal encerrando o texto.

[...] estamos recebendo levas de imigrantes estranhos à lavoura ou a qualquer ofício, e dentre os quais até tuberculosos se encontram... Para se corrigirem tamanhos erros, tamanhos e tão funestos, parecem ser demais os institutos, conselhos e comissões que possuímos...

O uso das reticências reforça aquilo sobre o qual se pretende argumentar. O emprego desse sinal, geralmente, funciona como uma espécie de lacuna que se cria no texto, abrindo possibilidades de leitura.

As reticências, segundo CUNHA (2008), podem “[...] indicar que a ideia que se pretende exprimir não se completa com o término gramatical da frase, e que deve ser suprida com a imaginação do leitor”.

O uso das reticências após o trecho “e dentre os quais até tuberculosos se encontram...” ajuda a criar certo sentimento de desalento, que permeia o enunciado. Ao fim do texto, o emprego já retoma um tom que paira entre o sarcasmo e desilusão.

A fim de melhor percebermos os efeitos que esses sinais têm na leitura, vejamos essa passagem escrita de outra forma, suprimindo-se as reticências:

*[...] estamos recebendo levas de imigrantes estranhos à lavoura ou a qualquer ofício, e dentre os quais até tuberculosos se encontram. Para se corrigirem tamanhos erros, tamanhos e tão funestos, parecem ser demais os institutos, conselhos e comissões que possuímos.*

Omitindo-se as reticências e substituindo-as pela neutralidade do ponto, o texto se apresenta mais frio, mais distante e, conseqüentemente, menos engajado.

Em “Importação de técnicos”, de 7/10/2010, também podemos observar um uso produtivo desse sinal de pontuação:

A máquina encaixotada em todas as suas peças veio parar no Brasil; mas o técnico ficou lá fora, porque o Consulado achou que não lhe devia dar o visto de regresso, sem indagar, não de sua capacidade, mas de seus antecedentes...

Nesse trecho, as reticências se articulam com a argumentação estabelecida no texto. Aqui também se expressa uma inflexão de natureza emocional desse

emprego. Esse uso, mais profícuo em textos literários, transporta-se assim para esse gênero textual.

Nos textos opinativos, esse emprego mais expressivo da pontuação reflete a forma como se delinea o discurso na coluna “Ecos e comentários” em 1947: apaixonado, emotivo, intenso, e, como consequência, mais engajado.

Não se trata de um uso que objetiva um mero aperfeiçoamento estético do texto, mas que ajuda na construção do sentido. Como afirma JUNKES (2002, p. 109), “A pontuação tem a função de servir de instrumento para a articulação de sentido do texto escrito”. Dessa forma, tal qual ocorre com as palavras, é ela responsável por agregar sentido àquilo que se escreve, trazendo, portanto, nuances semânticas que se refletem, inclusive, na forma como um texto argumentativo é conduzido.

Nossa odisseia da pontuação chega agora ao ponto de exclamação. Segundo CUNHA E CINTRA (2008),

É o sinal que se pospõe a qualquer enunciado de entoação exclamativa. Mas, como a melodia das exclamações apresenta muitas variedades, o seu valor só pode ser depreendido do contexto. Cabe, pois, ao leitor a tarefa, extremamente delicada, de interpretar a intenção do escritor; de recriar, com apoio em um simples sinal, as diversas possibilidades de inflexão exclamativa e, em cada caso, escolher dentre elas a mais adequada – se se trata de uma expressão de espanto, de surpresa, de alegria, de entusiasmo, de cólera, de dor, de súplica, ou de outra natureza. (671, 672).

No texto “O mercado negro desonra o Brasil”, de 11/10/1947, que trata justamente do mercado negro estacamos um uso de pontuação que veio a auxiliar na argumentação, como podemos observar na frase que o encerra:

*Era o achincalhe que nos faltava, para completar a série de vergonhas que vimos sofrendo!*

O ponto de exclamação ao final do artigo ajuda a encerrá-lo de forma mais emotiva, expressando o sentimento de indignação que percorre todo o texto. A frase final é enfática, contundente e demonstra sentimentos de repulsa e revolta. A pontuação, portanto, auxilia no apelo às emoções do leitor. Segundo OLIVEIRA (2008a, p. 47):

A convergência entre emoção e razão se dá precisamente no modo argumentativo de organização do discurso, inseparável ao mesmo tempo de ambas. Da razão, porque é próprio desse modo de organização o sujeito comunicante dirigir-se ao lado racional do interlocutor; e da emoção, porque a **argumentação** lida com **valores**, contrariamente à **demonstração** (exemplo: um geômetra demonstrando um teorema), que lidaria com  **fatos**.

Esse apelo às emoções do leitor, como já vimos anteriormente, dá-se, principalmente por via lexical, residindo na seleção vocabular empregada no texto. No entanto, nos textos de 1947 esse apelo se dá também via pontuação.

Essa forma visceral de argumentar, explorando a gama de sinais que a língua fornece, indica maior grau de engajamento por parte do redator. Pontuação semelhante a essa não foi identificada nos editoriais de 2007, mas pôde ser observada nas cartas dos leitores datadas da mesma época:

Quer dizer que se a CPMF não for prorrogada o governo vai aumentar impostos para compensar? Então, por que perdem tanto tempo com o assunto se nós seguiremos pagando impostos escorchantes a fundo perdido para sustentar salários, mordomias, benesses, mamatas e o que mais vier desta gangue política? Não tem saída. Socorro!

(Ana Beatriz V. P. de Mendonça – 10/10/2007).

Observe-se no texto acima o engajamento presente nas palavras e que se reflete diretamente no tipo de pontuação empregada. No caso das “Cartas dos leitores” a pontuação parece francamente mais engajada, embora o fenômeno que presenciemos acima reflita um uso da língua.

Nesse caso, o uso da pontuação vai depender de uma série de fatores e variará de indivíduo para indivíduo. Isso significa que, nesse gênero textual, devido à maior liberdade oferecida pelo contrato de comunicação que o rege, podemos encontrar esse emprego da pontuação de forma mais abundante.

Nas manchetes de jornal, apenas para citar mais um exemplo, o contrato de comunicação parece exigir maior “economia” em seu emprego, devido ao espaço que a elas é destinado. Por isso, nem mesmo costuma-se empregar o ponto final ao encerrá-las.

Ainda assim, podemos encontrar casos de uso mais expressivo da pontuação nas manchetes dos dias atuais, como ocorre no exemplo abaixo:

Figura 3



(*O Globo*, 7/10/2010)

**Fonte:** [www.conversaafiada.com.br](http://www.conversaafiada.com.br) (no dia 24/01/2011)

Aqui, no entanto, temos um fato a ser considerado. Diante da estrutura, o jornal não poderia omitir o sinal de pontuação, a menos que se apropriasse do estilo de José Saramago de escrever.

No entanto, vale frisar que nessa manchete o estratagema da pergunta bem demonstra o tom de reprovação aos atos do governo diante da situação provocada pelas chuvas na cidade do Rio de Janeiro. Ela expressa engajamento por parte do jornal. Aqui não se relata fatos, mas questionam-se os responsáveis pelo ocorrido.

Manchetes com esse tipo de engajamento, no entanto, constituem caso raro, embora ainda se possa encontrar manchetes que variados sinais sejam utilizados.

No entanto seu uso não é mais tão intenso, como também ocorre nos editoriais da atualidade, em que a pontuação se apresenta de forma menos expansiva e, conseqüentemente, menos engajada em termos argumentativos.

Antigamente, no entanto, podemos encontrar registros de manchetes com um sinal que, pela lógica que rege sua construção, poderia ser suprimido – o ponto de exclamação.

Figura 4



Manchete d' *O Globo*, do período da Segunda Guerra

Fonte: <http://www.brasil2gm.hpg.ig.com.br/htm/feb.htm> (no dia 24/01/2011).

Figura 5

Manchete d' *O Globo*, do período da Segunda Guerra

**Fonte:** <http://www.brasil2gm.hpg.ig.com.br/html/feb.htm> (no dia 24/01/2011).

Esse uso mais expressivo, embora não se possa afirmar que constituísse um estilo, era mais profícuo que atualmente. Daí, podemos depreender que o uso da pontuação foi se metamorfoseando ao longo do tempo no jornal e que essa mudança permeia todo o processo de escrita, repercutindo das manchetes aos textos opinativos.

Perceba-se que nas duas manchetes o emprego do sinal de exclamação reitera o tom afetivo, apelando-se para as emoções do leitor. Enquanto na primeira, apela-se para a revolta diante do navio afundado, a segunda procura sensibilizar pela participação do Brasil na guerra.

Mas voltemos aos textos de 1947, em que no texto “Os culpados” mais uma vez podemos localizar uso engajado dos sinais de pontuação.

[...] a culpa cabe exclusivamente aos elementos oficiais, que estranha e sistematicamente se empenham em defender e amparar a ação odiosa e funesta dos gananciosos de toda a espécie. E para conseguirem tão lamentável intento a quantos argumentos especiosos recorrerem!

Nesse texto, publicado em 2/10/1947, questiona-se quem seriam os possíveis culpados pelos problemas que afligiam na época o povo brasileiro, já que, de acordo com o texto, o responsável pela não resolução desses problemas não seria o presidente.

O uso da pontuação aqui reitera o tom de indignação pela culpa que, segundo o texto, cabe aos elementos oficiais. Segundo CATACH (1994, p. 63):

Mais do que o ponto de interrogação, que parece destinado à outra finalidade, o ponto de exclamação indica as imediatas reações pessoais do locutor, crises, apelos, ordens, desejos, réplicas positivas ou negativas, etc., para passar para a escrita expressividade direta, sem novas construções.<sup>12</sup>

Para além das aspas, das reticências e do ponto de exclamação, o sinal de pontuação que teve o uso mais produtivo foi o ponto de interrogação. Em 2007, pudemos registrar seu uso em apenas dois textos. No entanto, 1947, esse sinal surgiu em nove textos, o equivalente a 36%.

Vejamos primeiramente como se deu seu emprego em 2007. O uso desse sinal, um desvio face ao estilo impresso, ocorreu nos textos “Erro de cálculo” e “Um alerta”. Vejamos como essa opção se deu no primeiro:

Se o senador alagoano decidiu afastar do cargo de assessor especial Francisco Escórcio, denunciado por, a seu mando, tentar armar uma arapongagem contra os senadores adversários Demóstenes Torres e Marconi Perillo, por que o chefe haveria de se manter no posto? Até esse raciocínio de lógica simples conspirava contra Renan.

Tratando dos eventos relativos ao senador Renan Calheiros, o texto defende a saída dele da presidência do Senado. O artifício da pergunta retórica auxilia na argumentação do jornal.

Discutindo o tema em questão lançado pelo jornal, o texto “Um alerta” também apresenta uso do ponto de interrogação como expediente argumentativo:

---

<sup>12</sup> Plus que le pt interr., qui semble destiné à autrui, le pt exclam. Signale les réactions personnelles immédiates du locuteur, cris, appels, injonctions, souhaits, répliques positives ou négatives, etc., permettant de faire passer à l'écrit une expressivité directe, sans autre construction.

Ora, por que não executá-la dentro dos marcos da Constituição em vigor, que exige votação qualificada (três quintos de maioria), em quatro turnos? O quórum existe para preservar pontos essenciais da Carta [...].

Em 1947, contudo, esse uso se disseminou de forma mais profícua. No texto “Círculo vicioso”, por exemplo, no qual temos um uso expansivo dos sinais de pontuação, o ponto de interrogação apareceu três vezes.

[...] E reunindo-se com solenidade, os chefes, sub-chefes, e soldados da U.D.N. examinaram a situação deficitária dos orçamentos, no empenho de combatê-la, sem sacrifício dos contribuintes. De que modo? Mistério. Os impostos de consumo foram mencionados, como passíveis de aumentos. Mas, aumentados os impostos de consumo, o custo da vida acompanhará os aumentos. E o custo da vida é já asfixiante!

O uso da pergunta como artifício discursivo reitera o tom de descrédito dado às ações no sentido de remediar a situação dos orçamentos. Mais à frente, temos o ponto de exclamação dando um tom de indignação ao fato de o custo de vida já ser alto, ou melhor, *asfixiante*.

Diante da crise de tetos a iniciativa se torna lastimável. Seus resultados conseguirão combater a situação deficitária da Prefeitura? De modo algum. Gota d’água numa enchente não produz efeito... Mas, o critério atual vem sendo esse. A Câmara no apagar das luzes, quer modificar os tributos do próximo exercício? Pelos modos, sim.

A opção pelo questionamento ocorreu ao longo do texto. Aliado a ela usa-se um dito: *Gota d’água numa enchente não produz efeito...*, com as reticências a reiterar a ideia de que as ações serão infrutíferas.

Atente-se para o tom quase proverbial que toma o trecho. Poucas letras à frente, mais uma vez, o recurso da pergunta. Mas essa pergunta, o redator não a deixa sem resposta, reiterando mais uma vez o tom depreciativo com que o texto fala da política econômica do governo. Segundo CATACH (1994, pp. 61,62):

Este ó sinal das perguntas, mas também da dúvida, vergonha pedidos de esclarecimento, atitudes negativas. Mais geralmente, ele marca a incerteza, real ou simulada, com uma dose de subjetividade, que pode aumentar, duplicando ou até triplicando o sinal<sup>13</sup>  
[...]

<sup>13</sup> C'est celui des questions, mais aussi du doute, de l'embarras, de demandes d'éclaircissements, d'attitudes négatives. Plus généralement, il marque l'incertitude, réelle ou simulée, avec une dose de subjectivité, que l'on peut augmenter en doublant ou même triplant le signe.

a captação da atenção, inquérito genuíno, é talvez a essência de frases interrogativas, com todas as nuances de recursos ficcionais ou retórico. Em todos os casos, o autor está presente, e é "sempre dirigida a alguém".<sup>14</sup>

O ponto de interrogação, portanto, também está ligado ao engajamento expressivo em textos de cunho argumentativo. Outro texto em que também se utilizou de forma mais expansiva das interrogações foi "Imposto de renda".

As leis eram alteradas durante o ano inteiro e ninguém conseguia formular juízo seguro sobre a situação financeira. A que extremos chegara o "déficit"? Eis a pergunta que se vem fazendo [...]

[...] O preço da vida atingiu a extremos inquietantes. De que modo enfrentar o problema? A Comissão de Finanças da Câmara entende que em um sistema tributário agressivo poderá reprimir as altas galopantes dos preços das utilidades? [...]

No primeiro trecho, o artifício da pergunta é utilizado como se fosse uma espécie de discurso relatado. Afinal, ali se reproduz "a pergunta que se vem fazendo". No segundo uso, o jornal se vale de um expediente recorrente, fazer a pergunta para logo em seguida fornecer a resposta.

Para encerrarmos nossas observações acerca da pontuação, apresentaremos trecho do texto "Gafanhotos *versus* burocracia". Nele, encontramos o caso mais extremo e peculiar de emprego desses sinais: a combinação de interrogação e reticências.

Entretanto, autorizado pelo chefe do Governo a 17 de setembro último e registrado pelo Tribunal de Contas a 23 do mesmo mês, esse crédito extraordinário, com caráter de urgência, continua ainda percorrendo os famosos trâmites legais, enquanto os gafanhotos vão destruindo, quase que impunemente as reservas alimentares do nosso povo! Num esforço ingente, técnicos, militares e agricultores vêm contribuindo para a destruição dos terríveis acrídios. Somente a burocracia lhes tem sido aliada. Até quando?...

Nesse texto, observamos um alto engajamento pela pontuação. Do uso da exclamação, aqui reiterando o clima de indignação, de revolta, pela situação, ao uso combinado de interrogação e reticências, o final do texto se mostra largamente expressivo, o que funciona a serviço da argumentação.

---

<sup>14</sup> Cette captation d'attention, véritable interpellation, constitue peut-être l'essentiel des tournures interrogatives, avec toutes les nuances d'appels fictifs ou rhétoriques. Dans tous les cas, l'auteur est présent, et il "s'adresse toujours à quelqu'un".

Trata-se de um emprego, no entanto, atípico. Dos cinquenta textos analisados, “Gafanhotos versus burocracia” foi o único que apresentou a combinação de dois sinais, o que é indicador de que, mesmo nos anos de 1940, não havia essa tendência.

A combinação de dois sinais de pontuação da natureza do ponto de interrogação e das reticências é algo que não se enquadra no discurso típico dos textos opinativos da mídia impressa.

Seu uso é mais profícuo em textos literários, mais precisamente, no Romantismo, em que a exacerbação do sentimento fluía até mesmo pelos sinais de pontuação empregados, conforme podemos observar no trecho abaixo, extraído de **Lucíola**, de José de Alencar:

– Ora! Há tanta mulher bonita! Qualquer dessas vale mais do que, acredite! Demais, quando tiver bebido alguns copos de clicot e sentir-se eletrizado, saberá o senhor de quem são os lábios que toca? Qual! É uma mulher! Uma presa em que ceva o apetite! Que importa o nome? Sabe porventura o nome das aves e dos animais que lhe preparam esta ceia? Conhece-os?... Nem por isso as iguarias lhe parecem menos saborosas (2009, p. 49).

Utilizando o artifício da comparação, a personagem Lúcia argumenta com Paulo. O uso da pontuação reitera o discurso entre veemente e apaixonado da personagem.

Como pudemos observar, ao comparar os textos de 1947 com os de 2007, a pontuação usada pelo jornal nos anos de 1940 se mostra mais diversificada, expressiva e engajada.

Utilizando-se desse artifício, em 1947, o jornal apelou mais fortemente para as emoções do leitor. Segundo ARISTÓTELES (2005, p. 97), “Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção, por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos alegria ou tristeza, amor ou ódio”.

O jornal em 1947, ao empregar sinais de pontuação de natureza afetiva em mais ampla escala, apela para esses sentimentos, demonstrando seu engajamento. Em 2007, por outro lado, esses sinais aparecem de forma esporádica e sem a mesma força expressiva com que eram utilizados no passado.

Isso indica a mudança de comportamento do jornal na escritura de seus textos argumentativos, em que essa estratégia é deixada de lado, permanecendo

apenas alguns usos esporádicos que se centram no uso das aspas e do ponto de interrogação.

Esses sinais, contudo, ainda assim, são mais condicionados ao eixo léxico-sintático que o ponto de exclamação e as reticências, visto que alguns sinais de pontuação podem ser inferidos pela própria estrutura da frase. Vejamos o exemplo a seguir, extraído do romance **As intermitências da morte de José Saramago**:

[...] Tu dormias, Onde, Aqui, muito o tempo que na tua cama, E ela, onde estava, Por aí, Boa piada, senhor cão, há quanto tempo é que não entra uma mulher nesta casa, naquele quarto, vá, diga-me, Como deverás saber, a percepção de tempo da espécie dos caninos não é igual à dos humanos, mas realmente creio ter sido muito o tempo que passou desde a última senhora que recebeste na tua cama [...] (2006, p. 200).

Devido às características estruturais da língua, é possível nesse trecho, a despeito de o autor trabalhar apenas com o ponto e a vírgula, separarmos o que é pergunta do que é afirmação.

O mesmo não se dá com o uso expressivo da exclamação e das reticências. Seu emprego está mais para a espontaneidade do que para a mecanicidade, o que faz desses usos ainda mais expressivos, realçando o engajamento do ano de 1947, que se utilizava desses sinais.

Encerramos aqui nossas considerações acerca dos três itens escolhidos para nossa análise. Ao longo das páginas que foram dedicadas ao estudo desses elementos na construção dos textos opinativos do jornal *O Globo*, pudemos constatar, em abordagens quantitativas e qualitativas do *corpus*, que o ano de 1947 apresenta superioridade no que concerne ao uso desses artifícios discursivos na argumentação.

Nesse ano, pudemos observar maior potencial dos termos engajados, bem como maior produtividade do emprego do comentário, quando o assunto em questão foi os tempos verbais.

Por fim, com um emprego mais variado e expressivo dos sinais de pontuação, ficou comprovado o maior grau de engajamento e personalidade observados nos textos de 1947.

Segundo CHARAUDEAU (1997, p. 229), a mídia impressa tem por característica a complexidade.

Primeiro ela não é senão um instrumento de uma ação humana cujo sujeito procura significar o mundo, dirigindo-se a um outro “si mesmo” que é, no entanto, diferente. E é daí que vem a natureza complexa da alteridade. (1997, p. 229 – Tradução livre)<sup>15</sup>

Em 2007, a linha argumentativa segue uma direção mais racional, em 1947, por outro lado, há uma tendência mais emocional, em que a pontuação coopera de forma mais produtiva na argumentação.

No entanto, nossas palavras não terminam aqui. Há ainda outra questão relevante a ser discutida neste trabalho. Trata-se de uma abordagem para o ensino. E são as sugestões pedagógicas, a seguir, que concluem este trabalho.

---

<sup>15</sup> D’abord ellea La complexité inhérente à toute machine qui a quelque chose à voir avec La construction du sens. En fait, La machine ne construit pas seule du sens, elle n’est q’un instrument d’une action humaine dont le sujet cherche à signifier le monde à l’adresse d’une autre lui-même pourtant différent. Et c’est de là que vient La complexité, de l’alterité (1997, p. 229).

## 5- O ESTUDO DO TEXTO ARGUMENTATIVO NA ESCOLA: ALGUMAS SUGESTÕES PEDAGÓGICAS

*Às vezes, mal se imagina o que  
pode passar a representar na vida de  
um aluno um simples gesto do  
professor.*  
(Paulo Freire)

A frase de Paulo Freire remete aos pequenos atos docentes no cotidiano da sala de aula. Pesquisa e ensino, no que diz respeito à área de Letras, caminham juntos.

Ao produzirmos teoria a respeito de fatos linguísticos, em grande parte das vezes, esperamos que essas idéias, de alguma forma, produzam eco até chegarem às salas de aula, contribuindo, assim, na melhoria do ensino do idioma.

O atual estágio em que se encontra o ensino de Língua Portuguesa requer cuidados, pesquisas. Mais do que trabalhos repletos de ideias que se chocam com a realidade do professor em sala de aula, os docentes esperam também sugestões.

Foi justamente pensando nesse “como tratar o assunto” que decidimos instituir esse capítulo. Nele, teceremos algumas considerações sobre leitura e escrita, voltadas para o modo argumentativo de organização do discurso, da presença do gênero editorial em sala de aula e algumas sugestões de aplicação.

Tratar do modo argumentativo de organização do discurso com os educandos, no entanto, não é tarefa das mais simples, devido à natureza mais complexa desse modo em relação ao narrativo, por exemplo.

Nos estudos teóricos, essa complexidade já se mostra, conforme assinala CHARAUDEAU (2008, p. 201):

*O Modo de organização argumentativo é mais difícil de ser tratado do que o narrativo. Talvez porque o Narrativo, levando em conta as ações humanas, confronta-se com uma forma de realidade, visível e tangível. O argumentativo, ao contrário, está em contato apenas com um saber que tenta levar em conta a experiência humana, através de certas operações do pensamento.*

Tratar do texto argumentativo em sala de aula exige, pois, habilidade por parte do professor de Língua Portuguesa a fim de não deixar perder as sutilezas que o cercam.

Conforme CHARAUDEAU, “A tradição escolar nunca esteve muito à vontade com essa atividade da linguagem, em contraste com o forte desenvolvimento do *Narrativo* e do *Descritivo*” (2008, p. 201).

Convém lembrar que essa afirmação é de um autor francês. Contudo, no Brasil, as coisas se desenvolvem de forma semelhante. Basta um simples volver de olhos nos livros didáticos para perceber que a fala de Charaudeau também se aplica a nosso contexto.

Dessa forma, no contexto escolar, o modo argumentativo nem sempre é desenvolvido de forma satisfatória, com o enfoque sendo dado ao narrativo e ao descritivo, principalmente, no primeiro.

Na proposta de atividades, dois grandes aspectos a serem trabalhados, sem dúvida, são a leitura e a escrita. Enfocaremos os dois, mas seguindo a ordem que se apresenta como a mais adequada. Ou seja, primeiro trataremos de leitura e depois dos processos de escritura.

## 5.1- A questão da leitura

*Ler é algo que se aprende na escola.*

*Gostar de ler...*

(Daniel Pennac)

A cena é praticamente um clássico das salas de aula comuns. Basta ao professor dar algo a ler e de 70 a 90% das cabecinhas à sua frente irão apresentar certo ar de descaso e preguiça.

Observando alguns alunos, é possível perceber o ar de desânimo diante do texto, cada palavra como uma lenda interminável, indecifrável. Depois, os exercícios. “Marque a opção correta”. E lá vão eles a titubear entre *a*, *b*, *c* e *d*. Quando se apresenta uma questão discursiva, inicia-se outro drama: “Quantas linhas precisa na resposta, professora?”

Dessa forma, o ato de ler se torna algo maçante, mecânico e alvo de rejeição. Por isso, são raros os casos de educandos que cultivam o gosto pela leitura. Segundo KLEIMAN (1999):

Cabe notar que a leitura que não surge de uma necessidade para chegar a um propósito não é propriamente leitura; quando lemos porque outra pessoa nos manda ler, como acontece frequentemente na escola, estamos apenas exercendo atividades mecânicas que pouco têm a ver com significado e sentido. Aliás, essa leitura desmotivada não conduz à aprendizagem (p. 35).

A autora se reporta aí a um problema frequente enfrentado em cotidiano escolar; a leitura não é necessariamente fonte de prazer, mas antes uma obrigação, algo frio e mecânico. Muitas vezes, é assim que a leitura se apresenta em sala de aula. Essa visão mecanicista afasta os aprendizes do texto, tornando-o terreno árido e sofrido.

Para além da busca pela *resposta certa*, do *sair-se bem nos estudos*, a leitura é uma prática pessoal. Ela “é sempre apropriação, invenção, produção de significados”, afirma CHARTIER (1999, p. 77).

Essa experiência dialoga com nosso conhecimento prévio. Segundo KLEIMAN (2004, p. 13):

A compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela utilização do *conhecimento prévio*: o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como o conhecimento linguístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto.

Trazer um texto como um editorial, por exemplo, para a sala de aula exige, portanto, que se considere, além do grau de maturidade linguística do aluno, também seu *conhecimento de mundo*.

A conversa prévia com os educandos com o fito de ativar seus conhecimentos, no lugar de simplesmente mandá-los abrir o livro, copiar do quadro ou lhes dar uma folha impressa, e pedir que “leiam” é uma das formas de amenizar problemas de leitura. Afinal, como afirma Paulo Freire, “a leitura de mundo precede a leitura da palavra” (2001, p. 11).

Essa *ativação prévia do conhecimento* não consiste em “desvendar o texto” para o aluno, interpretá-lo para ele; pelo contrário, representa a possibilidade de ele fazer sua própria leitura diante de uma perspectiva crítica.

A ativação do conhecimento prévio é, então, essencial à compreensão, pois é o conhecimento que o leitor tem sobre o assunto que lhe permite fazer as *inferências* necessárias para relacionar diferentes partes discretas do texto num todo coerente (KLEIMAN, 1999, p. 25).

Trata-se de orientar o educando no percurso que fará a seguir de forma espontânea. Não importa de que tipo de texto se trate. Segundo GUIRAUD “Já se compreende que as grandes obras não podem ser pretextos para obscuras coleções de exemplos gramaticais ou para danças sagradas em torno do texto” (1970, p. 119). E, reiteramos aqui, isso não vale apenas para textos literários.

Obviamente as questões gramaticais possuem sua relevância. Ocorre que, ainda nos dias de hoje, o foco é dado em questões nomenclaturais, muitas vezes permanecendo a leitura e a escrita em segundo plano.

Dessa forma, trazer o texto para sala de aula não implica utilizá-lo de modo a perpetuar práticas que visem pura e simplesmente a classificar fenômenos linguísticos.

Como pudemos observar, a questão da leitura em sala de aula é complexa e merece atenção e estratégias diferenciadas por parte do professor afim de que não se promova um apagamento dos textos utilizados.

Os problemas aqui apontados, porém, não se restringem à questão da leitura. Quando o assunto é a escrita dos alunos, as questões se apresentam igualmente complexas. É o nosso próximo assunto.

## 5.2 – A questão da escrita

*Lutar com palavras  
é a luta mais vã.  
Entanto lutamos  
mal rompe a manhã.  
São muitas, eu pouco.*  
(Carlos Drummond de Andrade)

Nesta segunda parte, trataremos da questão da escrita. Se a leitura em sala de aula vem cada vez mais assumindo contornos dramáticos, com a escrita a coisa não se passa de forma diferente.

Tarefa inglória para uma boa parte de nossos alunos, a escrita é geralmente encarada como algo *difícil e penoso*. Numa redação, para muitos, a contagem regressiva é o número de linhas para se pôr o ponto final no texto; isso quando o aluno não *umenta* o tamanho da própria letra, faz recuos mais espaçados de parágrafo – tudo para atingir o número fixado em exercício.

Assim como ocorre com a leitura, a escrita na escola é um processo mecânico e desprovido de significado. Segundo CHARTIER (1996, p. 218)

[...] ao aprendermos a ler, aprendemos também a reconhecer os escritos dos quais não poderíamos ser o autor – tal saber tendo como efeito aproximar dos textos aquele que os decifra colocando-o “em seu lugar” de leitor comum.

A influência da escrita da internet, a falta de hábitos de leitura, a degradação do ensino atual... Muitos são os virtuais culpados pela dificuldade que os jovens vêm atualmente enfrentando para escrever.

Nosso objetivo aqui, no entanto, não é o de abordar esses fatores. Trataremos da questão da escrita, trazendo sugestões para seu aperfeiçoamento em sala de aula. Estratégias das quais os professores podem se valer para ajudar seus alunos a se aventurar no universo das palavras.

Segundo BRANDÃO (2006, p. 11), “O escritor é aquele que lê, aquele que aponta para outro lugar, quase apagando as diferenças entre escrita e leitura”.

Nessa concepção, leitura e escrita se complementam e a prática da escritura se liga à da própria leitura. Embora a autora se refira mais precisamente aos escritores de textos literários, a visão de que ler leva a escrever é geralmente compartilhada por educadores em relação aos alunos.

No entanto, essa concepção não é bem-vinda por todos os autores. Segundo BERNARDO (2000, pp. 28, 29):

A relação entre escrever e ler, entretanto, vem sendo posta como mecânica, de ligação direta, levando à ideia de que uma pessoa que leia muito necessariamente escreve bem. Isso é falso.  
A tese de que ler leva direto a escrever é defendida por aqueles que enxergam na falta de hábitos de leitura o grande problema da expressão do aluno e do povo [...]  
Ler muito não pode levar a escrever. Pode levar a ler bem – o que será muito importante, claro. Ler bem, por sua vez, pode ajudar a viver, porque o sujeito se informa, se identifica, se transfere, principalmente se anima. Mas o que leva as pessoas a escrever é uma angústia diferente dessas: a angústia de riscar um destino, interferir na história, se colocar no campo do jogo.

Nesse sentido, se ler não leva a escrever, por outro, as duas atividades se aproximam no sentido de que é necessário contextualização. Segundo CÂMARA JR. (2001, p. 61) "Impõe-se igualmente a visualização de um objetivo definido. Ninguém é capaz de escrever bem, se não sabe bem o que vai escrever".

Entra em questão aqui um grande problema que aflige nossos educandos-escritores: escrever o quê?

Justamente por causa disto, as condições para a redação no exercício da vida profissional ou no intercâmbio amplo dentro da sociedade são muito diversas das da redação escolar. A convicção do que vamos dizer, a importância que há em dizê-lo, o domínio de um assunto da nossa especialidade tiram à redação o caráter negativo de mero exercício formal, como tem na escola (CÂMARA JR., p. 61).

Os processos de escrita, bem como os da leitura, ficam reduzidos a exercícios artificiais e maçantes de pouco ou nenhum significado para os educandos. Escreve-se para suprir um número de linhas, para terminar o exercício... Enfim, escreve-se para tudo, menos para dar a ler. Há ainda os professores – afinal, eles vão “ler” as produções dos alunos; no entanto, também eles se tornam vítimas desse processo, uma vez que sua leitura é um processo artificial, mecânico, com vistas a avaliar. Segundo BERNARDO:

Em geral, os professores caímos nessa. Corrigindo redações em blocos de centenas, não há condições de lê-las de verdade. Nenhuma condição. Todas se tornam a mesma mancha difusa, com três cores confusas (os conceitos A, B, C),

onde o esforço se resume a separar as péssimas (em geral, as de frases truncadas, agredindo o cansaço deste leitor exclusivo), as medíocres (em geral, de frases acompanháveis, de letra enorme, mas sem ideia que preste), e as que repetem a fala empalada e vazia do próprio mestre (2000, pp. 18, 19).

Para fazer com que nossos alunos “escrevam bem”, é preciso antes de tudo fazer com que a escrita para eles se revista de significado. Tal como ocorre com a leitura, não basta simplesmente *mandar escrever*.

Nesse caso, também no que diz respeito à produção textual, práticas que levem o educando a compreender a natureza dos processos de escrita tornam-se profícuas.

### 5.3- Sugestões pedagógicas

Como vimos anteriormente, leitura e escrita devem ser providas de significado para os educandos. Ao trazer um texto argumentativo para a sala de aula, o professor deve ter em mente todos esses fatores, a fim de não produzir atividades estéreis que não colaborem para o desenvolvimento intelectual dos educandos.

Nessa parte, veremos como textos opinativos da mídia impressa podem ser trabalhados em sala de aula, oferecendo algumas sugestões pedagógicas. Segundo LOPES (2007, p. 109):

No caso dos textos em que predominam atitudes opinativas, seria relevante não somente considerar aspectos integrantes da macroestrutura (introdução – desenvolvimento – conclusão), como costumam determinar alguns manuais didáticos, mas também buscar analisar as estratégias discursivas e sintáticas que possibilitam e efetivam a ação argumentativa.

A autora se reporta aí à forma como os livros didáticos abordam o tema argumentação. Geralmente, tratando-o de maneira estanque, sem levar em consideração os diferentes matizes na elaboração desse tipo de texto.

Nesse caso, os textos são subaproveitados e limitados a apenas serem escandidos pelo educando, sem que seu sentido seja apreendido. Embora esse tipo de exercício seja válido, ele por si só não é suficiente para dar conta das questões de leitura de textos argumentativos.

A partir de alguns textos selecionados poderemos observar que tipo de atividade pode ser elaborada. Vale ressaltar que nossa intenção aqui não é “montar” exercícios; apenas apontar sugestões de como aproveitar editoriais em sala de aula.

Segundo LOPES (2007, p. 109), “O gênero textual não realiza sozinho a ação pretendida, torna-se absolutamente necessária a ativação de outros parâmetros relacionados à situação e aos papéis desempenhados pelos agentes”.

Dessa forma, é relevante, no trato com leitura em sala de aula, trabalhar também numa perspectiva contrastiva, a fim de ajudar os educandos a perceberem o que faz um texto pertencer ao gênero A ou B, por exemplo. Segundo Kleiman (1997, p. 96):

Não é apenas o texto cuja função principal é a de expressar uma opinião que de vê ser lido criticamente: toda leitura de qualquer texto, por mais neutro que pareça, está inserida num contexto social que determina as maneiras de escrever e de ler. Por outro lado, haverá textos que facilitam o trabalho de conscientização linguística

crítica, como os editoriais, que justamente permitem a comparação com relatos mais factuais, utilizando para isso o contraste que é fundamental para aprender.

Esse trabalho comparativo entre os gêneros também leva a uma reflexão sobre os modos de organização do discurso. Como afirma OLIVEIRA (2003, p. 43, 44), existe certa relação “[...] entre gêneros textuais e modos de organização do texto: um editorial tende a ser argumentativo; romances, contos, novelas, etc. sempre são narrativos; crônicas tendem a ser narrativas; e assim por diante”.

Nas práticas pedagógicas, não devem escapar do professor de português essas sutilezas que relacionam gêneros e modos de organização do discurso. Dessa forma, no lugar de se trabalhar os textos de forma estanque, sem relacioná-los, pode-se auxiliar o aluno a perceber semelhanças e contrastes que encerram os diferentes gêneros textuais.

Nesse sentido, trazemos aqui algumas propostas de atividades para as práticas de leitura e escrita.

Sob uma perspectiva comparativa, podemos efetuar um trabalho com textos pertencentes ao mesmo modo de organização do discurso, mas de gêneros textuais diferentes, como é o caso dos textos 1 e 2, um editorial e uma carta do leitor, respectivamente:

## Texto 1

### ***Justiça tem parte da responsabilidade***

*Enquanto avança na Região Serrana o resgate das vítimas da catástrofe climática, formam-se alguns consensos sobre a tragédia. Em entrevistas, artigos e por meio de anúncios de medidas pelo poder público, surge um diagnóstico em que se destaca a leniência de prefeituras, e políticos em geral, diante da ocupação irregular de áreas de risco, problema cuja gravidade foi potencializada pela inexistência de um eficiente sistema integrado de defesa civil e de alerta às populações.*

*O próprio anúncio do ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, da criação de um aparato de monitoramento meteorológico, para obter informações a serem compartilhadas com estados e municípios, pode ser entendido como uma autocrítica.*

*Mesmo além dos padrões, a tempestade que se abateu sobre os municípios de Friburgo, Teresópolis e Petrópolis há duas semanas teria feito bem menos vítimas se as prefeituras contassem com informações e, tanto quanto isto, um plano para abrigar moradores em locais seguros.*

*O Rio, com uma cultura de defesa civil mais desenvolvida, começa a instalar sirenes em favelas e a distribuir celulares entre as lideranças comunitárias a serem usados na aproximação de tempestades, a fim de deslocar moradores para abrigos.*

*Tão logo o novo radar meteorológico adquirido pela prefeitura detecte a aproximação de chuvas fortes, o esquema será acionado a tempo de as pessoas abandonarem as regiões de risco.*

*A irresponsabilidade misturada com demagogia é que dá as condições com demagogia é que dá as condições para estas estratégias. Impressiona a informação de cerca de 50 mil dos 83 mil imóveis de Nova Friburgo – 60% do total – encontram-*

se, ou encontravam-se, em situação irregular. Entende-se, por que a cidade lidera a estatística de mortes, que deverão passar de mil nos três municípios.

Mas o populismo político não está só no patrocínio da favelização, e não apenas na Região Serrana. Por desvio ideológico, há juízes defensores da perigosa tese de que a Lei precisa estar a serviço da “justiça social”, e por isso impedem a remoção de casas construídas à margem de normas e regulamentos, em áreas sujeitas a acidentes.

No Rio, há vários casos de liminares concedidas, em nome do “social”, contra o resgate de pessoas de barrancos e encostas. Em Teresópolis, o Ministério Público foi à justiça em 2008 para conseguir a demolição de casas irregulares no bairro do Caleme. O processo empacou, e a tempestade tratou de fazer, de maneira trágica, o que a justiça parece ter se recusado a executar de forma planejada.

Por ironia, vítimas dos deslizamentos em Caleme haviam sido removidas, na década de 90, de outra área de risco, na gestão do prefeito Mario Tricano. Protegida por políticos e com juízes na retaguarda, a comunidade ficou no local, até ser soterrada por previsíveis deslizamentos.

Se executivos federais, estaduais e municipais, diante da tragédia BA Região Serrana, tratam de criar projetos para passarem a agir mais na prevenção do que na emergência, o Poder Judiciário deveria participar de um esforço para rever a maneira de atuar quando se trata de prevenir grandes acidentes.

O preço por esta maneira enviesada de aplicar a lei tem sido pago em vidas dos mais pobres. Por ironia, aqueles que se quer proteger.

(Fonte: O Globo, 25/01/2010)

## Texto 2

### Plano de emergência

É vergonhoso e irresponsável o poder público, com raríssimas exceções. Nenhum município possui plano de emergência, mapeamento de áreas de risco e mecanismos que impeçam que se construa nessas áreas. Ao contrário, estimula-se a ocupação fornecendo, água, luz, telefone, ruas com infraestrutura, habite-se, IPTU etc. Mais cedo ou mais tarde vem a inevitável ação da natureza fazendo centenas de vítimas em dolorosa destruição como ocorreu na Região Serrana. O que se vê do poder público? Demagogia, falsidade e covardia, como a da Cedae, que não vai restabelecer a água em moradias em áreas de risco. Forneciam antes por quê? O poder público diz que pode impedir que os que estão em área de risco continuem morando nelas. E por que permitiu e incentivou a construção de casas nelas? E o Legislativo? Omissos, não fiscaliza o Executivo, não elabora as leis sobre (sic) o assunto. O nome desta tragédia é irresponsabilidade do poder públicos nos três níveis, municipal, estadual e federal.

Marcelo Fabiano Latini, Teresópolis, RJ

(Fonte: O Globo, 25/01/2011)

No trabalho com esses dois textos, por exemplo, que tratam das consequências da enchente na Região Serrana, nesse período, seria pertinente trazer primeiramente imagens do ocorrido para promover um debate inicial do assunto.

Após a leitura das imagens, os dois textos se apresentariam contextualizados diante dos educandos. Numa abordagem contrastiva, o professor pode, por exemplo, motivar uma discussão acerca das semelhanças e diferenças entre os textos apresentados, inclusive no que diz respeito à sua extensão.

Observe-se que essa etapa é feita ainda oralmente, sem produção escrita, seja com o fito de produzir respostas para enunciados quaisquer, seja uma redação.

O trabalho com a oralidade em sala de aula, apesar de sua relevância, é constantemente deixado de lado. Muitas vezes, em livros didáticos manda-se apenas ler em voz alta, tarefa que, apesar de válida, por si só não dá conta das sutilezas da expressão oral.

Ler um texto para vivificar as palavras de outrem é tarefa importante quando se tem em mente certos preceitos de ordem estética e semântica – na leitura em voz alta, sutilezas textuais emergem impregnando o texto de significado, mas não se deve dispensar a produção oral do aluno como também geradora de sentido.

Passada a etapa em que os alunos podem compartilhar suas visões oralmente, pode-se partir para exercícios escritos.

Outra forma de se trabalhar leitura e escrita é trazer para o aluno textos problemáticos. É o que ocorre nas redações abaixo:

### Texto 3

língua portuguesa instrumental com redação

Redação

#### A Censura

Os meios de comunicação não devem sofrer alguma forma de controle, pois cada um necessita saber o que é bom ou maléfico para si. A falta de liberdade não traz benefícios para a sociedade e as pessoas é quem devem escolher aquilo que irá trazer progresso para sua vida.

A censura acaba sendo contrária a democracia. Todo indivíduo possui o direito de buscar o que lhe agrada. A proibição indevida é opostora ao livre pensamento de opinião que está expresso na constituição de 1988. O impedimento sempre trouxe problemas no mundo inteiro. No período da ditadura no Brasil houve a falta de liberdade de imprensa e não se permitiu expor os ideais do povo. Esse fato não trouxe resultados positivos para nação e sim atraso cultural e político por isso, a censura é ilegal.

A sociedade de um modo geral tem que saber o que traz benefício para sua vida e o que traz consequências desastrosas. Quem necessita pensar o que irá ser proscrito é o próprio homem. Normalmente, o que é motivo de escândalo para uma pessoa não é para outra. A censura da mídia só irá trazer descontentamento para a população. O seu controle não irá impedir que o povo busque outros meios de satisfação. A conscientização através da propaganda ou anúncio é a melhor maneira de educar os usuários e nunciar a sua proibição.

Deve modo, a censura é indevida e os meios de comunicação não devem sofrer alguma forma de controle. O fim da liberdade nunca foi a solução para os problemas. O homem em si é que precisa analisar aquilo que irá trazer progresso para sua sobrevivência. Ad Truenn

## Texto 4

língua portuguesa instrumental com redação

### Redação

Ao decorrer do tempo, o meio de comunicação tem sido algo muito <sup>importante</sup> para a Humanidade, tem ajudado nas descobertas, que para muitos seriam impossíveis conseguir. Como falar com outra pessoa do outro lado do mundo, auxiliar em socorros, serviços etc.

Mas ao decorrer do tempo, visto pela própria televisão, um dos meios de comunicação, o perigo que é trazido para o mundo inteiro; o desenfreado avanço da comunicação. A própria internet nessa aliada, por muitos anos, agora virou nessa inimiga. Algo que considerado como segurança hoje nos traz insegurança, sem uma fiscalização e um controle. É usado para o mal, vemos hoje usado para venda de drogas, uma arma nas mãos dos traficantes, que usam esse meio para se promover, pessoas com más intenções usando para a prostituição de mulheres, homens e crianças.

Hoje nós vemos que alguns desses sites, que não formados na internet estão matando mais rápido que a própria AIDS. Assim como a AIDS não tem cura será que a internet pode ter? Pois milhões de pessoas estão morrendo com um sistema que foi criado para o bem da humanidade, e hoje por causa do sistema desenfreado e sem controle, hoje muitos estão se perdendo. Será que haverá uma cura para essa doença?

Essas redações foram resultado do vestibular estadual 2008 da UERJ, que tinha como proposta de redação a relação entre o homem e os meios de comunicação. O candidato deveria se posicionar diante do seguinte questionamento: “os meios de comunicação devem sofrer alguma forma de controle, ou todo controle representa uma censura indevida?”. Pedia-se uma dissertação de 20 a 30 linhas e que o candidato desse um título para seu texto.

Os dois textos acima apresentam alguns problemas. Na primeira redação, podemos perceber alguma impropriedade vocabular e também problemas de ortografia e de progressão textual.

Na segunda redação, texto 4, o candidato não deu um título para sua redação, descumprindo assim um dos comandos da prova. Trata-se de uma redação um tanto confusa, cuja escritura uma leitura nada fluída.

Uma proposta de trabalho válida para se trabalhar escrita com os alunos é a reescrita de redações. Sem necessariamente trazer textos do “mundo real” ou redações dos próprios colegas de turma, o que pode gerar certo constrangimento, o professor pode apresentar textos com problemas de adequação lexical, pontuação, ortografia, sintaxe, coesão e/ou coerência e pedir aos alunos que reescrevam o texto de modo a melhorá-lo.

Tal tarefa leva os educandos a refletirem sobre as diferentes possibilidades de uso da língua e repensem as estratégias a serem utilizadas na produção textual, aprimorando dessa forma suas habilidades no trato com a língua escrita.

Numa abordagem visando às práticas de sala de aula, podemos tratar do modo argumentativo, com vistas à leitura e produção textual, textos do passado que nos façam repensar o presente

## **Texto 5**

### **Falta de policiamento**

*Se já fora impressionante o número de roubos e furtos verificados no Rio em 1945, os primeiros dias de 1946 parecem indicar que serão espantosas as cifras da mesma natureza no decorrer deste ano.*

*Para começar, além de várias investidas contra estabelecimentos comerciais e residências particulares, já está incluída na lista das vítimas a própria sede do Juízo de Menores, que poderá ter sido assaltado até mesmo por menores, porque, desgraçadamente, a delinquência não tem idade no Brasil. Há lugares, então, no Distrito Federal, em que constitui evidente perigo o trânsito a certas horas da noite. A avenida Presidente Vargas, por uma terrível cábula estadonovista, está sendo o pior de todos eles. Quem por ali passa está exposto, ou a ser atropelado e morto, à*

*luz do sol, ou a ser roubado e até despido à luz das lâmpadas povoadoras daquele imenso deserto em pleno centro da cidade.*

*Ainda ontem foi noticiado mais um alarmante episódio ali ocorrido, e cujo último ato se desenrolou na delegacia do 13º Distrito, onde um homem entrara, quase madrugada, vestido apenas de cueca e paletó. Tudo o mais, um grupo de três assaltantes lhe havia tirado, à face, apenas, dos focos elétricos: calça, camisa, gravata, meias, sapatos e 150 cruzeiros que ele levava nos bolsos.*

*E o mais chocante é que o número desses delitos aumenta, paradoxalmente, na ordem direta dos aumentos de vencimentos, reclassificações dispendiosas, ampliações e reformas sucessivas dos nossos serviços policiais. Mas é que vigilância e segurança – e nisto é que deve pensar o desembargador Ribeiro da Costa – não se exercem através apenas de teorias e doutrinas, por mais simpáticas, belas e sedutoras. Às vésperas da queda da ditadura, fora acrescido de alguns milhares de homens o quadro dos guarda-civis. Também se fez o mesmo, embora em menor escala, com a Polícia Municipal, para já não falar na Polícia Especial. Parece, portanto, que não deve faltar gente, pelo menos para que se veja nas ruas.*

*A verdade, porém, é que, no caminho em que vamos, só resta a esperança de uma greve de gatunos por falta... de policiamento. Porque, afinal, roubar assim, com tanta facilidade, não tem graça nenhuma, até tira o estímulo...*

**(Fonte: Jornal O Globo, 4/01/1946)**

O texto acima não apresenta dificuldades de leitura, podendo ser aplicado nas duas últimas séries do ensino fundamental e ensino médio. Trata-se de um editorial que aborda a falta de segurança provocada pela falta de policiamento.

Um exemplo de abordagem inicial para o trato com textos sejam argumentativos ou narrativos é apresentar aos alunos apenas o título. Perguntar-lhes o que eles pensam do desenvolvimento desse texto, sobre o que eles acham que será abordado. Tal estratégia é relevante no sentido de que bem demonstra a importância dos títulos na construção textual.

Pode-se, ao trabalhar com um texto argumentativo de tempos mais remotos, também omitir sua data de publicação – no caso de nosso exemplo seria preciso fazer alguns cortes. Essa estratégia permite que os alunos tenham a experiência do estranhamento diante de certas palavras, como *malfeitores* e *gatunos*, por exemplo, que são empregadas no editorial e que não constituem um vocabulário usual da atualidade ao se tratar desse assunto.

Com a revelação de que esse texto data de 1946, seguiria-se um debate acerca da relação entre passado e presente, em que a realidade daquele ano se aproxima ou se distancia dos dias atuais.

Proporcionar aos alunos atividades que promovam o diálogo entre diferentes gêneros textuais é uma boa forma de sensibilizá-los. Pode-se, por exemplo, trazer para a sala de aula uma crônica (1997, p. 71):

## Texto 6

### Vamos acabar com esta folga

Stanislaw Ponte Preta

*O negócio aconteceu num café. Tinha uma porção de sujeitos, sentados nesse café, tomando umas e outras. Havia brasileiros, portugueses, franceses, argelinos, alemães, o diabo.*

*De repente, um alemão forte pra cachorro levantou e gritou que não via homem pra ele ali dentro. Houve a surpresa inicial, motivada pela provocação e logo um turco, tão forte como o alemão, levantou-se de lá e perguntou:*

*— Isso é comigo?*

*— Pode ser com você também — respondeu o alemão.*

*Aí então o turco avançou para o alemão e levou uma traulitada tão segura que caiu no chão. Vai daí o alemão repetiu que não havia homem ali dentro pra ele. Queimou-se então um português que era maior ainda do que o turco. Queimou-se e não conversou. Partiu para cima do alemão e não teve outra sorte. Levou um murro debaixo dos queixos e caiu sem sentidos.*

*O alemão limpou as mãos, deu mais um gole no chope e fez ver aos presentes que o que dizia era certo. Não havia homem para ele ali naquele café. Levantou-se então um inglês truncado pra cachorro e também entrou bem. E depois do inglês foi a vez de um francês, depois de um norueguês etc. etc. Até que, lá do canto do café levantou-se um brasileiro magrinho, cheio de picardia para perguntar, como os outros:*

*— Isso é comigo?*

*O alemão voltou a dizer que podia ser. Então o brasileiro deu um sorriso cheio de bossa e veio vindo gingando assim pro lado do alemão. Parou perto, balançou o corpo e... pimba! O alemão deu-lhe uma porrada na cabeça com tanta força que quase desmonta o brasileiro.*

*Como, minha senhora? Qual é o fim da história? Pois a história termina aí, madame. Termina aí que é pros brasileiros perderem essa mania de pisar macio e pensar que são mais malandros do que os outros.*

Após a leitura e discussão da crônica, uma atividade relevante é pedir aos alunos que pesquisem notícias que se relacionem com o tema do texto acima.

Crônicas e notícias de jornal se utilizam dos recursos oferecidos pela língua de forma distinta. Daí, uma outra atividade poderia enfocar uma reflexão sobre essas diferenças.

Por fim, pode-se pedir que os alunos escrevam um texto relacionando ao texto de Stanislaw Ponte Preta com as notícias pesquisadas.

Esse exercício já constitui um grau mais avançado e sugerimos que seja aplicado no Ensino Médio.

Propusemos algumas atividades para lidar com os alunos a fim de melhorar a leitura e a escrita. Atividades que encarem o texto como um pretexto qualquer para desenvolver atividades de cunho meramente gramatical, por si só, não contribuem efetivamente para as competências de leitura e escrita que, afinal, é o grande desafio imposto pela língua.

Antes de encerrarmos nossas considerações acerca das sugestões pedagógicas para o ensino do modo argumentativo de organização do discurso, gostaríamos de citar Daniel Pennac.

Em seu livro, **Diário de escola**, esse autor cria uma metáfora ao tratar da relação entre professores e alunos. Comparando os alunos a *andorinhas caídas*, ele fala da responsabilidade docente e das falhas que podem ocorrer no meio do processo de ensino-aprendizagem:

Não se consegue que tudo dê sempre certo, erra-se às vezes no traçado de uma rota, algumas não despertam, ficam sobre o tapete ou quebram o pescoço no próximo vidro; ficam na nossa consciência como aqueles buracos de remorso onde repousam as andorinhas mortas no fundo do nosso jardim, mas, em todo caso, tenta-se, foi tentado. (PENNAC, 2008, p. 236)

A fala de Daniel Pennac encerra os esforços dos professores em sua jornada diária ao lado dos alunos rumo ao aprimoramento de seus conhecimentos em Língua Portuguesa.

Cabe frisar aqui a importância de sugestões e métodos; no entanto, é o compromisso de todos os envolvidos no processo que, acima de tudo, levará ao sucesso ou fracasso do ensino-aprendizagem da língua.

## 6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

De sua gênese na antiga Retórica dos gregos, que passou por um longo período de ostracismo, até sua revitalização por Chaïm Perelman na atualidade, os estudos da argumentação encontram-se hoje em destaque.

Ao longo dessas páginas, estudamos a argumentação na mídia impressa contrastando dois momentos históricos de um tradicional jornal brasileiro, *O Globo*, fundado em 1925, por Irineu Marinho.

Foram ao todo cinquenta textos analisados, vinte e cinco de 1947 e vinte e cinco de 2007. Diante da impossibilidade de abarcar todos os tópicos possíveis da construção do texto argumentativo, optamos por destacar três elementos que se mostraram relevantes logo nas primeiras leituras: seleção vocabular, emprego dos tempos verbais e pontuação.

Pudemos a partir dos tópicos elencados para a análise observar o comportamento do jornal nesses dois períodos, o que mudou e o que continua semelhante nesse intervalo de sessenta anos.

No que diz respeito à seleção vocabular, acompanhamos nos textos a forma com que a pejoratividade se sustenta como principal ferramenta no trato com os termos engajados.

Ocorre que a visão de *crítica* em editoriais parece se ligar à de tecer comentários negativos sobre pessoas ou coisas. Essa noção perpassa o *corpus* do trabalho nas duas épocas, tanto do ponto de vista quantitativo, como do ponto de vista qualitativo.

Essa característica, como bem salientamos, não é necessariamente intrínseca a textos opinativos – a crítica de cinema, por exemplo, não segue esse preceito, uma vez que podemos encontrar tanto *juízos negativos*, quanto *positivos* acerca dos filmes em cartaz.

Dessa forma, podemos afirmar que editoriais tendem ao uso da pejoratividade em suas estratégias de seleção vocabular, sendo essa uma questão de gênero textual, e não propriamente do modo argumentativo de organização do discurso.

No entanto, para além das semelhanças nesse aspecto, encontramos também diferenças, embora mais sutis do que esperávamos a princípio. Em 1947, no campo numérico, o emprego de termos engajados supera o ano de 2007.

Também diante de uma ótica contrastiva e qualitativa dos textos, pudemos observar diferenças no que diz respeito à contundência dos termos engajados.

Outro aspecto de igual relevância e no qual também repousaram contrastes foi na funcionalidade dos termos. No textos de 1947, apela-se mais fortemente para a emoção do público-leitor.

No que concerne ao emprego dos tempos verbais, verificamos que em 1947 os textos surgem também mais fortemente marcados pelo comentário que os de 2007.

No entanto, ainda assim, o relato se apresentava nos textos, ainda que, prototipicamente, com papel secundário. Ou seja, o relato aparecia de forma mais frequente a serviço do comentário. Ainda assim, houve textos em que as inserções narrativas constituíram mais que uma opção secundária, foi a estratégia predominante.

Dessa forma, embora o comentário seja a opção mais predominante, as inserções narrativas, seja com objetivo de situar o assunto ou servir de argumento, também têm seu lugar cativo nesse gênero textual.

Dos três temas escolhidos para a análise, porém, pudemos destacar o emprego dos sinais de pontuação como o grande diferencial entre as duas épocas.

A expressividade com que esses sinais eram usados em 1947 se contrapõe à sobriedade verificada em 2007. Muito se modificou nesse quesito num intervalo de sessenta anos.

Enquanto em 2007, pudemos verificar empregos não abundantes de aspas e interrogação, em 1947, os textos se impregnam de afetividade e de engajamento por meio de uma variedade e abundância de sinais empregados – além das aspas e da interrogação, também houve um uso profícuo do ponto de interrogação e das reticências.

O emprego combinado de sinais de pontuação foi localizado em único texto, “Gafanhotos versus burocracia”, constituindo um emprego atípico no *corpus* desta pesquisa.

O levantamento numérico e a análise qualitativa demonstraram, assim, que tal emprego dos sinais de pontuação entrou em declínio no correr dos anos. Sinais como o ponto de exclamação e as reticências dificilmente encontrariam lugar nos editoriais dos dias atuais.

Podemos afirmar, desse modo, que, no gênero em questão, trata-se de um emprego em vias de arcaização, não sendo mais produtivo como era há sessenta anos.

Após nosso olhar quantitativo e qualitativo sobre o *corpus*, chegamos à parte final do trabalho, que abordou temas relativos ao estudo do modo argumentativo de organização do discurso e à leitura e à escrita.

Das dificuldades encontradas pelos educandos na leitura até o outro lado drama, as dificuldades em se lidar com o texto escrito, confrontamos as opiniões de alguns autores acerca desses assuntos.

Ao longo do capítulo, procuramos fornecer algumas sugestões que auxiliassem o professor em sua tarefa de orientar os alunos nos caminhos da leitura e da escrita.

Encerram-se aqui nossas apreciações sobre a argumentação da mídia impressa. Esperamos ter contribuído para os estudos dos textos argumentativos, sem a pretensão de esgotar o assunto. Afinal, acerca de tal tema ainda há muito que se refletir.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Antônio Suarez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALENCAR, José de. *Lucíola*. Porto Alegre: LP&M, 2009.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda: 2005.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). *Jornais brasileiros: relação de diários*. Brasília: Associação Nacional de Jornais, 1994.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- AZEVEDO, Álvares de. *Noite na taverna*. São Paulo: Klick, [s. d.].
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- BERNARDO, Gustavo. *Redação inquieta*. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2000.
- BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BRANDÃO, Ruth Silviano. *A vida escrita*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CÂMARA, Tânia Maria Nunes de Lima. *Pontuação: perspectivas e ensino*. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- CAMINHA, Adolfo. *Bom Crioulo*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- CARVALHO, Francisco Freire de. *Lições elementares de eloquência nacional*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1840.
- CATACH, Nina. *La ponctuation*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Le discours d'information médiatique*. Paris: Nathan, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

\_\_\_\_\_. *Práticas de leitura*. São Paulo: Editora Liberdade, 1996.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2000.

COHEN, Jean et al. *Pesquisas de retórica*. Petrópolis: Vozes, 1975.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *A nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: três artigos que se complementam*. São Paulo: Cortez, 2001.

GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. "Função dos tempos verbais". Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno14-09.html>>

GROENING, Matt. "Propriedade indesejada". In: OS SIMPSONS: Negócio arriscado. Brasil: Fox, 2003. 1 DVD.

GUIRAUD, Pierre. *A estilística*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

HARTOG, Simon. *Muito Além do Cidadão Kane*. Reino Unido: BBC, 1993. Documentário.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNKES, Terezinha Kuhn. *Pontuação: uma abordagem para a prática*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

KLEIMAN, Angela. *Oficina de leitura: teoria e prática*. Campinas/São Paulo: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas/São Paulo: Pontes, 1999.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, Maria Ângela Paulino Teixeira. "Estratégias de textualização em gêneros opinativos – uma aplicação didática". In: MATTE, Ana Cristina Fricke (Org.). *Língua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática*. Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. *Locus: revista de história, Juiz de Fora*, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. “Análise do discurso e emoções”. *Revista Saberes*, Rio de Janeiro, n. 1, mar.–ago. 2008a.

\_\_\_\_\_. “Conflito entre a natureza pejorativa ou meliorativa das escolhas lexicais e a orientação argumentativa do texto”. In: HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcília (Org.). *Língua portuguesa, educação & mudança*. Rio de Janeiro: Europa, 2008b.

\_\_\_\_\_. “Ensino do léxico: o problema da adequação vocabular”. *Matraga: revista do programa de pós-graduação em Letras (UERJ)*, Rio de Janeiro, jul./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. “Categorias do modo argumentativo de organização do discurso e relatores”. In: GÄRTNER, Eberhard et al. (Ed.). *Estudos de Linguística Textual do Português*. Frankfurt: TFM, 2000.

\_\_\_\_\_. *Descrição do português à luz da linguística do texto*. Rio de Janeiro: UFRJ / CEP, 2001.

\_\_\_\_\_. “Gêneros textuais e conceitos afins: teoria”. In: VALENTE, André (Org.). *Língua portuguesa e identidade: marcas culturais*. Rio de Janeiro: Caetés, 2007.

OLIVEIRA, Ieda de. “Pressupostos Teóricos”. In: \_\_\_\_\_. *O contrato de comunicação na literatura Infanto-juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PENNAC, Daniel. *Diário de escola*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

PERELMAN, Chaïm. *Tratado de argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLANTIN, Christian. *A argumentação: história, teorias, perspectivas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PLANTIN, Christian. « L'argumentation dans l'émotion ». *Pratiques. Metz*, n. 96, p. 81-100, dez. 1997.

PORTO, Sérgio (Stanislaw Ponte Preta). “Vamos acabar com esta folga”. In: O MELHOR da crônica brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

ROSA, Paulo C. C. *Aspectos da progressão e da coesão textual*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. *Pejorativos e meliorativos no “JB” e na “Folha”*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

REZENDE, Renato Arruda. *1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética*. Dourados: UFGD, 2006.

SARAMAGO, José. *As intermitências da morte*. São Paulo: Companhia das Letras: 2005.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

WEINRICH, Harald. *Estructura y función de los tiempos em el lenguaje*. Madrid: Editorial Gredos, 1968.

**ANEXO A - Textos de 1947**

- “Sabatina legislativa” (2/10/1947)
- “Os culpados” (2/10/1947)
- “Depuração necessária da polícia” (3/10/1947)
- “Imigrantes holandeses” (3/10/1947)
- “Anistia eleitoral” (3/10/1947)
- “Imposto de renda” (4/10/1947)
- “Rio, cidade do barulho” (4/10/1947)
- “Telegramas oficiais” (4/10/1947)
- “Os menores abandonados” (6/10/1947)
- “Tradutori, traditori...” (6/10/1947)
- “Quadro desolador” (7/10/1947)
- “O monumento de Cabral” (7/10/1947)
- “Importação de técnicos” (7/10/1947)
- “Episódio lamentável” (7/10/1947)
- “Conselhos e institutos” (8/10/1947)
- “Constância no erro” (8/10/1947)
- “Iniciativa necessária” (8/10/1947)
- “Pingentes da morte” (9/10/1947)
- “Técnicos” (9/10/1947)
- “O Babaçu” (9/10/1947)
- “Círculo vicioso” (10/10/1947)
- “O problema da carne” (10/10/1947)
- “Os exilados bolivianos” (10/10/1947)
- “O ‘mercado negro’ desonra o Brasil” (11/10/1947)
- “Gafanhotos versus burocracia” (11/10/1947)

# Escas e comentários

## SABATINA LEGISLATIVA

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara, deputado Agamenon Magalhães, reuniu os colegas em sabatina. No fim da sabatina, verificou-se que alguns deles receberam, de longa data, projetos para formular pareceres não tendo cumprido esse dever rudimentar até agora. O fato não se explica. A pouca importância que os relatores negligentes dão aos interesses alheios, confiados à salubridade legislativa, pode e deve ser corrigida quanto antes. O Regimento Interno da Câmara fixou o prazo de cinco dias para o andamento das matérias confiadas às comissões permanentes. Por que não cumprir as normas regimentais? A pergunta é oportuna. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça reclamou dos colegas o aceleramento dos trabalhos. Por que os presidentes das demais comissões não fazem o mesmo? Sabe-se que as diversas comissões, inclusive a de Finanças, não se submetem aos prazos regimentais. Daí a demora em que se encontram iniciativas essenciais. A Câmara está realizando sessões noturnas, no empenho de descongestionar as ordens do dia. Se os trabalhos das comissões permanentes tivessem seguido os ritmos normais, não haveria ordens do dia congestionadas. Houve momento em que a Mesa da Câmara não tinha matéria para organizar ordens do dia. Há deputados que recebem projetos e mensagens para relatar e, logo depois, seguem para os Estados, não dando mais notícia do desempenho do mandato que receberam. As sessões noturnas da Câmara, neste momento, visam recuperar o tempo perdido. Se as comissões não tomarem a sério o propósito, as sessões noturnas não resolverão coisa alguma. O exemplo do presidente da Comissão de Constituição e Justiça deve ser imitado. O Legislativo está próximo do encerramento dos trabalhos. Nada explicaria esse encerramento com as pastas das comissões cheias de matéria em atraso. Arredentamos que venham a ser prolixos os dias que faltam para encerramento da sessão legislativa. O Congresso deve cumprir a lei, encerrando-a no prazo constitucional. O país acompanha atento todos esses fatos.

## OS CULPADOS

Ninguém pode contestar que o presidente da República esteja realmente empenhado em resolver os graves problemas que ora afligem o povo. Inúmeras vezes S. Excia. tem revelado o seu louvável interesse nesse sentido e tomado providências que lhe parecem oportunas. E, inegavelmente, várias dessas providências teriam produzido os melhores resultados se lhes houvessem dado seguimento. Mas, infelizmente, não é o que tem acontecido. O chefe da Nação ordena as medidas que julga proveitosas, mas estas, ao que parece, morrem com o eco das suas palavras dentro da própria sala de despacho do Catete... De outro modo não se explicaria o fato de até hoje não ter sido resolvido nenhum dos referidos problemas.

Mesmo quando alguma das ordens do presidente, em favor do povo, começa a ter execução cá fora é para logo se transformar numa coisa lamentavelmente inoperante. E não é, evidentemente, por culpa do

presidente, que isto se dá. S. Excia. anda é, sem dúvida, mal informado, pensando que as coisas se estão passando de outra maneira.

Crêmos que não haverá quem seja bastante inconsciente para achar que corre por conta do presidente a complacência que certos órgãos oficiais vêm patenteando em face da ganância.

Se, por exemplo, a Comissão Local de Preços resolveu manter a Cr\$ 6,00 o quilo de pão vendido no balcão e deixa que os padeiros desrespeitem sberlamente essa sua resolução e o vendem a Cr\$ 8,00, não é, senão contra tudo o que tem determinado o chefe do Governo,

Se também a Cooperativa Central dos Produtores de Leite, que é a antiga C. E. L. com outro nome, continua a praticar abusos inomináveis, não é, do mesmo modo, com a permissão do presidente da República. S. Excia., honrá lhe seja por isto, só tem dado ordens no sentido de aliviar a situação do povo. Se é o contrário o que está acontecendo, a culpa cabe exclusivamente aos elementos

oficiais, que estranha e sistematicamente se empenham em defender e amparar a ação odiosa e funesta dos gananciosos de toda espécie. E para conseguirem tão lamentável intento a quantos argumentos expectosos recorrem! Incontestavelmente, o presidente vem sendo muito mal informado a respeito das medidas que tem mandado por em prática em benefício da população.

## NOVAMENTE O AVEN-

### TUREIRO

A impunidade de que gozamos no Brasil criminosos de qualquer espécie não podia deixar de beneficiar também certos estrangeiros, que aqui parecem barcaros dispostos a todas as aventuras felicituosas. É precisamente este o caso do lecheco Vladimir Housner, que com o falso nome de Júriker Sternberk se apresentou nesta capital como descobridor de um medicamento capaz de curar radicalmente a tuberculose. Embora pareça incrível, esse expertalhão conseguiu ser admitido entre os médicos do Hospital S. Sebastião e ali permanecer muitos dias aplicando o tal remédio e provocando a morte entre os doentes. Tornando-se irritante a sua conduta ao assim surtiram as consequências, em consequência das quais foi ele expulso daquele estabelecimento. Ainda se devia, naturalmente, depois disso, que o referido indivíduo, além de não ser médico, como se dizia, havia falsamente mudado de nome e, enfim, não passava de um verlanço aventureiro, que lustrava de um hospital único um preparado em experiente de sua nunca mais se ouviu falar.

O caso tão ridículo se tornou que chegou até a ser comentado na Tribuna do Senado. Parou-se algum tempo e quando toda gente pensava que o tal médico estava ajustando contas com o Juízo, eis que surge ele na Baía para repetir o delito praticado no Rio de Janeiro. E continua, assim, audacioso e despreocupado como se estivesse num país absolutamente despoliciado e sem leis. O seu caso, que é, como se vê, dos mais escandalosos, voltou agora a ser denunciado na Tribuna do Senado pelo Sr. Hamilton Nogueira.

Vamos ver se desta vez as autoridades competentes abandonam o seu hábito de condescendência e tratam de punir o aventureiro que tão atrevidamente tem zombado de nós.

3-10-47

## Escas e comentários

### DEPURAÇÃO NECESSÁRIA DA POLÍCIA

O interesse maior do público é que o aparelhamento de segurança, vale dizer, a Polícia, se mantenha estritamente no quadro dos seus deveres. Quanto mais rigorosa for a disciplina na organização policial e mais ciosos os seus membros na preservação do bom nome funcional, tanto mais eficiente será o serviço de defesa da ordem. Quebrem-se os laços da disciplina ou se afrouxarem os preceitos de urbanidade e do decoro e toda a coletividade sofrerá as consequências desse estado de coisas.

É notório o grau de alarmante insegurança a que chegou a população carioca devido à ação, cada dia mais audaciosa, dos malfetores. E confirmando a tese acima exposta, é conhecida também a sucessão de reiterados abusos no aparelhamento policial. São casos repetidos de violências, excessos de autoridade e extorsões a exigir a intervenção continuada do general Lima Camara, sem que, no entanto, as providências moralizadoras logrem os resultados que seriam de desejar. Ainda agora, temos o caso de um proprietário de leiteira intimado a entregar determinada quantia a uma turma de investigadores, da qual fazia parte um médico, a fim de não ser multado e preso pela venda de leite adulterado. O episódio, cuja ocorrência não pôde ser negada, foi, posteriormente, atribuído a uma turma de falsos policiais, mas o comerciante prejudicado, iníto à repartição policial, procedeu ao reconhecimento dos componentes do grupo, identificando-os como policiais da D.F.S.P.

Algo está errado na Polícia do Distrito Federal. Ou as punições contra os autores de atos tão condenáveis não alcançam o rigor que seria de desejar, ou um falso espírito de corporação atua no sentido de tornar sem maiores consequências os inquéritos determinados pelo chefe de Polícia. A população, que vem reclamando, pela voz autorizada da imprensa, um paralelo às atividades dos ladrões e assaltantes, está convencida de que só a depuração enérgica do aparelhamento oficial tornará possível essa desejada restauração da ordem. Por isso se impõe, como nunca, uma política moralizadora da Polícia suscetível de encerrar, de vez, tão triste série de abusos e infrações funcionais.

### IMIGRANTES HOLANDES

#### DESES

Está em andamento um projeto de colonização holandesa no Brasil. Segundo se noticia, de trinta a quarenta mil imigrantes estariam dispostos a deixar a Holanda rumo ao Brasil, com seus animais leiteiros, instrumentos agrícolas e demais material de uso na lavoura. Para que a sua instalação possa ser feita com sucesso entre nós, necessitariam apenas de algum financiamento inicial, quer para a sua fixação nos locais escolhidos, quer para a manutenção pessoal até a entrada das primeiras safras. É evidente o interesse que a matéria encerra para o nosso país. Os holandeses são, tradicionalmente, homens de largo tirocínio agrário e a sua presença poderia servir como fator de estímulo à elevação técnica de determinadas atividades.

No entanto, há que advertir os responsáveis contra possíveis falhas na escolha dos locais e na definição dos tipos de exploração agrícola a que se irão dedicar esses imigrantes. Pode parecer impertinência lembrar princípios tão corriqueiros aos técnicos, que devem conhecê-los como ninguém. A experiência é, no entanto, por demais eloquente para que se confie excessivamente nos agentes da administração. Tanto mais que pode acontecer que a política intervenha no problema e, então, tudo será possível, inclusive as soluções mais estranhas.

Precisa-se de considerar, atentamente, as condições sociológicas a fim de evitar a localização dos imigrantes em locais fundamentalmente diversos dos do país de origem. Além disso, há que ter presente um tipo de atividades suficientemente rendosas, de modo a assegurar-lhes a continuidade do nível de vida a que estão habituados. Se os

holandeses aqui viessem para viver em condições muito inferiores às que estão habituados, perderiam muito da sua capacidade de produção. O Ministério da Agricultura não se deve, pois, ater unicamente às terras disponíveis em suas colônias agrícolas, visto que, possivelmente, nelas se não encontram as mais indicadas a esse tipo de colonização. Necessita estender a escolha a outras zonas. No Estado do Rio, por exemplo, há em terras altas da Serra do Mar, áreas muito indicadas para a cultura de batatas para semente. Trata-se de produto nobre, muito necessário à nossa agricultura e bastante compensador para os produtores, sobretudo se dotados de técnica aperfeiçoada, como é o caso dos holandeses.

### ANISTIA ELEITORAL

A Câmara discute um projeto de lei, que manda anistiar os eleitores faltosos, do último pleito federal. A discussão ocorre precisamente quando o pleito municipal fluminense acaba de ser processado com abstenência de quase cinquenta por cento do eleitorado. Percebe-se, desse modo, que há necessidade de uma medida qualquer, favorável ao comparecimento dos eleitores, sempre que a vida política do país reclamar. Se a lei tornou o voto obrigatório, não se compreende que deixe de haver sanção nos casos de desobediência. A lei manda punir os eleitores refratários. No primeiro pleito federal, para escolha do presidente da República, dos senadores e deputados, os faltosos foram exculpidos. No segundo pleito, para escolha dos governadores e das assembleias estaduais, as abstenências foram muito grandes. As impunidades como que animeram as negligências. Agora um projeto de lei pretende exculpi-las. A anistia, que a Câmara está discutindo, vem a tempo de estimular os refratários das urnas, nos pleitos municipais. O pleito municipal fluminense (o primeiro deles) aí está, como exemplo. Se o voto é obrigatório e se a lei institui punições para quantos não atendem aos apelos das urnas, é justo que se aplique a lei. No Brasil de hoje muito se fala em democracia. Esta depende das sentenças das urnas. Por isso mesmo convém que tais sentenças reflitam a vontade do povo.

4/10/1947

## Escas e comentários

### IMPOSTO DE RENDA

Diante do fantasma do "deficit" e das expectativas pessimistas, expostas pelo relator de Recella, à última hora, a Câmara está votando a lei que manda realizar a quota mais severa nos contribuintes do imposto de renda. A coragem fiscal é inesgotável. Em todos os países, os tributos cobrados as rendas crescem à medida que os tributos de outras origens decrescem. Entre nós, todos os tributos crescem paralelamente. Ao mesmo tempo os aparelhos de arrecadação e vigilância crescem também, instituindo-se os males da burocracia intensiva. Desde 1937 não houve mais regime orçamentário no país. As leis eram alteradas durante o ano inteiro e ninguém conseguia formular juízo seguro sobre a situação financeira. A que extremos chegara o "deficit"? Eis a pergunta que se vem fazendo. O relator da Recella agora poderia dar, pelo menos, uma idéia aproximada da situação. Esta nos promete nada menos de um milhão e o milhão tem de sair do sacrifício dos contribuintes. A compressão das despesas não passa de fábula. Assim se explicam e compreendem as exigências dos novos tributos de renda, entendidos pelos melus agressivos que se conhecem. A lei tributária nacional arrola e admite como rendas todos os vencimentos, ordenados e salários que ultrapassem determinados limites. Os aumentos agora virão criar dificuldades, que as majorações de salários, ordenados e vencimentos não atenuam. É luzar comum e fato indiscutível a constante caresta dos gêneros de consumo obrigatório. O preço da vida atingiu a extremos inquietantes. De que modo enfrentar o problema? A Comissão de Finanças da Câmara entende que um sistema tributário agressivo poderá reprimir as altas catapantes dos preços das utilidades? Pelo menos o projeto relativo ao imposto de renda, que acaba de ser aprovado, em segundo turno, neste apagar das luzes dos trabalhos legislativos, manda concluir assim. Amanhã, o Governo terá de propor aumentos de vencimentos e outros remédios de emergência, em face do custo da vida. É o círculo vicioso. Retirando por um lado o Governo concederá por outro, num esforço estéril de água-deu, água levada...

### RIO, CIDADE DO BARRIO RULHO

É evidente que a vida na primeira cidade do país apresenta aspectos negativos a comprometer a tranquilidade e o bem-estar da população, menos pela ação de fatores insolvíveis que pelo desleixo ou o abandono de normas comecinhas. O que ocorre com as posturas relativas ao silêncio noturno é altamente expressivo. Muito embora a lei continue em vigor e não constante os resultados a esperar da mesma se inscrevem entre aqueles que mais interessam ao descanso dos habitantes do Rio. A verdade é que a falta de uma fiscalização adequada, relacionada a evidente descaso pelas providências vigentes, determina si-

tuações vexatorias que não se solucionam.

Como exemplo marcante, podemos apontar as feiras-livres. Como tais mercados ao ar livre devem iniciar seu funcionamento às primeiras horas da manhã, torna-se necessário proceder a montagem das barracas em plena madrugada. Se esse serviço fosse feito com os devidos cuidados, é de ver que os ruídos ficariam reduzidos de muito, em relação à situação atual. Acontece que não existe a menor preocupação de respeitar a Lei do Silêncio. É tal a situação que os dias de feira se traduzem hoje para os habitantes do local que serve de palco a esse comércio em horas de intranquilidade, ruído, interrompido e sono perdido.

É fácil calcular o que repre-

sentam dezenas de comunidades a despejar, sem o menor cuidado, as armações das barracas e as cargas de gêneros. E mais os inúmeros empregados da feira a se movimentarem e a falarem em altas vozes, gritando muitas vezes de um extremo a outro da rua, numa sucessão de ordens e contra-ordens a que o silêncio da hora dá maior ressonância. Bastaria, no entanto, um esforço regular da fiscalização municipal para que tais abusos cessassem. Afinal de contas, os feirantes não são inimigos jurados do repouso alheio para se entregarem, por prazer, a semelhante balburdia. Atuar dessa forma mais por irreflexão e falta de advertência que por vontade deliberada. Uma fiscalização eficiente bastaria para remediar o mal.

### TELEGRAMAS OFICIAIS

A determinação do Ministério da Viação mandando reduzir aos limites compatíveis a correspondência telegráfica oficial é providência acertada, que merece ser cumprida à risca. Compreende-se a necessidade de utilizarem os órgãos públicos a franquia telegráfica para o andamento dos serviços. Há que reconhecer, no entanto, que o acúmulo de tais despachos impõe uma carga excessivamente pesada ao nosso deficiente aparelhamento telegráfico. Além disso, os abusos que se cuida de corrigir, contribuem poderosamente para semelhantes excessos de coisas. Isso pela razão muito simples de que os expedidores dos telegramas oficiais entendem que a franquia representa a porta aberta para a prolixidade no texto ou para a inclusão na categoria de correspondência oficial de despachos que nada têm a ver com o serviço público. A observância das normas baixadas pelo ministro da Viação poderá trazer vantagens imediatas. A redução do número de palavras transmitidas telegraficamente libertará o D.C.T. de pesada carga de serviços, de sorte a permitir maior atenção aos despachos particulares. É notória a deficiência de nosso aparelhamento telegráfico e se impõe, por isso mesmo, utilizá-lo com toda a discreção possível, a fim de não comprometer, ainda mais, o rendimento mínimo que se deve obter dos telegrafos.



7-10-47

## Escas e comentários

### QUADRO DESOLADOR

Há que atentar para o dramático apelo formulado pelo ministro da Agricultura na sessão inaugural da 1.ª Reunião Brasileira de Ciência do Solo e cooperar, cada qual na medida das suas possibilidades, para a cruzada de recuperação da perdida fertilidade das terras brasileiras. A corajosa intervenção do Sr. Daniel de Carvalho teve a virtude de situar, nos seus devidos termos, o drama de um povo que há quatro séculos vem impiedosamente, sob a ação de fatores econômico-sociais conhecidos, exaurindo a terra que habita e dela arrastando, impensadamente, reservas cujo esgotamento se traduz, agora, em esgotamento, abandono e pobreza. Vivemos durante muitas gerações ao embalo da lenda da fertilidade inesgotável do solo brasileiro e nela encontramos justificativa para processos agrícolas insensatos, que apenas serviram para carrear para o exterior os produtos das terras brasileiras. Justo, pois, que se alle agora a voz do titular da Agricultura, àquelas de homens de estado, técnicos agrícolas e economistas que, de há muito, vêm clamando contra um regime agrário que envilece a terra e condena, irremediavelmente, os seus habitantes à miséria e à dependência econômica.

O quadro que o Sr. Daniel de Carvalho expôs é dos mais eloquentes. Na cidade do Belém não há energia elétrica por falta de lenha para movimentar os geradores. As terras do vale de Canaan não mais asseguram o sustento dos seus lavradores. A produtividade dos cafezais paulistas cai vertiginosamente, obrigando à procura constante de terras novas que daqui a decênios serão, igualmente, terras esgotadas. No Rio Grande do Sul, morrem nos campos animais por falta de nutrição. Com uma escassa população, que não alcança a cincoenta milhões, logramos, em menos de cinco séculos, transformar em terras áridas as glebas férteis que os descobridores se compravam em decantar embevecidos.

Evidentemente, se o país não quiser aprofundar o quadro de pobreza das suas populações, há que corrigir, sem demora, esse desequilíbrio da sua agricultura. Para isso terá de lançar mão dos ensinamentos de outros povos, que, trabalhando a terra há dezenas de séculos, sem interrupção, dela obtêm rendimentos muitíssimo superiores aos nossos. A ciência do solo e a técnica agrícola dispõem, hoje, de elementos para enfrentar e solucionar vantajosamente esses problemas. No entanto, não basta apelar para o progresso técnico, sem, ao mesmo tempo, criar condições econômico-sociais capazes de favorecer-lo. Se a agricultura brasileira ainda hoje não consegue desenvolver a terra, sob a forma de fertilizantes, os elementos que dela extrai, é porque continua sujeita ao regime da produção preferencial de artigos para a exportação. Os mercados exteriores pagam mal e no preço que dão pelos nossos produtos não incluem margem para o tratamento adequado da terra. Daí o drama multissecular de uma agricultura a produzir e a exportar sem lograr, no entanto, desse comércio os elementos necessários à preservação da fertilidade do solo.

### O MONUMENTO DE

#### CABRAL

A remoção do monumento a Pedro Álvares Cabral, erigido na Glória para fixar a data do quarto centenário da descoberta do Brasil, constitui exigência natural das transformações urbanas. Há alguns anos, o mar lançava água nos bondes em tráfego para Botafogo, em dias de ressaca, na altura das muralhas da Glória. Hoje o mar foi contido pelos aterros e fica a muitos metros de distância. O tráfego aumentou de maneira imprevista. O largo da Glória é cruzamento de várias linhas que procuram passagem pela rua do Catete e pela Praia do Flamengo. O monumento, uma das obras notáveis de Henrique Bernardelli está mal localizado, embarçando o tráfego e pondo em risco o movimento de veículos. Do ponto de vista estético, os defeitos oriados pela transformação do local ainda são mais sensíveis. Mudado para a atual avenida criada pelos aterros da enseada da Glória, o monumento lucrará, ficando em

maior evidência. A iniciativa é oportuna. A mudança daquele monumento vinha sendo sugere-

### IMPORTAÇÃO DE TÉCNICOS

Os aspectos mais deploráveis da nossa incúria no andamento do problema emigratório e de importação de técnicos, se agravam de muito com a ferrugem da burocracia, a carcomer todas as entrosagens da máquina administrativa, se não com a mediocridade de alguns funcionários sem visão ou consciência. Resolvemos essa circunstância porque temos à vista o exemplo de um técnico alemão, que já nos chegara com todos os sacramentos burocráticos, e que, depois de aqui ficar por largo tempo à testa da empresa que o contratara, foi pela mesma enviado à Alemanha, a fim de ali examinar uma máquina adquirida pelos seus empregadores, e embarcá-la. A máquina encaixotada em todas as suas peças veio para o Brasil; mas o técnico ficou lá fora, porque o Consulado achou que não lhe devia dar o visto de regresso, nem indagar, não de sua capacidade, mas de seus antecedentes. Outro caso: uma empresa de S. Paulo contratou na Itália um famoso técnico, parece que de resistência de materiais ou de construção, técnico tão conhecido que, além de ser catedrático da Universidade de Bolonha, esta indigido para um prêmio Nobel, pela natureza de suas obras. Pois bem: as autoridades consulares estão remanechando há meses no consentimento da partida porque desejam saber quais as ideologias que professa aquela sumidade italiana, que já está inclinada a desair de seu contrato no Brasil para preferir atender a chamados da indústria argentina, porquanto as autoridades do país visinho facilitam o imediato embarque do homem de Bolonha: São fatos assim que entristecem tanto mais o patriotismo quanto é certo que o ministro Raul Fernandes, asoberbado pelos problemas da política externa, não pode andar a par ou pressentir a atividade do cupim burocrático que está safareando por dentro tudo quanto é trave do nosso mais santíssimo palácio de tradições nobres de organização de trabalho e inteligência, ou seja do Itamarati.

rida por quantos passam pela Glória em horas de movimento intenso. Já que a Prefeitura está com a mão na massa: porque não se muda também o obelisco da Avenida Rio Branco, que fecha a passagem dos veículos defronte ao palácio Monroe? Há uma série de pequenos serviços de grande utilidade, que reclamam a atenção da Prefeitura. Enquanto não estiverem concluídas as obras de urbanização do quarteirão que circunda a área da esplanada do Castelo, um grande trecho da cidade ficará prejudicado.

### EPISÓDIO LAMENTAVEL

É de esperar que as autoridades apurem, com o devido rigor, o episódio relacionado com o retrato do general Rondon, rasgado e atirado ao lixo por um funcionário do Serviço de Proteção aos Índios, em Mato Grosso. Não se trata, no caso, unicamente de uma evidente demonstração de desrespeito funcional, sabido que o Ilustre desbravador foi fundador e orientador por muitos anos desse serviço. Mais do que isso, trata-se de um insulto à sensibilidade patriótica do país. O que esse devotado militar realizou no setor da incorporação dos selvícolas à comunidade brasileira é algo de excepcional e merecedor da maior admiração. Quer pela amplitude dos cenários geográficos em que se desenvolveram suas atividades, quer pelos métodos humanos e nobres postos em prática nas tarefas de contacto com os indígenas, a figura do general Rondon se elevou, merecidamente, na admiração e no respeito dos seus concidadãos. Se é mau verificar-se que a irresponsabilidade de um funcionário dá margem a episódio tão lamentável, pior ainda seria conhecer-se qualquer retardamento na punição que se espera exemplar e rápida.

8-10-47

## Essas e comentários

### CONSELHOS E INSTITUTOS...

Travaram-se, ontem, na Câmara, debates animados em torno à criação do Conselho Nacional de Economia, cujas finalidades estariam, por assim dizer, ou sintetizar, em iluminar a economia dirígida, de invocação de ordinário inquietante. As opiniões estavam longe de se conciliar. Se uns defendiam com bastante energia o projeto daquela criação, outros o condenavam como uma inutilidade custosa. Mas, seja como for, o que parece fora de dúvida é ser o intento do projeto debatido o de ordenar o quadro da nossa vida econômica, que assume aspectos, deveras, caóticos. O que, portanto, aceto esse intuito, e mesmo se reconhecendo hoje o mais alto espírito patriótico e da desprendimento, sempre se poderá questionar é se a criação desses organismos oficiais representa em verdade maior benefício ao andamento da prosperidade nacional. A experiência de órgãos análogos, ou de índole semelhante, que possuímos, parece não ser das mais lisonjeiras, não valendo a pena ilustrar esse conceito de alguns exemplos que se acham no sentimento público. Depois, quando se fosse inventariar a atividade de tais órgãos, seria fácilimo se instilarem por toda parte os mais graves desalentos, quando o que manda o próprio interesse nacional que desde já se defenda é a esperança de que, com ou sem Conselho Nacional de Economia, os responsáveis pelos rumos da nossa riqueza se comprometem, fora dos verbalismos de uma técnica inoperante e de fachada que, entre nós, por via de regra, até aqui tem sido uma máscara lustrosa da incompetência, da necessidade de cuidar de coisas tão elementares que não exigem criações de conselhos ou institutos, mas apenas ação ajustada ao bom senso. O problema urgente do Brasil é o de tratar de seu trabalho e produção, resolvendo questões imediatas que se procrastinam em conversações estereis e stonias tristes, e clamam por toda parte contra a nossa incapacidade, desmedida como as praças dos nossos navios que andam agora de baixo para cima sem carga por falta de produção, e com a nossa indiferença em matéria de importação de braços para os campos, e de técnicas para os nossos parques, já que estamos recebendo pequenas levas de imigrantes estranhos à lavoura ou a qualquer ofício, e dentre os quais até tuberculosos se encontram... Para se corrigirem tamanhos erros, lamenhos e tão funestos, parecem ser demais os institutos, conselhos e comissões que possuímos...

### CONSTANCIA NO ERRO

As dúvidas suscitadas em torno dos pequenos problemas, entretanto, a decisão do legislativo, não justificam a providência de sua convocação extraordinária. As convocações extraordinárias sempre decorreram de fatos também extraordinários. Não há nenhum fato dessa categoria e nem mesmo perspectivas de que possa ainda haver. A Constituição é formal, quando determina os prazos de encerramento e de abertura dos trabalhos legislativos. Se estes deveriam ocupar mais tempo, a experiência teria sugerido outra forma ao dispositivo constitucional que regula a matéria. Um dos males que mais condenaram o Congresso, antigamente, foram as prorrogações dos seus trabalhos. Eles juravam até 31 de dezembro, data em que se concluíam as votações de atropelo. Era o "apagar das luzes". A praxe, entretanto, não determinava nenhum pagamento excepcional aos membros do Senado e da Câmara. As despesas de subsídio e de expediente exigiam verbas e créditos, sem dúvida, mas não representavam, propriamente, abusos. No ano passado, porém, por iniciativa do deputado maranhense, Lino Machado, a Câmara votou convocação extraordinária, estribando-se em pretexto frívolo. Por conta da mesma, os senadores e deputados estão recebendo agora ajuda de custo, como se tivessem sido obrigados a despesas de viagem e deslocamento. O precedente causou má impressão. Os trabalhos legislativos nada aproveitaram, pois não havia nenhum problema de urgência a estudar. As convocações extraordinárias se fazem sempre

que existem motivos imperiosos e urgentes. A Constituição é clara, quando fixa as datas de funcionamento legal do poder legislativo. Nada explica ou justifica quaisquer iniciativas em contrário ao espírito da Constituição. A que vêm todos estes comentários? Vêm a propósito dum projeto de convocação extraordinária, de iniciativa do deputado maranhense Lino Machado (ainda o mesmo!) que está recebendo assinaturas na Câmara. Será possível? Sim. O projeto já tem cento e poucas assinaturas. Seus efeitos serão automáticos, não dependendo de votação. Registamos apenas essa fonte de erros graves e prejudiciais ao regime.

### VARIAÇÕES SOBRE UM

#### RARO TEMA

Na escala dos sentimentos humanos nenhum será mais belo nem mais nobre do que a admiração e a gratidão. Só admira quem também pode ser admirado e só sabe ser grato aquele que é capaz de inspirar nos outros uma ação análoga. Pode-se até dizer que só a mediocridade, como os carunfos, receta a vida solar e livre do apatado, do mesmo modo por que somente não são ingratas as estereis ou infecundas da solidão e da generosidade.

No convívio social, portanto, nos círculos de trabalho ou de estudo o espetáculo mais deslumbrante — porque a via é esse palco imenso e movedel em que cada qual desempenha o seu papel — há de ser sempre o da compreensão recíproca, da confraternização sem subentendidos, do afeto e do apreço, em suma, quando a própria natureza parece que se desmaterializa e desdobra para ser apenas alma e inteligência dos homens.

Ainda recentemente uma das

principais escolas de ensino técnico e secundário da Prefeitura foi cenário de um desses espetáculos. A diretoria do estabelecimento, que é sem favor um dos nomes consagrados e mais talentosos do magisterio brasileiro, voltou ao seu posto depois de prolongada enfermidade, que se agravara em consequência do cumprimento de um Tenor extra-oficial, mas sem, por isto, menos imperioso e digno de respeito, tanto mais quanto se tratava de ato de maior expressão de assistência social e mesmo educativa, e a que também compareceram o presidente da República e o cardeal-arcebispo. E o retorno da mentra e amiga de tantos anos e de todos os dias ao convívio dos colegas e discípulos constituiu espontâneo e comovido motivo para que a admiração e a gratidão de todos se confundissem como um só sentimento, concretizando-se numa dessas erpantes de reconhecimento, laudor e solidariedade que equivalem a um indivíduo humano, sobretudo do atual época de tantas e tão duradas perdas no seio das mais diversas classes.

Foi esse um gesto tão expressivo e consolador, valendo por um verdadeiro símbolo, que devem ser registrados o local em que se verificou — a Escola Amaro Cavalcanti — e a figura que o inspirou — a professora Maria Junqueira Scimicli.

### INICIATIVA NECES-

#### SARIA

O chefe de Polícia, que teria forçosamente de acabar impressionado com a diária multiplicação dos atentados em via pública, dos assaltos aos lares, dos roubos e violências de toda a casta, resolveu acertadamente incumbir também o vasto pessoal da polícia política, e social das atribuições de combate ao roubo e à vagabundagem. Outros termos: o reparo que sempre nos inspirou a circunstância de que a Polícia empregando o maior parte de seus cuidados e energias na defesa do Governo, desprezando as garantias ao cidadão, já com essa providência, perderá um tanto de seu vigor. Não se compreteu de fato, senão como um disparate, pudesse a ordem pública ser garantida apenas através das atividades de prevenção contra revoltas, revoluções ou movimentos sediciosos, deixando-se abandonado o setor da defesa do indivíduo, da sociedade, do lar e dos bons costumes. Ao contrário; não se pode imaginar clima mais propício à formação de todos os fermentos de revolta e rebeldia do que esse estado de impunidade dos assaltantes, pelos criminosos que, em plena rua, reclamam a bolsa ou a vida, e mesmo quando conseguem aquela, espancam e ferem as suas vítimas. Quando os indivíduos são desprotegidos dos agentes do poder público contra os que lhes violam impunemente direitos elementares da propriedade, da existência e da integridade física, é lícito se falar de tudo, menos da segurança da ordem pública ou da defesa do Estado, democraticamente falando. Daí o justo aplauso da providência, até certo ponto eminentemente política, pelas suas consequências psicológicas junto ao povo. Já descrente que acuso de tomar e não sem tempo, o general Lima Câmara.

9.10.47

## Escas e comentários

### PINGENTES DA MORTE

A impressão transmitida por certos fatos cotidianos e a de que o povo carioca, como síntese de todo o povo brasileiro, nasceu mesmo "para sofrer" — contagiado de velha e profunda melancolia com música de sanha — e tudo em consequência de uma herança irreversível, de indomável e infinita força atávica.

Al está esse caso típico — de todos os dias e todas as horas — dos bondes quase vazios e com os estribos cheios de "pingentes", que são verdadeiros pingentes da morte. Eles constituem uma grande parte da nossa população sofredora, essa que amanhêce aos trambolhões nos trens da Central, que padecem em todas as linhas, que não encontra nem carne nem pão nem feijão suficientes, e que acaba perdendo a noção das coisas fáceis e confortáveis, preferindo afinal ficar no começo de tudo, no estribo de tudo, com receio de que o resto seja sempre pior.

Mas alguém devia ter autoridade ou piedade para coibir esse "caso de sofrimento" (não poderia ser o prefeito Mendes de Moraes, para não meter polícia em mais esse caso, que é mais de educação do que de violência) a fim de que não tivéssemos maior número de vítimas a lamentar, nem tivesse a Light, inocente ao menos nisso, que se defende em intontáveis, complexos e onerosos processos de indenização.

Far-se-ia, primeiro, uma inteligente e persuasiva propaganda a favor das vantagens de se viajar sentado nos bancos dos bondes e não de pé nos seus estribos. Muita gente se convenceria com certeza. Para os recalcitrantes seria depois adotada uma providência sem formas agressivas ou se sentariam toda vez que houvesse lugar ou não pagariam a passagem e seriam convidados a saltar. Em pé por em pé, o melhor é ir andando...

Ainda há poucos dias, numa curva da Praça 13, a meio caminho da estação das barcas, um automóvel chocou-se em cheio contra o estribo de um bonde. Várias pessoas receberam ferimentos e contusões nas pernas. No interior do veículo, entretanto, havia numerosos assentos desocupados! Além disso, esses "pingentes" voluntários e telmosos contribuem para formar um enervante e perigoso problema a entrada de outros passageiros, sobretudo pessoas idosas, crianças e senhoras, impedindo-lhes a visão e os movimentos, etc.

Faça-se, portanto, alguma coisa de imediato e prática para acabar com esta mania e esse abuso de viajar no estribo dos bondes, deixando-lhes os bancos paradoxalmente vazios.

### TÉCNICOS...

Durante o regime de poderes discricionários, o Governo teve de criar diversos órgãos de consulta. Na falta do Poder Legislativo, as atribuições específicas do mesmo eram assim transferidas a tais órgãos, que se tornaram, praticamente, sucedâneos do Congresso. Um deles (o principal deles) era o D.A.S.P., a organização dos quadros do funcionalismo público, a eleição de lugares nas dependências administrativas, a elaboração das leis orçamentárias e outras prerrogativas do Congresso passaram a ser exercidas pelo D.A.S.P., como ninguém ignora. Uma vez restaurada a ordem legal, com a eleição do Senado e da Câmara e com a promulgação da Constituição, os tais órgãos de consulta, criados no regime

de poderes discricionários, deveriam desaparecer, automaticamente, ou pelo menos mudar de vida autoritária ou supersticiosa. Assim, porém, não aconteceu até agora. Não tendo acontecido, a Administração pública do país entrou numa fase anômala, que se vai prolongando indefinidamente, em benefício da balburdia e confusão de poderes. O D.A.S.P., pelo sendo conservado — o que podia acontecer, mas em outras moldes — e o Executivo dele se ocorre frequentemente, subtraindo atribuições privativas e específicas do Congresso. Há mais ainda. As próprias casas do Congresso acabaram também recorrendo ao D.A.S.P... Tudo por que? Apenas porque há um vocábulo muito gasto ao tempo da ditadura estadonovista e que ainda fascina e

atorda a numerosos espíritos da atualidade. Este vocábulo é "técnico". Reclamam-se "técnicos" por toda a parte. Soberbamente aparece um interventor estranho nos serviços de longa data profícuos. É o "técnico". Por que "técnico"? Porque esteve nos Estados Unidos, visitou repartições e serviços, viu tudo, passou bastante e admirou, de boca aberta, todas as obras monumentais...

### O BABAÇU

É oportuno chamar a atenção de administração para o problema dos suprimentos de babaçu às indústrias cariocas e paulistas. Esse coco é empregado, em escala crescente, na fabricação de gorduras vegetais para a alimentação e na indústria da saponificação. O não recebimento regular do babaçu pode determinar, como já se verificou diversas vezes, a redução de produção de gorduras, com graves reflexos no abastecimento público, ainda embora os babaçuais do Maranhão e Piauí sejam praticamente inesgotáveis, dimensões de extração e transporte limitam o volume disponível para embarque. No atual momento, o panorama se torna ainda mais complexo devido à procura dos compradores externos, que tratam de conseguir suprimentos volumosos de amêndoas de babaçu. O que se impõe, desde logo, é a elaboração de um programa adequado de suprimentos regulares ao mercado interno. Os interesses são recíprocos no caso: dos produtores, que melhor farão negociando com os compradores do sul do país a fim de preservar e ampliar um mercado permanente, e dos industriais, para os quais a garantia de recebimento regular da matéria prima é fundamental à expansão dos negócios. É necessário acabar com o vício de ficar sempre à espera dos preços supostamente melhores do mercado externo. Este pode, em determinadas circunstâncias, pagar um pouco mais que o interno. Não oferece, no entanto, a garantia de continuidade e crescimento regular, que é o que mais deve interessar nos produtores. Cabe ao Ministério da Agricultura estudar o problema de um ponto de vista coletivo a fim de ajustar as bases de um entendimento vantajoso para todos e que sirva de estímulo à produção do babaçu, riqueza sempre decantada pelos poetas mas inutilmente desprezada pelos economistas.

10/10/1947

## Écos e comentários

### CÍRCULO VICIOSO

A administração tem de entrar nos dédalos do círculo vicioso. A situação deficitária dos orçamentos reflete as imagens que prevaleceram em todos os países do mundo, ao cabo da guerra nazista. Até mesmo nos países aparentemente tranquilos. A Câmara, por intermédio da sua Comissão de Finanças, adotou, por tudo isso, o critério da corrigem fiscal. Os aumentos de tributos propostos não coincidem com as compressões nas despesas. O relator da Recetta, deputado Horácio Lafer, já sugeriu aumentos nas taxas do imposto de renda. E reunido-se com solenidade, os chefes, sub-chefes e soldados da U. D. N. examinaram a situação deficitária dos orçamentos, no empenho de combatê-la, sem sacrifícios dos contribuintes. De que modo? Misterio. Os impostos de consumo foram mencionados, como passíveis de aumentos. Mas, aumentando os impostos de consumo, o custo da vida acompanhará os aumentos. E o custo da vida é já assustante!

O regime atual é amplista, consistindo nos apelos periódicos aos impostos. Esses apelos se tornam agressivos porque partem de varios setores administrativos: federais, estaduais e municipais. Ainda agora o secretário das Finanças da Prefeitura sugeriu e propôs o aumento do imposto predial pago pelo proprio proprietario que ocupa o imóvel. Quem ocupa o imóvel de sua propriedade, mesmo quando se trata de imóvel modesto, pode pagar impostos análogos aos que pagam os proprietários que cobram aluguel. O secretário de Finanças da Prefeitura, porém, entende que eles devem pagar mais do que pagam. Propôs um aumento de cinquenta por cento (50%) sobre valores locativos que não ultrapassam quinhentos cruzeiros mensais. A partir desse limite de valor locativo, o imposto predial poderá ser maior. Diante da crise de letos a iniciativa se torna injustificável. Seus resultados conseguirão combater a situação deficitária da Prefeitura? De modo algum. Gota d'água numa enchente não produz efeito... Mas, o critério atual vem sendo esse. A Câmara, ao apagar das luzes, quer modificar os tributos do próximo exercício? Pelos motivos, sim. Não há tempo. Dentro de pouco mais de um mês, as leis orçamentárias têm que ir à sanção automaticamente e o Senado ainda não se pronunciou a respeito. O círculo vicioso dos impostos, aceleradamente aumentados, constitui norma. Contra ela e seus erros nada conseguem as críticas e o justo clamor dos contribuintes.

### O PROBLEMA DA CARNE

O caso da carne chegou, como prevíamos, a um impasse. Não só fracassou, até o momento, a prometida elevação dos fornecimentos à cidade, como até mesmo a cota primitiva deixou de ser entregue aos consumidores. A escala de distribuição não mais é obedecida e os açougues falham na venda do produto nos dias marcados para fazê-lo. Essa desorganização favorece, como é lógico, o "mercado negro". Muitos açougues, seguros da ausência de fiscaliza-

ção, negam-se até a entregar as cotas a que são obrigados. Em troca aumentam, nos dias do recebimento da carne, as transações no "mercado negro", onde o produto é negociado abertamente a preços muito superiores aos tabelados. O pior nisso tudo não é tanto a falta que faz a carne na alimentação do carioca. O pior é a sensação de abandono em que se vêem os consumidores. Tanto se falou em ação enérgica e decisiva a favor da população para acabar nessa confusão lamentável. Para os consumidores, a solução do caso da carne é questão fun-

damental, que diz respeito com o abastecimento normal de um produto essencial à alimentação. Para o Governo, no entanto, é questão de prestígio. Se a decisão de favorecer o povo, da qual não duvidamos, se revela impotente para dobrar resistências conhecidas e poderosas, que esperar da ação oficial defensiva em face das proximas dificuldades da mesma ordem? O mal da administração está em contemporizar com os problemas, iludindo-se a si propria e tentando ludir aos demais com promessas de soluções que se não efetivam. Há que reagir contra isso o quanto antes. Sobretudo há que atuar com energia e clareza para conseguir algo que, realmente, seja em proveito da população.

### OS EXILADOS BOLI-

#### VIANOS

A chegada ao Território do Guaporé de cerca de 40 deportados bolivianos, inteiramente sem recursos materiais, cria um problema a ser enfrentado, sem demora, pelo nosso país. Dizem os telegramas de Porto Velho que as autoridades adotaram as providências iniciais para remediar a situação. Acontece, no entanto, que tais providências são naturalmente limitadas e poderão, sobretudo se a chegada de novos deportados se verificar, revelar-se insuficiente para atender à situação. Afinal de contas não podemos deixar sem maior amparo esses bolivianos. Sem entrar no mérito da questão, vale dizer, sem apreciar as causas que determinaram a deportação em loco, existem deveres de hospitalidade e humanidade a que o Brasil não pode fugir. Precisamos assegurar, na medida do possível, condições de vida dignas para esses exilados. Isso se conseguirá, desde logo, garantindo aos mesmos possibilidades de trabalho para que provejam ao seu sustento proprio. O problema que representa a vinda para o Brasil dos deportados bolivianos está no seu começo e não há de ser difícil dar-lhe solução compatível. Pior será permitir o seu agravamento, pois, então, as soluções surgirão mais custosas e complexas.

11/10/1947

## Escas e comentários

### O "MERCADO NEGRO" DESONRA O BRASIL

No plano dos fatos materiais e imediatos nenhum sinal de confusão e desagregação dos espíritos será mais alarmante do que a realidade sem entranhas do "mercado negro", que pode ser considerado um símbolo precursor das maiores catástrofes humanas provocadas pelo próprio homem. É o delírio do ganho sem escrúpulos, do sibiritismo fácil e nefasto, sem piedade e sem lei, que se alimenta de traição e de miséria. E no Brasil, desgracadamente, essa prática delituosa vem assumindo características que enxovalham e envergonham todo um povo perante o próprio conceito dos outros povos.

Terminada a guerra, padecemos o vexame de ver o nome do nosso país enodado no estrangeiro, principalmente nos Estados Unidos, através da verificação de que mercadorias para aqui exportadas eram aqui negociadas por preços absurdos, clandestinamente, quando nas fontes de produção esses preços eram controlados e respaldados, não permitindo quaisquer assaltos ou manobras de usura. Isso mesmo foi denunciado em relação aos automóveis, geladeiras, ventiladores, roupas feitas, comestíveis, tecidos e toda sorte de artigos manufaturados, inclusive da nossa vizinha Argentina, onde, para cúmulo de aviltamento, numerosos dos nossos produtos eram vendidos mais barato do que no próprio Brasil.

Todos esses precedentes levam portanto que culminar num escândalo inclassificável como esse que acaba de verificar-se no Rio Grande do Sul, onde um enviado especial da Armco International Company apurou que a própria filial dessa empresa norte-americana já lesara a economia popular em mais de 18 milhões de cruzeiros, à custa de uma prática mais criminosa e revoltante do "mercado negro". Era o achincalhe que nos faltava, para completar a série das vergonhas que vimos sofrendo

### GAFANHOTOS VERSUS

#### BUROCRACIA

Pelas declarações de um técnico do Ministério da Agricultura, que esteve na Argentina estudando como ali se processa o combate à terrível praga dos gafanhotos, obtivemos informações seguras sobre a perfeita organização e o abundante material com que contam os platões para a defesa de suas extensas e bem cuidadas plantações, mesmo assim, não sacrificadas, pelas gigantescas nuvens acridicas. Os argentinos gastaram no ano passado, nessa campanha, 220 milhões de cruzeiros e, neste ano, já despenderam mais 75 milhões!

O Brasil, que há trinta anos não experimentava esse flagelo nas proporções dos dois últimos anos, tem lutado desesperadamente para combatê-lo. Dentro das dificuldades financeiras atuais e, principalmente, da burocracia excessiva da administração pública, muito te-

rios conseguido, graças à cooperação de todos os poderes e entidades interessadas. Todavia, a campanha exige ainda muitos recursos e organização permanente. Em 1946, o Ministério da Agricultura somente pôde despende pouco mais de cinco milhões de cruzeiros e assim mesmo depois de inconcebível retardamento.

E neste ano, que os gafanhotos resolveram aparecer mais cedo, é ainda a burocracia que continua dificultando a ação. Tendo concordado em pedir ao Congresso um crédito especial de cerca de 15 milhões para combater os acridios, o presidente da República, atendendo ainda a uma outra solicitação do ministro da Agricultura, decidiu determinar a abertura de um crédito extraordinário de 1.925.000 cruzeiros, por ser viável e mais rápida esta modalidade de atender a despesas urgentes. Entretanto, autorização pelo chefe do Governo a 17 de setembro último e registrado pelo Tribunal de Contas a 23 do mesmo mês, esse crédito ex-

traordinário, com caráter de urgência, continua ainda percorrendo os famosos trâmites legais, enquanto os gafanhotos vão destruindo, quase que impunemente, as reservas alimentares do nosso povo! Num esforço ingente, técnicos, militares e agricultores vêm contribuído para a destruição dos terríveis acridios. Somente a burocracia lhes tem sido aliada. Até quando?...

### O INVERNO E A ESCAS-

#### SEZ DE ALIMENTOS

Já não há como esconder as dificuldades que a Europa vai enfrentar no inverno que se avizinha. Combustíveis e alimentos terão que ser encarrilhados, em grande quantidade, para o Velho Mundo, a fim de evitar consequências as mais perigosas. Embora os Estados Unidos sejam olhados como o grande celeiro capaz de cobrir as exigências européias, é evidente que os demais países, o Brasil entre eles, serão chamados a participar do esforço comum. O próprio presidente Truman já deixou entreter este aspecto do auxílio à Europa no seu discurso de Petrópolis. Mas, é o caso de perguntar, estará o nosso país em condições de dispor de suprimentos alimentares para socorrer alguém? Por dolorosa que seja a resposta, devemos reconhecer que tudo indica que não. A realidade nossa é, também, de carência de preços altos e falta de suprimentos adequados e de sub-alimentação generalizada pela escassez de abastecimentos. Portanto, devem as nossas autoridades, antes de comprometer-se neste assunto, agir com extremo cuidado e particular segurança. Precisamos conhecer a nossa situação verdadeira para agir com base em fatos e não em hipóteses. Nos próximos meses, as solicitações ao Brasil vão aumentar sensivelmente. É dever curial do Governo preparar-se para defender os nossos interesses no sentido de evitar que, ajudando a socorrer a Europa, agravemos de forma intolerável a nossa situação alimentar tão dramática e penosa, não obstante fugazes tentativas de encobri-la sob o manto diáfano da fantasia estatística.

**Anexos B - Textos de 2007**

- “Gestão deficiente” (1/10/2007)
- “Poderia ser pior” (2/10/2007)
- “Espada de Bolívar” (2/10/2007)
- “Temeridade” (3/10/2007)
- “Doença comum” (3/10/2007)
- “Fora do ar” (4/10/2007)
- “Ultrapassado” (4/10/2007)
- “Risco de uma CPI” (5/10/2007)
- “Lições coreanas” (5/10/2007)
- “Marco jurídico” (6/10/2007)
- “Alívio demográfico” (6/10/2007)
- “Projeto de dividir” (7/10/2007)
- “Lei paternalista” (8/10/2007)
- “Modelo sem futuro” (9/10/2007)
- “Na contramão” (9/10/2007)
- “Passo à frente” (10/10/2007)
- “Trigo e joio” (10/10/2007)
- “Queda livre” (11/10/2007)
- “Pôquer argentino” (11/10/2007)
- “Carona trágica” (12/10/2007)
- “Visão distorcida” (12/10/2007)
- “Erro de cálculo” (13/10/2007)
- “Prós e contras” (13/10/2007)
- “Outro ângulo” (14/10/2007)
- “Um alerta” (15/10/2007)

## NOSSA OPINIÃO

## Gestão deficiente

O lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) visa a corrigir uma distorção do primeiro mandato do presidente Lula, quando as prioridades ficaram com o ensino superior e, ainda no início do governo, com a alfabetização de adultos. O PDE, afinal, apresenta uma chance de o ensino público básico ser reformado, sem o que a qualidade das universidades cairá.

Não é pouco dinheiro que os contribuintes despacham para o ensino superior público. Levantamentos indicam que no Brasil costumava-se — ou costumava-se — gastar com o aluno das universidades públicas até 12 vezes mais do que com o estudante dos ciclos fundamental e médio. Já nos Estados Unidos essa relação favorável ao ensino superior não ultrapassa três vezes.

A determinação constitucional de que cabe prioritariamente a estados e municípios o ciclo básico praticamente afastou o Executivo federal da formação dos alunos até sua chegada à universidade. Algumas escolas federais ligadas a universidades e de nível técnico são

uma exceção.

Geralmente controlada por corporações, a universidade pública é mal gerida. A relação aluno/professor não passa de 11, enquanto na Europa é 24. A produtividade, portanto, é muito baixa.

Para corrigir a distorção, o governo lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação Acadêmica e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Por ele, reitores podem receber novos aportes de recursos, contanto que se comprometam a atingir metas. Um dos objetivos é elevar a relação aluno/professor, preferencialmente por meio de cursos noturnos.

Pode ser que funcione. Mas uma real reforma do ensino superior público teria de quebrar as normas burocráticas arcaicas que regem o serviço público, avesso ao aperfeiçoamento constante, à avaliação e ao prêmio por mérito.

Universidades particulares parecem entrar numa fase mais avançada de profissionalização, com a abertura do capital e a atração de sócios estrangeiros. Deverão melhorar de qualidade e ameaçar os estabelecimentos públicos.

—————  
 Não é pouco  
 o dinheiro  
 público que  
 vai para  
 o campus

## OPINIÃO

## Poderia ser pior

Embora tenha se transformado em lugar-comum, inevitável repetir o bordão presidencial para afirmar que nunca antes neste país se viu um tão amplo e escancarado balcão de negociações fisiológicas entre partidos da situação e o governo.

A ponto de um legítimo representante do PMDB voraz por cargos e verbas públicas, senador Wellington Salgado, de Minas, chamou colegas do clero inferior da legenda de "franciscanos", lembrando a defesa que o deputado paulista Roberto Cardoso Alves fazia do fisiologismo, inspirado no "é dando que se recebe" da oração de São Francisco de Assis.

O governo, à vista de todos, dá verbas para emendas parlamentares, distribui cargos nas estatais que lhe restam e, em troca, espera continuar a receber os votos no Congresso para a aprovação de projetos, com destaque para a prorrogação da CPMF e da Desvinculação de Recursos da União (DRU), pela qual 20% do Orçamento podem ser manejados sem respeitar as vinculações.

Por ser tudo, ou quase tudo, feito às claras, pode-se acompanhar pela imprensa o loteamento dos cargos nas estatais, o que certamente con-

tribuirá para a perda de eficiência nessas empresas, como já ocorreu no primeiro mandato por força do aparelhamento generalizado da máquina pública.

O mercado não perdoa e, por isso, um fato inédito, o valor em Bolsa da Vale do Rio Doce acaba de ultrapassar o da Petrobras, convertida em latifúndio a serviço do fisiologismo. Não por acaso, a Vale, depois de privatizada, passou a acumular lucros maiores, a empregar mais e a ampliar o recolhimento de impostos ao erário. No primeiro trimestre, já obteve um lucro superior, em valor absoluto, ao da estatal.

Pode-se imaginar o que estaria ocorrendo se o governo FH não tivesse aprofundado o programa de privatizações iniciado na gestão de Collor. Os "franciscanos" de todos os partidos estariam tripulando empresas de telefonia pelo Brasil afora, quase todas ineficientes, corroendo as finanças já deterioradas da CSN, e assim por diante. O país não teria ultrapassado a marca de 100 milhões de celulares, linhas fixas não sobriariam e o acesso à internet seria um luxo para poucos. O governo, porém, contaria com, digamos, mais argumentos para dobrar "franciscanos" recalitrantes.

—————  
 Privatização  
 salvou o país  
 de um ataque  
 mais grave de  
 fisiologismo

## Espada de Bolívar

A fórmula debutou na Venezuela, com Hugo Chávez: a eleição popular do líder, segundo as normas constitucionais em vigor, é seguida pela convocação de uma constituinte. Logo após, o novo líder inicia uma campanha intensa para fazer maioria na constituinte. Obtido isso, está aberto o caminho para "refundar o país", isto é, alterar toda a estrutura institucional de modo a adaptá-la à alternativa bolivariana, o "socialismo do século XXI". Este consiste numa intensa retórica populista, nacionalista, esquerdizante e anti-americana, que, na prática, se traduz em autoritarismo, culto à personalidade, intervencionismo estatal e restrições à livre iniciativa e aos direitos individuais. Como no velho socialismo mesmo.

O primeiro discípulo de Chávez a adotar esse "kit bolivariano" foi Evo Morales, na Bolívia. Alguma coisa não funcionou bem no altiplano e o processo emperrou na fase da constituinte, sem conseguir superar impasses com o velho Congresso e demandas de províncias que desejam se separar de La Paz.

Mas no Equador, do discípulo número dois, Rafael Correa, a cartilha de Chávez está sendo seguida

à risca. No domingo, os equatorianos deram ao presidente a maioria na constituinte, abrindo caminho para a aprovação das propostas defendidas por seu grupo político em relação ao futuro do país. Correa já confirmou: vai dissolver o atual Congresso, rever os contratos de exploração do petróleo e de mineração, propor mecanismos para regular os meios de comunicação, acabar com a dolarização

da economia e aumentar a intervenção estatal no setor produtivo, entre outros pontos.

Não se discute a necessidade de reformas em países de instituições frágeis como o Equador, que já teve dezenove constituições e, desde 1996, nove presidentes. O que preocupa é a adoção do modelo bolivariano, que está conduzindo a rica Vene-

zuela por um caminho perigoso de autoritarismo, desinvestimento, inflação e divisão social, apesar de a bonança do petróleo ainda garantir a Chávez alguns bons indicadores econômicos e sociais.

Correa tratou de tranquilizar a população afirmando que não pretende adotar modelos estrangeiros. Mas ninguém deve ter se acalmado depois de sua frase: "Sente-se a espada de Bolívar percorrer a América Latina."

---

Equador, de  
Correa, segue  
a Venezuela,  
de Hugo  
Chávez

---

OPINIÃO

## Temeridade

Político hábil, Luiz Inácio Lula da Silva sabe falar aquilo que a platéia quer ouvir. Segunda-feira, na inauguração do Centro de Produção de Antígenos Virais, na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio, um auditório de funcionários públicos inspirou o presidente: "(...) pas-sam para a sociedade uma idéia de que é possível fazer um choque de pessoas que trabalham. (...) na verdade, o choque de gestão será feito quando a gente contratar mais gente, mais qualificada, mais bem remunerada. (...) É preciso acabar com a mania de achar que contratar gente para trabalhar para o Estado brasileiro é inchaço de máquina."

A desabrida defesa de um Estado obeso, repleto de servidores estáveis e infensos a cobranças profissionais — mesmo quando qualificados e bem remunerados — seria mais um discurso para atrair aplauso fácil se não retratasse com perfeição o que o governo Lula executa com preocupante disciplina, principalmente a partir de 2005.

Ali, com a perspectiva de uma campanha eleitoral, aceleraram-se as contratações de servidores, incluindo um pacote de generosos reajustes salariais, distribuídos, não por coincidência, às vésperas das urnas. Consolidavam-se, daquela forma, os fortes laços que

sempre uniram corporações sindicais do funcionalismo e o PT, abalados na primeira fase do governo por causa da reforma da previdência dos servidores.

A visão que está por trás da defesa do Estado-patrão e pai-dos-pobres é que impulsiona os gastos primários — excluindo, portanto, a conta financeira. Essas despesas têm crescido sempre mais que a economia e a geração de renda. Para financiar a farra fiscal, a carga tributária — que não é pequena — não pára de se tornar cada vez mais pesada para os contribuintes.

De 2003 para cá, o governo Lula já abriu 94,7 mil vagas na máquina pública, e se projetam outras 28,7 mil para 2008. Não se incluem aqui os chamados cargos comissionados, ditos de confiança, inflados de 19 mil em 2002 para 22.345 em junho passado. O número expressa a volúpia no aparelhamento do Estado. Aí estão os companheiros, a militância, apaniguados em geral. Todos nomeados sem concurso, por serem de "confiança".

Não há mesmo, portanto, como reduzir a carga tributária, que sufo-ca o contribuinte, desestimula investimentos e impede uma expansão maior da poupança. O governo Lula surfa a onda da aceleração do crescimento interno, ajudado por um quadro externo auspicioso. Mas a ganância com pessoal, assistencialismo e previdência compromete o futuro.

## Doença comum

**A**gricultores de um projeto de hortas comunitárias patrocinado pela Petrobras sofrem ameaças de uma milícia na região da Posse, em Nova Iguaçu. Com desfaçatez adubada pelo pouco, ou quase nada, que as autoridades policiais fizeram até agora para coibir a ação desses fora-da-lei, os milicianos querem impor pela força, também ali, a suposta prestação de serviços de segurança — quando, sabe-se, estão apenas se valendo de prerrogativas funcionais para, tanto quanto os bandidos ditos convencionais, escorchar humildes e desamparados cidadãos.

A força de seus, por assim dizer, argumentos já se fez notar: para mostrar que só aceitam negociar a partir da contratação de seus sujos serviços, os milicianos destruíram plantações e instalações da comunidade.

É assustadora a afirmação do delegado da área, de que as milícias locais são uma nova roupagem de grupos de extermínio, de triste notoriedade na Baixada Fluminense, nas quais militam policiais, bombeiros e ex-policiais. O repertório da exorbitância é o mesmo empregado por outros grupos: extorsão, achagues e chantagens

lastreados por ameaças contra a integridade física daqueles que barbam seus serviços.

A presença de milícias na zona rural de Nova Iguaçu é grave, assim como é reprovável o pouco empenho do poder público para resolver o problema em geral. As ameaças aos agricultores mostram a expansão desse tipo de crime, que já se ramificava por 42 favelas em 2005, quando O GLOBO revelou a existência de policiais organizados em grupos para competir com traficantes pelo controle de áreas carentes. Hoje, as ações dos criminosos já alcançam o asfalto.

O governo estadual fez uma corajosa opção pelo enfrentamento do crime organizado. São louváveis as ações diretas que procuram sufocar o tráfico de drogas nos morros, bem como as incisões na própria carne para extirpar do corpo policial agentes bandeados para o banditismo.

As milícias são metástase do mesmo tumor que se espalha em focos, na forma de maus policiais, capazes de contaminar todo o organismo policial. Combatê-las com a mesma determinação da guerra contra o tráfico e seus asseclas incrustados em delegacias e quartéis é parte imperativa do esforço em defesa da segurança da sociedade.

---

Milícias são metástase de um tumor que contamina a polícia

---

## OPINIÃO

### Fora do ar

**U**ltrapasadas as turbulências da crise na administração dos aeroportos, hoje aparentemente reduzida a episódicos atrasos e cancelamentos de embarques, os problemas no setor aéreo do país deixaram a rotina de partidas e chegadas para alçar voo e permanecer como uma preocupação no céu.

Um ano após a tragédia que matou 154 pessoas na queda de um avião da Gol, entidades internacionais de tráfego aéreo divulgaram em Montreal um comunicado com sérias críticas ao controle do espaço aéreo brasileiro.

O documento sustenta que o sistema de fiscalização do país é caótico e "está num estado de ruína". O alerta contém uma reclamação explícita: ninguém no governo parece dar atenção aos riscos que pairam no ar.

As advertências que chegam de fora corroboram o que, internamente, tem sido objeto de denúncias de controladores de voo e comprovado em documentos. Os relatos dão conta de uma situação que amedronta e exige respostas firmes: entre outros problemas, os equipamentos do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego de Brasília permanecem com falhas que põem em risco a segu-

rança de vãos, há sobrecarga de trabalho e falta de pessoal. Segundo os controladores, um ano após o acidente da Gol a Aeronáutica não resolveu defeitos como a duplicação de imagens em radares.

Louve-se a intervenção energética do ministro Nelson Jobim, que tem dado sólida demonstração de que o governo se empenha em dar cabo do legado que o apagão aéreo fez pousar nos aeroportos. Em terra, foram substanciais algumas das medidas administrativas tomadas para enfrentar o caos nos terminais do país.

O problema é que a crise não parece ter sido contornada em todas as suas manifestações. Haveria ainda um contencioso a ser saldado no ar, nos aspectos técnico e operacional — e este, pelo potencial de tragédia que carrega a bordo, certamente é muito mais grave do que a vertente administrativa do apagão.

Para não comprometer a confiabilidade que atribui ao sistema, o governo não pode continuar fora do ar, como se o setor navegasse em céu de brigadeiro. Há que mostrar, com medidas concretas, que o país no qual se registraram dois graves acidentes aéreos em menos de um ano não está carimbando o passaporte de uma nova tragédia.

---

Aeroportos em calma não significam o fim da crise aérea

---

## Ultrapassado

Com o acordo entre Estados Unidos e Rússia para desativação de ogivas atômicas, houve uma considerável oferta de matéria-prima para os elementos combustíveis usados nas usinas nucleoeletrônicas ao redor do mundo durante vários anos, mas como esse programa de desarmamento já atingiu praticamente seu objetivo, o mercado voltou a depender novamente da produção de urânio.

A oferta originada da desativação das ogivas derrubou as cotações internacionais do urânio, desestimulando investimentos em novas prospecções. Com isso, a produção deixou de acompanhar a demanda e o resultado é que as cotações do urânio estão de novo atrati-

vas, despertando o interesse de várias empresas mineradoras.

É bem provável que essa demanda continue a aumentar nos próximos anos, pois a energia nuclear já é vista como uma das opções para se expandir a oferta de eletricidade no mundo, evitando-se a emissão de gases que contribuem para a poluição e o aquecimento da atmosfera.

O Brasil poderia tirar mais proveito dessa oportunidade trans-

formando-se em um grande produtor de urânio. As reservas conhecidas do país são hoje mais do que suficientes para garantir o funcionamento das usinas de Angra e até outras que venham a ser construídas. E isso sem considerar a possibilidade de descobertas de novas jazidas.

Mas a produção de urânio está limitada no Brasil por falta de investimentos. O setor nuclear é

ainda remanescente da era dos monopólios estatais e todo o ciclo que vai da prospecção de urânio à geração de energia está sob responsabilidade direta da União, conforme estabelecido na Constituição de 1988.

Tal camisa-de-força tem prejudicado até mesmo a empresa estatal que responde pela mineração de urânio:

a INB (Indústrias Nucleares do Brasil) é atualmente impedida de fazer parcerias e sociedade com companhias mais interessadas na exploração de outros minérios consorciados — fosfato, por exemplo.

Mantidas as salvaguardas indispensáveis ao uso e processamento do urânio, o Brasil deveria rever esse modelo, permitindo que mineradoras privadas participem também da atividade.

---

Antes de tudo,  
o monopólio  
estatal do  
urânio está  
fora de moda

---

## OPINIÃO

### Risco de uma CPI

Pela importância que as organizações não-governamentais ganharam na intermediação entre o Estado e a sociedade, é essencial haver absoluta e cristalina transparência nessa relação. A CPI das ONGs, instalada quarta-feira no Senado, pode ser uma contribuição para isso. Consta que desde 1999, período a ser investigado pela CPI, R\$ 33 bilhões em dinheiro público — o equivalente a um ano de arrecadação da CPMF — tenham passado por ONGs. É essencial saber com que lisura e competência, ou incúria e despreparo, essa dinheiro foi administrada. Criadas como uma forma de as ações comunitárias e de caridade ganharem estofamento técnico e profissional, e portanto mais eficiência, as ONGs terminaram descobertas por políticos inescrupulosos, e também por estelionatários e criminosos comuns, como mais uma eficiente gazua para arrombar os cofres do erário.

A banda podre da política fluminense demonstrou nas últimas eleições como organizações não-governamentais de fachada podem ser utilizadas para bombear ilegalmente dinheiro do contribuinte para campanhas políticas. Há casos documentados na Justiça. Se haverá

punições, é uma outra questão.

As denúncias contra a senadora petista Ideli Salvati são mais um exemplo. Há notícia de ligações da parlamentar com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), beneficiária de um repasse oficial de R\$ 5 milhões para financiar cursos de treinamento profissional, dinheiro que, apura a Polícia Federal, poderia ter ido para a campanha de um deputado do PT de Santa Catarina, estado de Ideli. Os casos são inúmeros. Outro é o do churrasqueiro presidencial Jorge Lorenzetti, um dos aloprados e também de Santa Catarina, acusado de desviar R\$ 18 milhões de recursos governamentais, transferidos para a ONG Unitalho.

Mas há pelo menos uma conspiração contra a CPI. A da politicagem, caso as investigações venham a ser usadas para acertos de contas entre senadores adversários políticos. Consta até que a comissão seria um alerta de Renan Calheiros ao PT de Ideli para que não o abandone. Se o pior acontecer e a CPI fracassar, terá sido mais uma perda de tempo precioso e de uma oportunidade para se iluminar os porões dos crimes de colarinho branco cometidos na vida pública.

---

Acertos  
políticos  
ameaçam a  
investigação  
das ONGs

---

## Lições coreanas

**N**ão deixa de ser surpreendente que negociações complexas sobre o programa nuclear da Coreia do Norte — envolvendo, além do imprevisível regime de Pyongyang, Coreia do Sul, Estados Unidos, China, Japão e Rússia — tenham dado bons frutos.

Não é só um extraordinário triunfo da diplomacia. Deve-se também a um desempenho não menos surpreendente da equipe de política externa do governo Bush, que agiu com prudência, paciência e flexibilidade não vistas em outras grandes crises, destacadamente no Iraque. Não devem ser menosprezados o papel da China, cujo governo ainda tem acesso ao da Coreia do Norte, e o desespero de Pyongyang, que não pode alimentar o povo com mísseis e bombas.

A Coreia do Norte e os EUA fizeram grandes concessões. A primeira concordou em receber uma equipe americana que procederá à desmontagem de seu reator nuclear e de outras unidades do complexo de Yongbyon. Prometeu também revelar a quantidade de plutônio produzida — teria material para 10 bombas atômicas — e provar que não está escondendo um programa separado de enriquecimento de urânio, como suspeitam os EUA. Washington se comprometeu a levantar sanções comerciais, tirar a Coreia do Norte da lista dos países que patrocina-

nam o terrorismo e normalizar as relações bilaterais.

O otimismo deve ser contido. Há ainda muitas etapas a serem cumpridas pelo governo de Kim Jong-il, especialista em emperrar acordos com novas exigências. A próxima fase — livrar-se do material fissil e das armas atômicas norte-coreanas — será ainda mais difícil.

Outra cartada diplomática foi jogada pelos líderes das duas nações, divididas desde 1945 e formalmente ainda em guerra (ao fim do conflito na península, em 1953, houve apenas um armistício entre Coreia do Norte, China e EUA — a Coreia do Sul não assinou). A reunião de três dias entre Kim Jong-il e o presidente sul-coreano, Roh Moo-hyun, não causou a mesma euforia que o encontro de 2000, o primeiro entre líderes dos dois países (na ocasião, o presidente sul-coreano era Kim Dae-jung). Talvez porque quase nada mudou desde então.

Os dois eventos dão esperanças. Uma é que a performance do governo Bush se repita na queda-de-braço nuclear com o Irã, que adquire tons cada vez mais dramáticos. Outra é que o encontro entre Kim e Roh, mais sóbrio e pragmático que o de 2000, marque o início da solução das pendências do passado rumo a um futuro de entendimento e redução das desigualdades. Para se ter uma idéia, a renda *per capita* no Sul é US\$ 19.200, e a do Norte não passa de US\$ 1.700.

### OPINIÃO

## Marco jurídico

**P**or oito votos a três venceram a correta interpretação da lei e o bom senso no Supremo Tribunal Federal (STF), ao ser sacramentado o entendimento de que mandato não é do parlamentar, mas do partido. Por referendar o verdadeiro sentido do conceito de fidelidade partidária, o STF deu elogiável contribuição para revitalizar a política, tão desacreditada, enxovalhada pelo fisiologismo, e por isso mesmo distante da opinião pública.

Se uma das bases de um regime de democracia representativa são os partidos, tudo aquilo que os enfraquece conspira contra a própria democracia. Assim como, ao fortalecer os partidos, o STF zela pelo regime que está na base da nossa Constituição.

É possível estabelecer uma relação entre a degradação da vida política, o seu rebaixamento moral e a intensidade do troca-troca de partidos movido exclusivamente por interesses paroquiais.

O poder coopta, os interessados em viver das benesses do poder deixam-se cooptar, tudo sem qualquer respeito ao eleitor. É contra essa rotina degradante que votou a maioria dos ministros, num quórum capaz de formar jurisprudência.

me o xis da questão: "Sou favorável a que o mandato é partidário porque ninguém pode ser candidato sem partido. O partido é um ser. Um ser necessário ao candidato."

Tese reforçada por vários argumentos consistentes dos oito magistrados que votaram pela afirmação do poder das legendas, entre eles a feliz lembrança de que a maioria dos deputados federais se elege com votos do partido, não com os seus próprios. Restabelece-se, assim, a ordem natural das coisas e supri-

me-se a temporada clássica de traição do resultado das urnas, aberta sempre ao fim das eleições, ocasião em que os inquilinos do poder por quatro anos lançam as redes para arrebatar parlamentares nas leg-

endas de oposição. E o eleitor que se dane.

Embora 47 deputados tenham trocado de lado na atual legislatura, o julgamento tratou do caso de 23 deles. Mas, ao fixar em 27 de março, data da decisão do TSE, o início da vigência da norma, a regra atinge apenas 16 deputados e, claro, aqueles que porventura venham a se

tornar infelizes a partir de agora. E todos terão garantido o direito de defesa em processos no tribunal eleitoral. Inclusive os 16 atingidos pelo veredicto.

Supremo  
resgata real  
sentido da  
fidelidade  
partidária

Originado numa decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a favor do pedido dos partidos DEM, PPS e PSDB para que parlamentares atraídos por legendas da base governamental devolvessem seus mandatos, o julgamento contou com a participação do ex-ministro da Justiça e também do STF Paulo Brossard, como advogado do DEM.

Uma argumentação de Brossard, na defesa da fidelidade partidária e da importância das legendas, resu-

O mais importante, porém, foi a afirmação do princípio, na correta linha de que a vontade do eleitor não pode ser desrespeitada. Por tudo isso, o STF viveu na quinta-feira outro dia especial, como no julgamento da denúncia dos 40 mensaleiros.

Espera-se que o Congresso seja acometido do mesmo bom senso observado no STF e desista de qualquer ação contra uma decisão irreversível. Nada justifica uma crise institucional.

# Alívio demográfico

**O** Brasil vai aos poucos desarmando a "bomba" demográfica que poderia tornar ainda mais difícil a solução dos graves problemas sociais que o país precisa enfrentar. Se mantido o ritmo de crescimento populacional de décadas passadas, as necessidades de infra-estrutura teriam se multiplicado ainda mais, e a pressão sobre o meio ambiente talvez fosse quase insuportável.

Assim, os números da contagem populacional divulgados ontem pelo IBGE trazem alguma dose de alívio porque indicam uma expansão demográfica abaixo das previsões e uma tendência de estabilização futura em um tamanho que possibilite um desenvolvimento mais harmônico e sustentável. Com quase 184 milhões de habitantes, a população tem crescido à razão de 1% ao ano, taxa com tendência de queda.

Quando as estatísticas forem de-

talhadas, dentro de poucas semanas, também surgirão sinais de alerta. Será crescente, no conjunto da população, a participação relativa e absoluta das faixas etárias classificadas como idosos. A partir de 2030 — e em termos de planejamento não se trata de uma data tão distante — a população de brasileiros na faixa de 80 anos passará de 14 milhões, o correspondente ao número de habitantes que hoje a Bahia possui (e a Bahia é o quarto estado mais populoso do país, atrás de São Paulo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro).

Outra indicação preliminar preocupante é o aumento relativo do número de mães adolescentes, sem família constituída. Mesmo com o desarme da "bomba" demográfica, socialmente esse é um quadro que precisa ser revertido por programas de educação e mais assistência aos jovens, que hoje também são as maiores vítimas do desemprego.

TEMA EM DISCUSSÃO: *Cotas raciais*

NOSSA OPINIÃO

## Projeto de dividir

**A** Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) funcionava, até há poucos anos, como o único laboratório para a experiência de adoção de reserva de vagas para vestibulandos autodeclarados "negros", "pardos" e "índios".

Em seguida, a Universidade de Brasília (UnB) ganhou destaque no noticiário por instituir o método da comprovação por fotografia do direito de disputar, com vantagens, uma vaga no seu vestibular.

A partir daquele momento, aquela universidade firmou-se como um *bunker* de movimentos negros, de militantes do racismo que também campeia em Brasília, incrustado no poder.

A mais recente e assustadora iniciativa da UnB é criar bancas de examinação para checar a cor da pele do candidato. Isso porque o sistema das fotos havia sido desmoralizado por ter fundamentado decisões opostas sobre irmãos gêmeos univitelinos aspirantes às cotas.

Agora, funcionará essa espécie de tribunal racial, de fazer lem-

brar tragédias patrocinadas pela Humanidade na primeira metade do século passado na Europa.

Uma proposta nada pacífica, as cotas raciais continuam a dividir o mundo acadêmico. E o pior acontecerá caso seja aprovado no Congresso o Estatuto da Igualdade Racial, programa que poderia ter saído da imaginação de

George Orwell. Nada mais novilíngua do que chamar de "igualdade racial" aquilo que nada tem de igualitário.

O estatuto, destinado a criar cotas em várias atividades, é peça-chave para se impor o conceito de uma sociedade dividida entre "brancos", de um lado, e "negros" e "pardos" de outro — uma catás-

trofe histórica para um país que tem todas as vantagens da miscigenação, entre elas a inexistência de tensões raciais.

O debate das cotas transcende, portanto, a Universidade. Ela é um aspecto do problema. Além de tornar relativo o conceito do mérito no ensino, essas políticas de cunho racista importam conflitos e graves questões que costumávamos acompanhar de longe.

A sociedade  
não pode  
abrir mão de  
sua formação  
miscigenada

## NOSSA OPINIÃO

## Lei paternalista

**D**ormita na pauta do Senado, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, a proposta de emenda constitucional que antecipa de 18 para 16 anos o limite da maioridade penal. Objeto de polêmica, a matéria contrapõe os arautos irredutíveis dos resíduos paternalistas do Estatuto da Criança e do Adolescente aos defensores de uma legislação mais realista, com estofo para enfrentar, no combate à criminalidade, desafios decorrentes das novas feições de que se reveste o bandidismo no país.

Longe de ser debatido ao abrigo de engessadas teses sociológicas ou de pressões ideológicas que não resistem ao confronto com a realidade, o tema deve ser encarado à luz da necessidade de defender a sociedade. É imperativo reduzir os índices de criminalidade, hipertrofiados também por bárbaras histórias de crimes perpetrados por bandidos com real percepção da gravidade dos seus atos, a despeito de não terem ainda chegado à idade a partir da qual se sujeitam ao rigor total da lei.

O limite da maioridade já reduziu para permitir que cidadãos de 16 anos votem. É uma evidência de que o país atingiu o estágio

em que a capacidade de percepção de responsabilidades sociais alcança a mesma faixa etária na qual, numa falta de critério oportunista, açotam-se, com o propósito de se beneficiar do arrefecimento das penas, marginais capazes de cometer crimes friamente.

Não se trata de propugnar pura e simplesmente pela redução do limite da maioridade penal. Abrir o leque de punibilidade, por si só, não resgata da criminalidade jovens que nela estão mergulhados, na maioria das vezes, desde a passagem da infância para a adolescência. Há também que se implantar no país ações estratégicas contra combustíveis estruturais da violência, como a miséria, o inócuo assistencialismo, o déficit na educação etc.

No entanto, há uma situação de fato a ser enfrentada — a existência de jovens delinqüentes que, tendo cometido crimes, estão sujeitos a penas insuficientes para purgar seus atos. A emenda aprovada na CCJ do Senado circunscreve a revisão do limite da maioridade penal a casos de crimes hediondos e ao tráfico, mas é o passo inicial de um dispositivo que pode se tornar mais abrangente. A sociedade, repleta de números que apavoram, precisa de mais esse resguardo.

## OPINIÃO

## Modelo sem futuro

**D**eclarações recentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o que entende por gestão pública e a questão da carga tributária em geral e da CPMF em particular são reveladoras do modelo de país e de política econômica dominante hoje no Palácio do Planalto.

Quando Lula traduz “choque de gestão” por empreguismo público, e considera a brutal carga tributária de cerca de 35% do PIB, e em alta constante, adequada “para fazer a política social justa que o Brasil precisa”, ele delinea um país com um Estado inchado, que avança sobre parcelas crescentes da renda da sociedade, desenfreadamente gastador, tudo em nome do igualitarismo social. No Brasil do lulismo, o Estado está no centro, sendo ele o responsável pelo redistributivismo por meio do Bolsa Família e linhas assistencialistas criadas dentro do sistema previdenciário. Por essa visão, a CPMF é um imposto bem-vindo e até “justo”, disse Lula, sem levar em conta que, ao incidir da mesma forma sobre todos os níveis de renda, o gravame pode ter outros predicados — é de baixo custo para a Receita, simples de aplicar —, menos o da justiça.

O governo saboreia o bom momento da economia, derivado de um ciclo mundial único, da responsabilidade fiscal do início do primeiro mandato, reforçada pela política monetária adequada conduzida pelo Banco Central. No entanto, ao praticar uma estratégia fiscal de

sentido oposto àquela de 2003, o governo passa a conspirar contra a própria aceleração do crescimento econômico que tanto festeja.

O que o presidente precisaria entender é que, ao manter os gastos correntes em ascensão, por conta do assistencialismo e do empreguismo, ele estrangula cada vez mais a já baixa capacidade de investimento do setor público, crucial para permitir a infra-estrutura do país atender às pressões decorrentes da expansão da produção.

No melhor cenário de execução do PAC, os investimentos públicos chegarão a 0,9% do PIB, contra 1,2% em 2001 e 2,4% durante o regime militar. Mais: com uma carga tributária desmesurada, o Estado impede o crescimento da poupança e desestimula os investimentos privados, que se encontram na faixa de 17% do PIB, ainda muito baixos para garantir um longo ciclo de crescimento sustentado. Eles estão em alta, mas, mesmo com desonerações tóxicas, o peso total dos tributos funciona como um freio à ampliação das empresas, até por drenar recursos para o Estado.

Além disso, a carga tributária tira cada vez mais competitividade do Brasil no comércio exterior, onde o país enfrenta dura competição com economias emergentes em que o peso dos impostos é bem menor.

É urgente o governo mudar sua visão. Preferível alterar a estratégia com a arrecadação tributária em alta, do que ser obrigado a fazê-lo num momento de crise.

## Na contramão

A economia brasileira não teria vencido a superinflação sem um sistema financeiro saneado. O processo de saneamento envolveu tanto instituições privadas como bancos estatais, especialmente os controlados por estados que, com desequilíbrio fiscal crônico, sempre neles se socorriam para camuflar rombos de caixa, e assim os levaram à insolvência.

A privatização dos bancos estaduais passou então a fazer parte dos programas de ajuste das finanças da maioria dos estados, até como uma iniciativa para se evitar novos rombos.

Mas tal processo não chegou a ser concluído. Além do tempo necessário para se promover mudanças inter-

nas capazes de tornar os bancos mais atraentes ao mercado, as autoridades monetárias se defrontaram com muitas resistências de ordem política ou corporativa, e então as vendas encruaram. No governo Lula, já com quase todos os bancos estaduais remanescentes "federalizados", apenas uma instituição acabou sendo leiloada, e a duras penas.

Agora, o governo mostra que

pretende seguir outro caminho, que é o de permitir a incorporação dos antigos bancos estaduais por alguma das grandes instituições financeiras federais. No caso do Besc, o Banco do Estado de Santa Catarina, a incorporação será feita pelo Banco do Brasil. O valor final do negócio ainda será definido.

O BB é uma instituição bancária que sem dúvida se renovou nos últimos anos, com grandes serviços prestados à economia brasileira, destacando-se principalmente seu apoio à agricultura. Nesse processo de renovação, o BB ampliou sua base de acionistas e hoje está apto a concorrer no mercado, apesar de não ter passado incólume da onda de fisiologismo que atinge a política em Brasília.

Daí não se entender que tenha sido contemplado para absorver o Besc sem participar de qualquer tipo de disputa. Trata-se de um mau precedente, de um privilégio que desmerece o Banco do Brasil e nem contribui para tornar o sistema financeiro nacional mais competitivo ou eficiente. Interesses políticos do governo pesaram mais nesta decisão do que razões técnicas.

---

Não faz  
sentido  
determinar-se  
que BB  
absorva Besc

---

### OPINIÃO

## Passo à frente

A economia brasileira voltou a crescer em ritmo mais expressivo, aproximando-se, finalmente, da média mundial, mas a continuidade desse processo de recuperação dependerá de investimentos capazes de expandir a capacidade de produção e, em especial, de uma significativa melhora da infra-estrutura do país.

O setor público não tem condições, nem financeiras e nem gerenciais, de suprir as necessidades de investimento dos sistemas de transporte. Por outro lado, após mais de dez anos de concessões de serviços públicos, o Brasil já acumula experiência suficiente para aperfeiçoar esses mecanismos.

Como ficou bem evidente no leilão de ontem, no qual sete trechos de rodovias federais, 2.600 quilômetros ao todo, foram oferecidos para o regime de concessões, há vários grupos de investidores dispostos a atuar firmemente na infra-estrutura (os novos concessionários assumirão compromissos de investimentos de R\$ 20 bilhões). Apesar das disputas judiciais, o leilão foi um sucesso.

A transferência da administração dessas estradas para o setor privado proporciona tamanha economia para os cofres públicos que não faz mais sentido se onerar as concessões com o pagamento de taxas de arrendamento. Assim, prevaleceu o princípio que os vencedores dos

leilões seriam os que apresentassem os mais baixos valores de cobrança de pedágio.

Com base na experiência acumulada, tanto os investidores como o órgão regulador (a Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT) se sentem hoje mais confiantes para avaliar o fluxo de caixa necessário ao cumprimento das exigências estabelecidas nos contratos. Os ganhos da sociedade com as concessões de rodovias foram imensos, a começar pela maior segurança no tráfego, que contribuiu para redução em 21% do número de vítimas fatais nos acidentes, mesmo diante de um aumento de 31% no movimento de veículos.

Antes avesso a qualquer forma de privatização, o governo Lula vai se rendendo às evidências e reconhece as vantagens de se prosseguir com as concessões de serviços públicos, o que só o engrandece, embora, no discurso político, o presidente continue fazendo proselitismo estatizante. Para compensar o leilão das rodovias, Lula ontem resolveu criticar a privatização das ferrovias.

Na campanha eleitoral de 2006, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva fez críticas às privatizações para empregar o adversário Geraldo Alckmin. E conseguiu.

Como governo é muito diferente de palanque, foi executado o leilão de ontem. Que pelo menos continue assim.

## Trigo e joio

**D**ivulgado no Planalto como o "PAC" da segurança, sigla com que marqueteiros de Brasília procuram carimbar todos os planos considerados estratégicos pelo governo, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) não resistiu às barganhas no Congresso, no guichê de negociação do futuro da CPMF.

Para conquistar a boa vontade da oposição diante do segundo turno de votação na Câmara da proposta de prorrogação do imposto, o governo concordou em retirar da medida provisória do Pronasci a criação de bolsas — outro cacete político-administrativo deste governo — para o "reservista cidadão"; uma outra destinada a jovens em situação de risco penal, batizada sarcasticamente por opositores de "bolsa pivete"; e uma ajuda de custo às "mães da paz". Estas, chefes de família a serem treinadas para defender os direitos dos filhos e ajudar a atrair para programas sociais delinquentes em potencial das comunidades.

As intenções oficiais não resistiram, ao que parece, às desconfianças opositoras de que mais essa investida de Brasília pelo veio assistencialista poderá ser convertida em arma eleitoral em 2008. Para não atrasar mais a tramitação da emenda da sobrevida da CPMF, de absoluta prioridade no Planalto, o governo recolheu as bolsas e pro-

meteu mandá-las de volta ao Congresso na forma de projetos de lei.

Melhor assim. Pois, com tempo, deputados e senadores poderão avaliar se é o caso de, num plano de segurança pública, criar-se uma linha de assistência social para desviar recursos que deveriam ter um destino mais adequado ao propósito de um programa de combate à criminalidade.

O Pronasci, além de marcar o positivo envolvimento do Executivo federal com estados e municípios na questão da segurança, tem o mérito de abordar dois pontos cruciais nessa luta pela preservação do estado de direito: a remuneração e o problema de moradia dos policiais. Do conjunto de bolsas idealizadas pelo Pronasci, uma nada tem de assistencialista e demagógica. Ela visa a aumentar a renda de policiais e agentes penitenciários que se disponham a fazer cursos de aperfeiçoamento em universidades credenciadas.

Nesse mesmo sentido, também cabe ser apoiada a criação de uma linha de financiamento imobiliário na Caixa Econômica Federal destinada a policiais honestos que precisam ser retirados do convívio com criminosos em favelas e bairros carentes.

Quanto ao assistencialismo, o melhor que fará o governo é contentar-se com o Bolsa Família, um programa já de dimensões inabundantes.

## OPINIÃO

### Queda livre

**O**s arquivos fotográficos deixam para a História registros do dia em que uma edição da "Playboy" circulou no plenário do Senado como se fosse um projeto de lei, alguma interpretação regimental ou outro documento parlamentar. Importante será os futuros analistas políticos estabelecerem a relação de causa e efeito entre uma das mais graves crises da vida centenária da Casa e a cena inusitada.

O voyeurismo que tomou conta do Congresso e do país a partir de terça-feira é o lado folclórico de um escândalo que já ultrapassou os limites do razoável, com a teimosa e inconseqüente resistência de Renan Calheiros em se manter agarrado à principal poltrona da mesa diretora do Senado.

Ingênuos foram os que apostaram na absolvição de Calheiros no processo de cassação por causa do pagamento da pensão alimentícia a Mônica Veloso, a moça da capa da revista, como a maneira de se cortar a raiz da crise que já paralisava o Senado e proteger o governo de qualquer retaliação na tramitação de projetos — precisamente, as emendas da CPMF e da DRU.

Agora, nem os que se bateram por Calheiros insistem na empreitada. O senador está em queda livre. A sessão plenária de terça-feira marcou a confirmação da insustentabilidade do senador no cargo, talvez até mesmo do seu mandato.

Sintomático que o senador petista Aloizio Mercadante, desgastado por assumir a abstenção naquela votação — na prática, um apoio à permanência de Renan —, tenha pedido que ele se afaste da presidência da Casa — o que Mercadante pensava que ocorreria depois daquela absolvição.

Mais sintomático ainda que a própria Ideli Salvatti, líder do PT, já reconheça a impossibilidade da permanência do presidente do Senado. Renan Calheiros patrocina um pouco visto consenso pluripartidário.

Agravou a difícil situação do senador a denúncia de que um assessor especial seu, o ex-senador Francisco Escórcio, tratava de montar um esquema de espionagem de Demóstenes Torres (DEM) e Marconi Perillo (PSDB), da bancada contrária a Calheiros. Parece uma operação inspirada na cultura da pistolagem.

Renan cai em parafuso, como demonstraram os diversos apelos feitos no plenário na terça-feira para que renuncie ao posto, e leva junto os planos do governo de garantir uma tramitação a menos tumultuada possível das duas emendas constitucionais.

O Planalto deve sair das cordas e deixar de ser refém de Calheiros. É de interesse público que o Senado volte a funcionar, e as devidas negociações políticas transcorram sem turbulências.

## Pôquer argentino

As pesquisas continuam dando a Cristina Fernández de Kirchner a vitória no primeiro turno das eleições presidenciais argentinas do dia 28. Nem por isso a máquina governamental, dirigida por seu marido, Néstor Kirchner, deixa de adoçar a boca do eleitorado. Esta semana, ele enviou ao Congresso projeto que exclui 300 mil pessoas do imposto sobre a riqueza. Por decreto, aumentou as aposentadorias. E anunciou um acordo com os supermercados para baixar em 5% o preço dos alimentos — o tomate tem sido o vilão da inflação em alta. A engrenagem funciona a todo vapor em prol da primeira-dama candidata. Na recente viagem ao Brasil, ela voou num avião oficial e trouxe uma comitiva de ministros do marido. Com os adversários muito atrás nas pesquisas (a segunda colocada também é mulher, a centrossquerdista Elisa Carrió), o uso abusivo dos recursos públicos na campanha de Cristina não parece incomodar os eleitores.

Talvez porque isso lembre um passado caro à alma argentina — os áureos tempos de Juan Perón e da protetora dos descamisados, Evita. Que foi primeira-dama, mas teria sido presidente se não tivesse caído doente e morrido, aos 33 anos. Nos anos 70, a Argentina experimentou um novo ciclo, com a volta de Perón do exílio, sua ascensão à Presidência e, após sua mor-

te, a entronização de sua segunda mulher, Isabelita, no poder. A aventura resultou na sinistra ditadura militar, que governou de 1976 a 1983 — os anos de chumbo.

Os tempos são outros, mas não mudou a capacidade do peronismo de abrigar políticos das mais variadas tendências, todas de corte populista. Um deles, Carlos Menem, foi chamado para salvar o país do caos em que se transformara o governo de Raúl Alfonsín, da União Cívica Radical. Menem renovou a cartilha peronista e aderiu ao neoliberalismo, mas levou o país ao limiar da maior crise econômica de sua história. A Argentina foi ao fundo do poço. Depois do caos, novas eleições deram a Presidência ao peronista da Patagônia, Néstor Kirchner, que conseguiu pôr a economia para funcionar e recuperou boa parte do prestígio internacional do país — embora recorra à maquiagem da taxa de inflação para manter a popularidade.

Tudo indica que, no dia 28, os argentinos embarcarão de novo na aventura de um peronista que parece ter mais a ver com o interesse de seu grupo político do que com o do país. Com Kirchner, é Cristina em 2007 e ele de novo em 2011: o *royal straight flush* do peronismo. Se as previsões se confirmarem, a Casa Rosada terá um primeiro-marido muito ativo, até para ajudar a administrar a pesada herança que deixa para Cristina.

### OPINIÃO

## Carona trágica

A estupidez que andou de carona na BR-282 (SC), na noite de terça-feira, deu um tom ainda mais pavoroso à estatística de uma tragédia que perpassa no sistema viário brasileiro: desde o início de 1997 até o fim do ano passado, morreram em acidentes de trânsito 327.469 pessoas, o equivalente a cinco vezes a capacidade de público do Autódromo de Interlagos — de resto, sítio mais apropriado que as estradas do país para demonstrações de potência de motor.

Os dados são do Ministério da Saúde: de cada 25 brasileiros que morrem, um perde a vida em acidentes de trânsito. Os números oficiais registram o falecimento de 98 pessoas a cada dia, em decorrência de atropelamentos e colisões — que aparecem como *causa mortis* em 4% dos atestados de óbito. Adicione-se a esse assustador balanço o registro, a cada ano, de cem mil pessoas inválidas e outras 400 mil feridas devido a acidentes em ruas e estradas.

Tal retrato, por si só, revela uma situação que leva a tragédia das estradas para dentro de milhares de famílias, bem como custa anualmente nada menos que R\$ 28 bilhões ao país. Tanto mais grave, no

entanto, é que esse quadro se mantém praticamente inalterado desde 1997, quando foi implantado o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Anunciadas na época como um instrumento capaz de reduzir o caos no sistema viário, decorrente da falta de educação, da violência e da incuria dos motoristas, as novas normas previam punições mais severas aos infratores, mas foram esvaziadas por medidas arrefecedoras, ou mesmo eviadas de inocuidade, inspiradas em inaceitáveis interesses de grupos.

Além de  
melhorar a  
qualidade das  
estradas, é  
preciso punir

A esse abrandamento punitivo da lei alia-se a omissão do poder público no trato da infraestrutura viária, do que resultam estradas inseguras, malcuidadas e mal administradas.

Louve-se que, em boa hora, o governo federal reviu conceitos ultrapassados e decidiu repassar à iniciativa privada a administração de parte da malha viária do país. É um bom começo para sanar as deficiências que transformam as estradas brasileiras em corredores da morte. A providências como essa, no entanto, deve se adir uma boa dose de vontade política do poder público para encetar programas educativos e apertar os nós dos dispositivos de punibilidade da legislação de trânsito.

## Visão distorcida

**A**meaças já haviam sido feitas nos embates na Câmara para a manutenção da CPMF. Mas, agora, antes da tramitação da emenda constitucional no Senado, onde a margem de manobra política do Planalto e os espaços para o fisiologismo são mais estreitos, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi direto: caso não consiga prorrogar a contribuição, o governo aumentará impostos.

Pode ser que os ministros exacerbem no tom terrorista para tentar sensibilizar pelo medo algum voto porventura ainda indeciso no Senado. Mas não conseguirão demover ninguém que esteja contra a manutenção da CPMF e conheça alguns números sobre a receita tributária e os gastos públicos.

Jamais o Estado arrecadou e gastou tanto. Ou seja, o país passa por uma conjuntura ideal para reduzir impostos, aliviando uma carga tributária desmesurada, acima de 35% do PIB, bem mais de dez pontos percentuais superior à média verificada em economias concorrentes diretas da brasileira, como as de China e Índia.

De janeiro a agosto, a arrecadação federal foi de R\$ 381 bilhões, R\$ 37 bilhões a mais, já descontada a inflação, que em idêntico período de 2006. Isso significa que o excedente tributário em oito meses foi praticamente igual a toda a receita da CPMF prevista para o ano.

Portanto, visto do ângulo do gui-chê da receita, o governo Lula tem todas as condições de negociar a extinção da CPMF, conhecida por ser um imposto injusto para o contribuinte e pernicioso para a economia, o que também prejudica o contribuinte, porque menos empregos são criados e menos renda é gerada devido ao peso do tributo.

Se o governo for visto pelo lado das despesas, não faltam gordura a ser cortada e gastos a serem evitados. Desde o início do primeiro mandato, o presidente Lula proporcionou a criação de mais de 100 mil empregos na máquina federal, cuja folha de pagamentos ultrapassa os R\$ 100 bilhões anuais e já deve abrigar ao redor de 1 milhão de servidores. Registre-se: sem qualquer melhoria visível na prestação de serviços à população. E, segundo o Orçamento de 2008, a farrá do empreguismo continuará.

Até mesmo os gastos com funcionários terceirizados — cuja suposta redução era o argumento para as contratações — estão em alta. Com isso, e mais os programas assistencialistas, os gastos em custeio continuam a crescer mais que o PIB e a renda das pessoas.

É evidente, portanto, que é factível — mais do que isso, desejável — governo e Senado negociarem o fim gradativo da CPMF, transformando-a num mero instrumento de fiscalização tributária. Não há discurso terrorista que oculte isso.

## OPINIAO

## Erro de cálculo

**N**o período de mais de quatro meses transcorridos entre 26 de maio, quando a revista "Veja" trouxe a denúncia de que Renan Calheiros se valia de um lobista de empreiteira para arcar com um gasto pessoal e intransferível, e quinta-feira 11 de outubro, data em que o presidente do Senado pediu licença por 45 dias, a Casa enfrentou apenas a primeira parte de uma das suas mais graves crises.

É um ciclo de turbulências que não está encerrado. O realismo aconselha cautela, à espera dos próximos movimentos do governo, que só pensa naquilo (a aprovação da CPMF sem alterações) e do próprio Renan. Sua anunciada ida para Alagoas não justifica imaginar que a crise viajou para o Nordeste. Longe disso. Ela continua em Brasília, e a ameaçar a idéia fixa do governo de manter pressão na carga tributária sobre a sociedade.

Calheiros, enfim, não teve saída e foi obrigado a admitir o óbvio, que não tinha condições de se manter na poltrona de presidente da Casa —, algo evidente desde a primeira denúncia. Se o senador alagoano decidiu afastar do cargo de assessor especial Francisco Escórcio, denunciado por, a seu mando, tentar armar uma arapongagem contra os senadores adversários Demóstenes Torres e Marconi Perillo, por que o chefe haveria de se manter no posto? Até esse raciocínio de lógica simples conspirava contra Renan.

Mais do que uma gota d'água nesta crise foi a sessão plenária de terça-feira. Ali ficou evidente que Renan Calheiros não tinha como

manter-se no posto, pois lhe faltava sustentação até no PT e no próprio partido, o PMDB. A brancaleônica tropa de choque se escafedera, a renúncia ou pedido de licença era inexorável. E ela ocorreu.

Noticia-se que interessava ao Planalto uma licença de 120 dias, suficientes para Renan só voltar na próxima legislatura, quando a definição sobre a CPMF já será passado. Mas Renan preferiu um período mais curto. Porque, claro, espera trocar favores: a aprovação da CPMF pela ajuda no projeto pessoal de livrar-se da cassação.

É um plano de difícil realização. Trata-se de grave erro de cálculo imaginar que a licença, seja de 45 ou de quantos dias for, jogará as denúncias contra Renan Calheiros para debaixo do tapete. Há representações encaminhadas ao Conselho de Ética que precisam tramitar até o fim. Se resultarem em novas apresentações de pedido de cassação ao plenário — agora em sessão aberta —, que assim seja.

O Planalto pode estar interessado exclusivamente em fazer passar a CPMF do jeito que é, para executar seu projeto suicida de expansão sem medidas dos gastos em custeio. Mas o que está em questão nas denúncias contra Renan Calheiros é a ética nos usos e costumes da vida pública. Não que não haja importância na luta política em torno da sobrevivência da CPMF, imposto-símbolo do maior arrocho tributário de que se tem notícia na história republicana do país. Porém, nesse ou em qualquer outro embate, se parâmetros éticos mínimos não forem obedecidos, a democracia sofrerá grave dano.

## Prós e contras

**L**evantamento do IBGE indica para o ano que vem uma safra brasileira de grãos da ordem de 133 milhões de toneladas que, se confirmada, deve fazer com que o quadro de relativa escassez de 2007, responsável por uma maior pressão sobre os preços dos alimentos, seja atenuado ou não volte a se repetir. É de se esperar também certa acomodação no ritmo de crescimento da demanda de alguns bens de consumo que deram um salto espetacular este ano, como foi o caso dos automóveis.

Por outro lado, o governo promete para 2008 uma aceleração dos investimentos previstos no PAC, que, embora venham a contribuir no futuro para uma expansão da capacidade produtiva do país, em um primeiro momento não deixam de representar demanda adicional. O que se soma à política fiscal preocupantemente expansionista.

Já os mercados financeiros no exterior andam novamente mais confiantes depois que as autoridades monetárias americanas e européias deixaram claro que estão atentas para evitar qualquer crise sistêmica, como a que estava ameaçando se formar a partir do estouro da bo-

lha imobiliária nos Estados Unidos. Há até uma expectativa de o Fed, banco central americano, promover novo corte nos juros básicos. Tal conjuntura, somada aos bons números das contas externas brasileiras, tende a manter o real valorizado, de modo que o câmbio continuará sendo um anteparo para altas de preços com origem no exterior (combustíveis derivados do petróleo, por exemplo).

Outros itens devem ser também considerados para se projetar a inflação nos próximos meses. O governo ainda não conseguiu aprovar as regras de correção salarial dos servidores públicos e somente no ano que vem será testado o efeito da nova política de reajuste do salário mínimo. Como complicador, do ponto de vista fiscal, teremos pela frente um ano de eleições municipais.

Assim, o cenário relativo à trajetória de inflação tem vários componentes que tanto favorecem a queda dos índices como podem causar uma alta. As autoridades do Banco Central, que esta semana se reunirão para reavaliar as taxas básicas de juros do país, saberão dosar adequadamente esses fatores e tomar a decisão mais apropriada, sem pressões indevidas.

TEMA EM DISCUSSÃO: *Gastos na Saúde*

NOSSA OPINIÃO

## Outro ângulo

**T**em relevância o debate sobre os recursos públicos destinados à saúde. Não só no Brasil, como em todo o mundo, pois, à medida que as populações envelhecem, os gastos com o atendimento médico crescem, também impulsionados pelo custo de novas drogas e tecnologias.

Se no Brasil se discute a regulamentação da emenda que vincula os recursos orçamentários ao Sistema Único de Saúde (SUS), nos Estados Unidos, para citar um exemplo, pré-candidatos apresentam propostas de reforma da estrutura americana de saúde pública, tema prioritário para a senadora Hillary Clinton, que já tratou da questão como primeira-dama no governo do marido, Bill Clinton. Na época, sem sucesso.

Há dois caminhos para se abordar o tema: pelo aspecto meramente financeiro e por meio de uma abordagem qualitativa, sobre a forma como os recursos são gastos. Pelo menos no Brasil, o principal foco costuma ser o montante das cifras. Com isso, deixa-se de abordar uma conhecida fragilidade do Estado brasileiro, sua incapacidade gerencial. Não são poucos os recursos oficiais destinados ao SUS. Podem ou não ser suficientes, mas, sem dúvida, muito

poderia ser economizado, em pro do próprio SUS, caso houvesse a mesma preocupação com a qualidade da administração de hospitais e postos de saúde públicos.

Não será por falta de experiência em novos modelos gerenciais que a população pobre, a que depende exclusivamente da rede pública, deixará de ser mais bem atendida. No Estado de São Paulo, desde o governo de Mário Covas, hospitais têm sido administrados por organizações sociais, órgãos surgidos da reforma administrativa feita no governo FH.

Administrativamente flexíveis, com funcionários contratados pela CLT, portanto, sem estabilidade funcional, essas organizações atendem ao que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, busca com a criação de fundações, cujo projeto de lei já se encontra no Congresso.

Em artigo publicado no GLOBO da última segunda-feira, o secretário de Saúde paulista, Luiz Roberto Barradas Barata, confirma o avanço significativo permitido pelo novo modelo de gerenciamento aplicado em 20 hospitais, três ambulatórios, um centro de referência do idoso e dois laboratórios: em 2006, foram atendidos 90 mil pacientes a mais, por um custo R\$ 240 milhões menor.

TEMA EM DISCUSSÃO: *Constituinte exclusiva*

NOSSA OPINIÃO

## Um alerta

**A** América Latina de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, nesta ordem, contribui para a sociologia continental com uma nova modalidade de golpe contra as instituições da democracia representativa. Até a assunção do "bolivarianismo" na região, convocava-se uma assembléia constituinte, como em todo o mundo, depois de rupturas institucionais ou em situações de extrema crise, quando é necessário refazer o pacto social.

Chávez, ao chegar ao poder na Venezuela pelo voto, em fevereiro de 1999, habilmente aproveitou o apoio popular que obtivera e assinou um decreto determinando a realização de um referendo sobre a convocação de uma constituinte.

Com as instituições do país fragilizadas durante anos de desmandos da classe política então hegemônica, o caudilho foi avante no seu projeto, e, em abril daquele ano, fez passar a constituinte. Estava, então, aberto o caminho para o estrangulamento das instituições democráticas usando-se instrumentos da própria democracia — voto, eleições, plebiscitos —, tudo acompanhado de muito discurso populista e alimentado pelos bilhões de dólares do petróleo.

Pupilos de Chávez, Morales e

Correa aplicam o mesmo kit golpista com apoio das ruas na Bolívia e no Equador. Na Bolívia, até agora sem o êxito de Chávez; no Equador, ainda a ver.

De uma maneira menos desabrida, dissimulada — afinal, as instituições democráticas brasileiras são mais fortes —, esse mesmo kit, do qual a constituinte é peça-chave, surgiu no início da campanha eleitoral de 2006 numa conversa entre o presidente Lula e representantes da OAB. Diante da forte resistência, o assunto submergiu, para voltar agora pelas mãos do PT. O pretexto é o mesmo de 2006: a necessidade de uma reforma política.

Ora, por que não executá-la dentro dos marcos da Constituição em vigor, que exige votação qualificada (três quintos de maioria), em quatro turnos? O quórum existe para preservar pontos essenciais da Carta, evitando que possam ser alterados por maioria simples, obtida, sem maiores dificuldades, por políticos demagogos, em conjunturas político-econômicas especiais. É esta a defesa clássica que existe nas constituições para preservar a segurança jurídica na sociedade e defendê-la de aventuras salvacionistas.

O exemplo da Venezuela, Bolívia e Equador funcionam como um alerta aos brasileiros.